

idn cadernos

AS RELAÇÕES ENERGÉTICAS ENTRE PORTUGAL E A NIGÉRIA: RISCOS E OPORTUNIDADES

CATARINA MENDES LEAL

As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades

Catarina Mendes Leal

Lisboa

Maio de 2011

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspectivas são da responsabilidade dos autores não reflectindo uma posição institucional do Instituto de Defesa Nacional sobre as mesmas.

Director

Vitor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Núcleo de Edições

António Baranita e Cristina Cardoso

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt

www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Praceta da República, loja A, 2620-162 Póvoa de Santo Adrião

Tel.: 21 844 43 40

Fax: 21 849 20 61

E-mail: europress@mail.telepac.pt

ISSN 1647-9068

Depósito Legal 327533/11

Tiragem 250 exemplares

© Instituto da Defesa Nacional, 2011

Catarina Mendes Leal nasceu em Lisboa em 1971. Doutorada em Ciências Políticas e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), mestre em Gestão Pública pela Universidade de Aveiro, pós-graduada em Estudos Europeus pela Universidade Clássica de Lisboa e em Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração (INA), licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada. Foi auditora do Curso de Defesa Nacional e auditora do Curso de Política Externa Nacional.

Actualmente, é técnica superior da Direcção Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e professora auxiliar convidada no Mestrado de Ciências Políticas e Relações Internacionais na FCSH da UNL e conferencista convidada no Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-UTL) e no INA.

É membro fundador do *think tank* Grupo de Estudos EuroMed Atlântico, membro do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) e do Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade (CEPESE) da Universidade do Porto.

É autora de várias publicações e participante em projectos de investigação que se debruçam em áreas como segurança energética, prospectiva, diplomacia económica, Magrebe e Islão.

Resumo

A Nigéria tem sido um dos principais abastecedores de recursos energéticos a Portugal: maior fornecedor de petróleo com 19,6%, em 2008, do total das importações e segundo maior fornecedor de gás natural com 39% em 2009. Por esta razão, o presente trabalho centra a atenção na Nigéria, propondo-se observar, analisar e tentar compreender, tanto quanto possível, o futuro das relações luso-nigerianas do ponto de vista energético. O período em análise vai desde a independência da Nigéria até 2009.

Começamos por analisar um conjunto de conceitos-chave em torno dos quais nos iremos debruçar ao longo do presente estudo. Seguidamente, fazemos um breve enquadramento da Bacia energética emergente da África Ocidental, dando especial atenção à Nigéria.

No ponto seguinte, analisamos a “Nigéria Política” – a sua evolução desde a independência e a organização política actual – e a sua relação directa com a organização e a partilha da renda energética.

Na terceira e quarta partes, debruçamo-nos sobre os actuais riscos, quer a nível de contratos, *Joint Venture* (JV) e *Production Sharing Contract* (PSC), quer a níveis físicos, conflitos étnicos, ataques terroristas, etc., associados à Nigéria como fornecedor energético.

No penúltimo ponto, centramos a nossa atenção no sector energético nacional.

Por último, tendo como objectivo obtermos uma primeira estimativa sobre a forma como as relações energéticas luso-nigerianas poderão evoluir, nos próximos anos, elaborámos um conjunto de questionários, com a finalidade de recolher informações que reflectam as várias perspectivas dos actores que estão e estarão mais envolvidos no processo, cujos resultados são apresentados sob a forma de um SWOT e, seguidamente, propomos estratégias ao Estado português no sentido de alcançar uma maior segurança energética.

Na conclusão expomos as ilações da investigação realizada, salientando qual deverá ser a actuação e intervenção do Estado português nas suas relações energéticas com a Nigéria.

PALAVRAS-CHAVE: Estado, Etnias, Islão, Partilha de Renda, Recursos Energéticos, Segurança, Terrorismo.

Abstract

Portugal and Nigeria Energy Relations: Risks and Opportunities

Nigeria has been one of the leading suppliers of energy resources to Portugal – 19,6% of oil imports in 2008 and 39% of natural gas in 2009. In this study we focus our analysis on Nigeria, with the goal of emphasize past dynamics and understand as much as possible, from the energy point of view, the future of the relations between Portugal and Nigeria.

The study has six parts. It starts with an overview of key concepts which are deemed as essential to understand the bilateral relations from the energy security angle.

Then, we present a brief framework of the emerging energy basin of West Africa, giving particular attention to Nigeria. In the following section, we analyze Nigerian politics – its evolution since independence and the current political organization – focusing particularly on the direct relationship between this type of political organization and the country's energy income. In the fourth part, our focus is on the current risks Nigeria is facing, both in terms of oils contracts (JV, PSC) and physical threats to energy infrastructure (ethnic conflicts, terrorist attacks, ...).

We then proceed with an analysis of the Portuguese energy sector and conclude this study – in order to obtain a first glimpse on how energy relations between Portugal and Nigeria may evolve in the coming years – with a set of inquiries to several personalities, who were and are involved in the bilateral process, in order to understand different perspectives whose results are presented in a SWOT format. Finally, several energy security strategies that Portugal may adopt in the future are pointed out in order to reduce its dependency from oil and natural gas imports.

KEYWORDS: State, Ethnicity, Islam, Shares of Income, Energy Resources, Security, Terrorism.

Agradecimentos

O presente trabalho científico, fruto do meu interesse pela temática da segurança energética nacional, tem como ponto de partida o tema apresentado no âmbito do Curso de Defesa Nacional (CDN) 2008/2009, tendo sido reanalisado, actualizado e ampliado¹.

Quero começar por agradecer ao meu orientador, Dr. José Félix Ribeiro pela motivação que me soube transmitir, as críticas e sugestões que fez e que tanto me ensinaram e, sobretudo, o empenho e interesse que desde a primeira hora colocou na elaboração deste trabalho.

Não posso deixar de estar grata às várias personalidades que, no quadro da presente investigação, estiveram envolvidas na elaboração do SWOT, nomeadamente: Eng.º Ângelo Correia, Chefe do Estado-Maior da Armada Almirante Fernando Melo Gomes, Dr. Francisco Murteira Nabo, Dr. Jaime Nogueira Pinto, Dr. José Caleia Rodrigues, General José Loureiro dos Santos, Eng.º José Penedos, Eng.º Nuno Ribeiro da Silva e Dr. Pedro Miguel Moreira da Fonseca.

Finalmente, saliento ainda a colaboração prestada por todos aqueles que, de modo directo ou indirecto, forneceram informações indispensáveis à elaboração deste trabalho.

1 O trabalho inicial foi apresentado tendo em vista a obtenção do Diploma do CDN. A defesa teve lugar nas instalações do IDN, a 10 de Novembro de 2009, perante um júri constituído por Prof. Doutor Vasco Rato (Presidente do Júri), Eng.º Pedro Pires de Miranda (Arguente) e Dr. José M. Félix Ribeiro (Orientador).

Índice

Índice de Caixas, Figuras e Tabelas	9
Lista de Abreviaturas e de Acrónimos	11
Introdução	13
1. Segurança Energética – Um Conceito Dinâmico	15
1.1. Geopolítica e Geoeconomia	15
1.2. A Segurança Energética e a Desordem Internacional	20
1.3. A Segurança Energética e os Riscos de Abastecimento	22
2. A Bacia Emergente da África Ocidental	25
2.1. Um Breve Olhar sobre os Recursos Energéticos da Bacia da África Ocidental	25
2.2. A Nigéria e os Hidrocarbonetos	31
2.3. Fronteiras Marítimas Disputadas na Bacia da África Ocidental	34
3. A Petro-Nigéria – “Um País Amaldiçoado?”	39
3.1. A Nigéria Política	39
3.2. A Importância da Partilha da Renda Energética na Política Nigeriana	45
4. Riscos Associados à Nigéria como Fornecedor Energético	51
4.1. Riscos dos Contratos	51
4.2. Riscos Físicos	56
5. A Nigéria – Um Parceiro Energético de Portugal em Ascensão	63
5.1. Portugal e o Sector Energético	63
5.2. Organização do Sector Energético Nacional	67
5.3. A Estratégia Nacional para a Energia – ENE 2020	69
6. A Sustentabilidade Futura das Relações Energéticas Luso-Nigerianas – Uma Questão em Aberto	73
6.1. Análise SWOT da Sustentabilidade Futura das Relações Energéticas de Portugal com a Nigéria	73
6.2. Segurança Energética Nacional: Propostas de Estratégias para Portugal	80

Considerações Finais	87
Bibliografia	93
Anexo I: Bacia Energética da África Ocidental: Risco por País em termos de Investimentos e Negócios	103
Anexo II: OPEP	105
Anexo III: Situação Actual das Concessões em Portugal	107
Anexo IV: A Nova Política Energética da UE	109

Índice de Caixas, Figuras e Tabelas

Tabela 1.1	Diferenças entre Geopolítica e Geoeconomia	17
Figura 2.1	Mapa da Bacia da África Ocidental	25
Figura 2.2	Os Recursos Minerais da Bacia da África Ocidental	26
Figura 2.3	Principais Reservas e Produção de Petróleo dos Países da Bacia da África Ocidental – 2009 (% quota em termos mundiais)	27
Tabela 2.1	Países Bacia da África Ocidental – Principais Reservas (2009) e Produção (2008) de Gás Natural	27
Tabela 2.2	Bacia da África Ocidental: Alguns Indicadores Petrolíferos	29
Tabela 2.3	Bacia da África Ocidental: Alguns Indicadores Políticos, Económicos e Sociais Mais Recentes	30
Figura 2.4	Nigéria – S. Tomé e Príncipe – <i>Joint Development Zone</i> (JDZ)	32
Figura 2.5	Rede de Gasodutos e Oleodutos Nigerianos	33
Figura 2.6	Litígios e Conflitos Fronteiriços em África	35
Tabela 2.4	Fronteiras Marítimas Disputadas na Bacia da África Ocidental	36
Figura 5.1	Evolução do Consumo de Energia Primária em Portugal (1996-2007)	63
Figura 5.2	Portugal: Importações de Energia (2004)	64
Figura 5.3	Origem das Importações Portuguesas de Petróleo Bruto em 2008 (Tonelada)	65
Figura 5.4	Origem por País das Importações Portuguesas de Gás Natural em 2009	66
Figura 5.5	Risco por País (Médio e Longo Prazo)	66
Caixa 5.1	A GALP na Bacia Energética da África Ocidental	68
Figura 5.6	Contexto da Área Energética Nacional	70
Figura 5.7	Estratégia Nacional para a Energia: Solução com 5 Eixos de Actuação	72

Figura 6.1	Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats)	73
Tabela 6.1	Participantes no SWOT	74
Tabela 6.2	Questionários SWOT: Apuramento da Opinião de Actores sobre a Sustentabilidade Futura das Relações Energética Luso-Nigerianas – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças	75
Figura 6.2	Fontes de Aprovisionamento de Gás Importado na UE-27 (2005-2020) (bmc)	81
Figura 6.3	Rússia: Primeiro Fornecedor de Gás da UE-27	81
Figura 6.4	Modo de Aprovisionamento do Gás na UE-27 (2005-2020) (bmc)	82
Figura 6.5	Mercado Actual do Gás Natural em Portugal	83
Figura 6.6	Península Ibérica: Terminais de GNL	84
Figura I.1	Risco por País (Médio e Longo Prazo)	103
Tabela III.1	Situação Actual das Concessões em Portugal	107
Figura III.1	Situação Actual das Concessões em Portugal	108
Figura IV.1	“Triângulo Mágico” da Energia Europeia	110

Lista de Abreviaturas e de Acrónimos

AD	Aliança para a Democracia
ADM	Armas de Destruição Massiva
AIE	Agência Internacional de Energia
ANPP	Partido do Povo de Toda a Nigéria
BMC	Biliões de metros cúbicos
CPN	Congresso do Povo do Norte
DPR	Departamento de Recursos Petrolíferos
FPEG	Fórum dos Países Exportadores de Gás
FMI	Fundo Monetário Internacional
GNL	Gás Natural Liquefeito
GPL	Gás de Petróleo Liquefeito
GTL	<i>Gas to Liquid</i>
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INC	Congresso Nacional Ijaw
CJY	Conselho da Juventude Ijaw
IOC	<i>International Oil Companies</i>
JTF	<i>Joint Task Force</i>
JV	<i>Joint Venture</i>
LPP	Licenças de Prospecção Petrolífera
MENA	Médio Oriente e Norte de África
MEDN	Movimento para a Emancipação do Delta do Níger
MSNEIDN	Movimento para a Sobrevivência da Nacionalidade Étnica Ijaw no Delta do Níger
MSPO	Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni
FVPDN	Força Voluntária do Povo do Delta do Níger

NNPC	Companhia Petrolífera Nacional Nigeriana
NOC	<i>National Oil Companies</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OGJ	<i>Oil and Gas Journal</i>
OML	<i>Oil Mining Leases</i>
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDP	Partido Democrático Popular
PSC	<i>Production Sharing Contract</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
SDPC	<i>Shell Petroleum Development Company</i>
TMC	Triliões de metros cúbicos
UE	União Europeia

Introdução

No século XXI, as questões energéticas ocupam um lugar central nas preocupações internacionais. Trata-se de questões globais criando interdependências entre os produtores, transportadores e consumidores, e que afectam quer os Estados, quer os indivíduos.

Vivemos uma nova era marcada pelo fim do petróleo barato, pelas preocupações com o aquecimento global, a emergência das energias renováveis e a utilização do petróleo como uma arma política, à qual se juntará, a prazo, o gás natural. Apesar de a globalização favorecer a interacção económica do conjunto de actores, em relação ao acesso aos recursos¹ estes estão, na sua maior parte, dependentes de Estados que não seguem as normas ocidentais.

Dois terços das reservas petrolíferas convencionais encontram-se no Golfo Pérsico, na Rússia (Mar Cáspio) ou no Golfo da Guiné. Actualmente, as companhias petrolíferas nacionais (NOC) detêm mais de 75% de reservas provadas de petróleo, enquanto que as companhias petrolíferas internacionais (IOC) controlam menos de 10%. Em termos de produção, as NOC também detêm uma posição dominante. Das 25 maiores companhias petrolíferas produtoras mundiais, 16 são NOC. Todavia, pouco se sabe acerca das NOC do Médio Oriente e de África.

À semelhança do que se verifica em relação ao petróleo, também as reservas de gás natural estão repartidas de forma desequilibrada em termos geográficos. Dois países sozinhos – Rússia e Irão – detêm praticamente metade das reservas provadas de gás. Também são as NOC que dominam as reservas deste hidrocarboneto. Os principais produtores de gás natural são os EUA, a Rússia e o Canadá.

As infra-estruturas de transporte de petróleo e de gás natural são extremamente caras e as suas construções implicam prazos alargados e contextos económicos e políticos previsíveis para que os investidores invistam o seu capital e *know how*. Enquanto o mercado petrolífero é global, o mesmo já não se pode afirmar em relação ao gás natural que ainda é regional. Em ambos os recursos verifica-se um afastamento dos centros produtores em relação às áreas de consumo (EUA, Europa Ocidental, China, Brasil, Índia). As relações emergentes entre os principais consumidores chave finais

1 Recursos energéticos são o conjunto das energias ou das fontes de energia presentes na natureza que podem ser economicamente exploráveis (cf. Dicionário de Terminologia Energética, 1992: 5). Reservas de matérias-primas energéticas de origem fóssil e mineral são um subconjunto dos recursos energéticos; tratam-se das quantidades conhecidas de matérias-primas energéticas de origem fóssil e mineral que podem ser recuperadas *in loco* em condições determinadas no momento da avaliação da sua utilidade (cf. *Ibidem*).

irão criar novas reflexões que se repercutirão a níveis elevados da política económica e de segurança.

Um dos principais abastecedores de recursos energéticos a Portugal tem sido a Nigéria, que foi o primeiro maior fornecedor de petróleo em 2008 com 19,6% e o segundo fornecedor de gás natural em 2009² com 39%.

Neste contexto e com este estudo pretendemos contribuir para o debate e reflexão da questão central da importância crescente geopolítica e geoeconómica da Nigéria, desde a sua independência (1960) até 2009, bem como o seu papel crescente no abastecimento de energia a Portugal e a avaliação dos riscos e oportunidades que essa relação poderá comportar no futuro próximo.

Procuraremos inferir se a instabilidade política, económica e social nigeriana será ou não um factor de risco para a segurança energética de Portugal, ou seja, tentaremos averiguar as causalidades, indagando se existirá uma ligação entre estas realidades e quais os tipos de riscos envolvidos.

O objecto do estudo seguirá uma concepção de tipo multicêntrico, ou seja, os fenómenos sociais-internacionais abrangem as relações entre os actores soberanos (Estados vestefalianos – Nigéria e Portugal), as relações entre actores não soberanos (IOC, NOC, grupos radicais, grupos terroristas, OIG, ONG, ...) e as relações que todos estes actores mantêm entre si.

Em relação à metodologia, procedemos a uma análise qualitativa bibliográfica e a uma abordagem empírica através do tratamento de informação recolhida do contacto com alguns dos actores envolvidos no processo em estudo.

Assim, no sentido de obtermos uma melhor compreensão da envolvente endógena e exógena da Nigéria, em termos energéticos, começamos por expor alguns conceitos-chave que guiam o trabalho – geopolítica, geoeconomia, segurança energética; seguidamente, fazemos um breve enquadramento da bacia energética emergente da África Ocidental e analisamos várias vertentes do sector energético nigeriano (a situação actual dos hidrocarbonetos, a organização e a partilha da renda energética, os principais actores e os riscos físicos dos contratos associados à Nigéria como fornecedor energético). No ponto seguinte, centramos a nossa atenção no sector energético nacional e terminamos com um exercício prático, de natureza prospectiva – através de um SWOT – mediante o qual procuraremos avaliar a sustentabilidade das relações luso-nigerianas do ponto de vista energético.

Nas considerações finais expomos as ilações da investigação realizada, apontando e/ou sugerindo algumas recomendações que poderão ser seguidas pelo Estado português nas suas relações energéticas com a Nigéria.

2 No momento da elaboração deste trabalho apenas se conseguiram obter dados relativos aos abastecedores de petróleo a Portugal relativos a 2008; em relação ao gás natural já se obtiveram relativos a 2009.

1. Segurança Energética – Um Conceito Dinâmico³

1.1. Geopolítica e Geoeconomia

Fundamental, quer para a segurança, quer para o poder dos Estados, são, sem dúvida, os conceitos de Geopolítica e, mais recentemente, de Geoeconomia.

Após 1970, a Geopolítica passou a ser encarada como uma forma de estudar a evolução das relações de poder entre os diferentes pólos políticos, tendo em vista as suas características geográficas, e o encontrar de nódulos que as condicionam, restringindo ou potenciando a sua capacidade de afirmação. Neste contexto, apareceu a abordagem multidisciplinar da geopolítica, em autores como Raymond Aron, Henry Kissinger, Paul Kennedy, Samuel Huntington, Zbigniew Brzezinski⁴.

No âmbito do conceito de Geopolítica⁵, debruçemo-nos na Geopolítica pós-moderna de Gearóid Ó Tuathail (Tuathail, 1998: 28; Tuathail e Dalby, 1998: 16-38)⁶, que procura demonstrar como as práticas geopolíticas são afectadas e transformadas, quer pela revolução nas tecnologias de informação (a inforcionalização), quer pela própria globalização.

Com efeito, a geopolítica pós-moderna apresenta as seguintes características: visualizações telemétricas; simulações pós-perspectiva; redes globais; glocalização; *Jihad/Macworld*; poder telemétrico; domínio do *software*; perigos desterritorializados; resposta flexível; resposta rápida; colectividades *cyborg*; redes/*cyborgs*.

Os recursos aparecem com uma posição de grande relevância na aquisição e reforço do poder – caso dos recursos alimentares, hídricos ou energéticos. Obviamente, são diferentes as percepções de ameaça quando nos encontramos perante a escassez de recursos alimentares e de água (percepção de perigo imediato e

3 Este capítulo é desenvolvido com base em Leal, 2009: 14-23.

4 Cf. Santos, 2008: 6.

5 O conceito de geopolítica sofreu uma grande evolução. Com efeito, segundo G. Ó Tuathail, a geopolítica moderna pode ser agrupada em quatro fases, nomeadamente: (1) 1815-1875 – a da ordem da geopolítica britânica, dominada por uma geopolítica de tipo civilizacional; (2) 1875-1945 – a da rivalidade inter-imperial, caracterizada por uma geopolítica “naturalizada”, destacando-se Alfred T. Mahan e a importância do poder marítimo, H. Mackinder e a importância do poder terrestre, N. Spykman, ...; (3) 1945-1990 – a da ordem da geopolítica da Guerra Fria, dominada por uma geopolítica de cariz ideológico (sobressaindo S. B. Cohen, ...); (4) Liberalismo transnacionalista, associado a uma geopolítica “expandida” (por exemplo, Z. Brzezinski).

6 Adaptado por Fernandes, 2004: 185.

directo para os cidadãos) ou quando faltam recursos energéticos (percepção diferida de perigo).

No âmbito da nova geopolítica tem-se vindo a desenvolver a dimensão da geo-economia, isto é, uma relação entre espaço e poder, ou entre geografia e política, encarando o poder ao serviço da geografia económica, onde esta deverá ser entendida como “a política orientada para intervir na resolução de problemas espaciais associados à economia, gestão de recursos, de fluxos, de resposta equilibrada às necessidades humanas.”⁷

Defarges coloca a tónica na importância da geoeconomia, que se inscreve de uma forma particular dentro da nova geopolítica. Assim, considera que no final do século XX surgiram fronteiras geográficas, fronteiras nacionais, fronteiras regionais, fronteiras culturais e civilizacionais, fronteiras económicas, fronteiras de segurança e nada obriga a que cada uma delas coincida com as restantes⁸.

No pós-Guerra Fria, Edward Luttwak⁹ vem defender a geoeconomia como a “nova versão da antiga rivalidade entre os Estados”, designada por Geopolítica, ou política do poder, delineando, assim, os contornos de uma nova forma de realismo, essencialmente de tipo económico. Para este autor, a geoeconomia é o principal factor explicativo das relações internacionais do pós-Guerra Fria entre o Mundo capitalista desenvolvido, implicando uma perda de importância relativa do poder militar e da diplomacia. As excepções continuam a ser as zonas conflituais da periferia subdesenvolvida, onde a diplomacia e a guerra permanecem tão relevantes como no passado (como nos Balcãs ou no Golfo Pérsico). (Luttwak, 2000: 160-170).

Segundo Luttwak, existem diferenças quanto aos objectivos, meios e implicações entre a geoeconomia e a geopolítica, nomeadamente:

7 Cf. Correira, 2002: 281.

8 Cf. Defarges, 2002: 247.

9 Edward Luttwak tem uma visão realista, centrada na economia e nas disputas entre as grandes potências económicas.

Tabela 1.1
Diferenças entre Geopolítica e Geoeconomia

	Objectivos	Meios	Implicações
Geoeconomia	(1) Conquista (ou defesa) de importantes papéis em indústrias estratégicas de elevado valor acrescentado (telecomunicações, informação tecnológica, biotecnologia, aeronáutica.	I. Utilizados por empresas auxiliadas/ /orientadas pelo Estado: (1) I&D de alto risco; (2) Investimentos de penetração nos mercados; (3) Excesso de produção como investimento a fim de forçar a obtenção de uma parcela do mercado. II. Só pelo Estado: (1) Tarifas, quotas (=defesa de fronteiras); (2) Obstáculos discretos às importações, através de regulamentações (=emboscadas); (3) Descontos no financiamento às importações (=ataques); (4) Programas tecnológicos (=campanhas no teatro de guerra); (5) Informações económicas e técnicas.	I. Económicas: (1) Forte desvantagem comparativa para as empresas/ /indústrias-alvo de ataques geoeconómicos se não estiverem protegidas; (2) Excesso crónico de capacidade nos sectores onde as empresas apoiadas pelo Estado actuam para além dos limites da lucratividade; (3) Desperdício crónico de recursos genéricos. II. Políticas: (1) A geoeconomia faz aumentar o poder das elites governamentais; (2) Se outros praticam a Geoeconomia, a abstenção poderá significar a derrota na economia; (3) As lutas geoeconómicas poderão substituir a política de poder, na promoção da coesão nacional; (4) As lutas geoeconómicas poderão erodir alianças residuais de poder.
Geopolítica	(1) Segurança territorial; (2) Expansão; (3) Influência sobre outros Estados; (4) Prestígio.	(1) Força militar; (2) Diplomacia; (3) Propaganda; (4) Desenvolvimento do armamento.	(1) Dilema de segurança; (2) Procura de um equilíbrio de poderes; (3) Resolução dos conflitos mais graves com recurso a meios militares.

Fonte: Luttwak, 2000: 177.

Ainda no âmbito da Geopolítica surge a chamada Geopolítica do Petróleo¹⁰. Segundo Melvin Conant (Devlin, 1999: 265), o termo “geopolítica do petróleo” significa o seguinte: por um lado, **geo** refere-se à localização das reservas petrolíferas; por outro, **política** reflecte as decisões de importação e produção dos Governos que influem no acesso aos aprovisionamentos. Em termos gerais, este conceito é também aplicado ao gás natural e a outros recursos incluindo os minerais. No presente, os factores geopolíticos tendem a ganhar importância, à medida que o desajuste entre reservas/aprovisionamento e procura aumentam.

A água e a energia apresentam-se como elementos chave da configuração das relações de força durante o século XXI. Há zonas de produção de recursos sobretudo energéticos, que se podem transformar em centros activos de poder, particularmente se tiverem dimensão geográfica crítica. Os efeitos gerados pelo sistema financeiro mundial introduzem uma forte tensão nas relações de troca entre os que dispõem de recursos naturais, nomeadamente petróleo, e os que não possuem. Somente uma ruptura tecnológica no âmbito da energia, que consiga libertar os países da dependência dos produtores de petróleo poderá alterar a situação com a qual o mundo de hoje se confronta. Vivemos no âmbito da matriz energética dos combustíveis fósseis, especialmente para os transportes – petróleo, gás natural, carvão e carvão líquido (CTL).

Actualmente, o petróleo acaba por não constituir apenas um interesse comercial financeiro dos negócios de cada país, para constituir um interesse nacional dos países, ditando as suas políticas e estratégias. O petróleo pode ser utilizado como arma política: o embargo decretado pela Arábia Saudita no fornecimento de petróleo aos EUA e à Holanda, como protesto contra o apoio daqueles países a Israel na Guerra de Yom Kippur. Ou umas semanas mais tarde, a redução dos fornecimentos em 25% até que Israel decidisse retirar-se dos territórios ocupados. Um mês depois, a OPEP quadruplicou o preço do petróleo. O embargo petrolífero e o aumento dos preços desencadearam uma recessão económica prolongada no Ocidente. A partir desse momento, o petróleo passou a estar imbricado na política.

No âmbito da energia, assistimos a mudanças geoeconómicas com reflexos e alterações geopolíticas em três dimensões: (1) mudanças estruturais nos mercados de energia;

10 Ligado ao conceito de geopolítica do petróleo, devemos ter em conta outras duas definições: matéria-prima estratégica e recurso estratégico.

Segundo André Giraud e Xavier Boy de la Tour, existem dois critérios para classificar uma matéria-prima como estratégica: (1) o seu grau de importância para a economia de um país; (2) se existem riscos potenciais que possam afectar o seu fornecimento (no caso dos países fornecedores serem política, económica ou socialmente instáveis; quando existe uma situação de oligopólio em que um pequeno número de países assegura o fornecimento; quando se verifica uma forte dependência das importações dessa matéria-prima; numa situação em que a um consumo elevado por parte de um país correspondem reservas exíguas. (Giraud e Tour, 1987: 28).

Para Robert Nayberg um recurso é classificado como estratégico quando respeita três critérios: (1) a sua posse reveste o carácter de utilidade manifesta; (2) a falta de alternativas imediatamente disponíveis com vista à sua substituição (unicidade); (3) as características de necessidade e unicidade devem ser claramente percebidas pelos decisores políticos. (Nayberg, 1997: 77 e segs).

(2) mudanças estratégicas nos mercados financeiros internacionais; (3) redistribuição de poder e riqueza. Estas três mudanças são o resultado dos seguintes factores (Silva, 2008 e Nerliche, 2008: 4-5):

- As NOC controlam 80% a 85% das reservas de petróleo, e 60% a 70% das reservas de gás são controladas pelos governos ou por empresas públicas;
- Verificam-se dificuldades no acesso a novas reservas por parte das IOCs (que apenas controlam 7% das reservas petrolíferas);
- O mercado do petróleo é cada vez mais conduzido pelos fornecedores e não pelos consumidores;
- Grande parte dos aprovisionamentos de petróleo e de gás são oriundos de Estados fora da OCDE e das regras da OMC;
- Verifica-se uma crescente dependência da OPEP;
- O mercado global do petróleo já não é regido pelos mecanismos de mercado pelas seguintes razões – (i) concentração no Médio Oriente (destacando-se a Arábia Saudita); (ii) os países da OPEP descobriram o seu poder coercivo; (iii) as políticas de investimento dos Estados detentores de reservas e produtores são cada vez mais conduzidas por interesses e políticas nacionais, por vezes agressivas; (iv) inexistência de um mercado integrado do gás, havendo pouca sobreposição entre as três maiores áreas de aprovisionamento: Europa (Federação Russa e Argélia), Ásia Oriental e EUA (fundamentalmente do Canadá); (v) as perspectivas de triplicação do GNL e as esperadas passagens pelo Nordeste irão alterar este modelo na direcção de um aumento de aprovisionamento inter-regional e intercontinental; (vi) a emergência de coligações parcialmente intercontinentais entre produtores, quer de petróleo, quer de gás (Organização Xangai para a Cooperação, Grupo Boliviano, Fórum dos Países Exportadores de Gás).
- Possibilidade de aliança entre países emergentes e países produtores de petróleo – (i) eixo China/Índia/Brasil/OPEP; (ii) o papel da Rússia e da Ásia Central; (iii) a resistência à hegemonia americana; (iv) a detenção por parte da China de reservas monetárias de US\$1 430 mil milhões;
- As novas formações são dominadas por países anti-EUA e anti-Occidente com uma *drive* expansiva e, por vezes, agressiva;
- Declínio da influência dos EUA devido a uma série de razões – (i) fraca liderança política (durante a Administração Bush); (ii) má orientação contra o terrorismo; (iii) vácuo de poder na Ásia; (iv) “atoleiro” iraquiano; (v) fraqueza do dólar; (vi) dependência acentuada de credores externos; (vii) a vulnerabilidade dos EUA a pressões financeiras e monetárias; (viii) o perigo geopolítico dos défices “gémeos”;
- Crescimento do nacionalismo dos recursos – Rússia, Venezuela, Argélia, Equador, ... – e menor eficiência de produção, limitando a oferta;
- Crescimento financeiro exponencial dos países produtores, o qual duplicou nos últimos 3 anos (receitas da OPEP em 2007: US\$658 mil milhões) e a acção dos fundos soberanos;

- As dependências mútuas entre alguns produtores e consumidores muitas vezes são consideradas como estabilizadoras, mas estas relações comerciais são assimétricas e muitas vezes colocam o Estado produtor numa situação de grande competitividade ou de hostilidade;
- Paralelamente, alguns países produtores, como os EUA, estão a criar dependências de “segunda ordem” através de políticas de investimento, que podem assegurar interesses de protecção de terceiras partes e reduzir o poder coercivo de Estados consumidores não cooperativos;
- O bilateralismo na diplomacia da energia está a tornar-se rapidamente numa ferramenta crítica importante para assegurar os compromissos de aprovisionamento a longo prazo (por exemplo, China *vis-à-vis* Cazaquistão, os Estados do CCG, Irão, Sudão, Nigéria e outros), para escapar às restrições dos EUA (por exemplo, Irão *vis-à-vis* Arábia Saudita, Venezuela e outros) ou equilibrar a influência dominante dos EUA (por exemplo, Arábia Saudita e outros Estados do CCG *vis-à-vis* Índia, China, e até Irão, e outros);
- Ainda existem recursos objecto de contestação ou confirmados, como por exemplo, no Mar de Barents (Rússia/Noruega), na região polar do Norte (Rússia, EUA, Canadá, Dinamarca), Aegean (Grécia/Turquia), etc., que podem conduzir a conflitos abertos.

Alguns grandes produtores estão envolvidos em jogos de equilíbrio (por exemplo, a Arábia Saudita), jogos de desafios (por exemplo, Venezuela), ou jogos de poder (Rússia).

Em suma, mesmo sem violência e sem conflito, as alterações geopolíticas desfavoráveis nas estruturas globais do petróleo e do gás podem alterar a segurança de aprovisionamento e as estruturas de poder regionais e até globais.

1.2. A Segurança Energética e a Desordem Internacional

Perante este cenário, existe cada vez mais a preocupação com a segurança energética.

O abastecimento global de energia, hoje em dia, está profundamente afectado, quer pelo estado de desordem internacional actual, quer porque é ele próprio uma força motriz numa competitividade internacional exacerbada.

Ao longo de décadas, os EUA foram um garante do fornecimento, de certa forma seguro, de energia entre as nações industrializadas, que eram reguladas por instituições internacionais orientadas para os clientes e que ajudaram ao estabelecimento de um mercado global para o petróleo, o que também auxiliou a regulação do fornecimento do gás. Nos últimos anos tem-se assistido à inversão desta situação.

Com as alterações dos ambientes geoestratégicos para o aprovisionamento de energia são sobretudo afectados pelas mudanças de relações de poder entre os actores globais:

- Os EUA que estão massivamente dependentes das importações do petróleo e do gás; porém estão a procurar reduzir esta dependência e aumentar a quota das suas importações de países “amigos” (Canadá, África e América Latina);
- A Rússia que está a usar abertamente os seus recursos energéticos como alavanca para o seu restabelecimento como poder global. A crescente postura autoritária política e militar é apoiada pelas suas exportações de petróleo e de gás. Actualmente, as suas aspirações globais visam reforçar a estabilidade interna, mas poderão desenvolver-se no sentido de um jogo global de poder. A vítima mais provável das estratégias de exportações mais agressivas da Rússia será a Europa.
- A China que é um caso diferente. Enquanto a Rússia está concentrada na recuperação do poder, a China reentrou na cena global. É mais firme e enérgica, menos restringida a negociar com os fornecedores. Possui uma estratégia política a longo prazo, apoiada por uma forte e crescente base económica e, mais lentamente, pelo poder militar para suporte das suas políticas globais orientadas para a energia. Este país procura apoiar redes a fim de assegurar os seus aprovisionamentos energéticos (em África, região do Cáspio, e com cautela na zona do Golfo). Não obstante, a sua dependência das importações de energia é real e tenderá a aumentar. “And for a long time to come, its dependence on oil and gas imports will be threatened by unmatched U.S. military power along the Indian Ocean lines and beyond.” (Nerliche, 2008: 8)

Na evolução actual da constelação de actores globais de energia, sobretudo o petróleo e o gás, tornaram-se numa *driver* chave:

- As relações de poder entre os actores globais não serão determinadas pelas relações de força directas, e a concorrência económica é demasiado complexa para permitir medir o poder global respectivo.
- As alterações mais prováveis nas relações de poder global irão resultar das mudanças na forma como os grandes Estados fornecedores irão desenvolver e alinhar-se com os actores globais. A título ilustrativo, se os Estados do CCG passarem por profundas transformações políticas, como, por exemplo, o Irão, tal bastará para lhes proporcionar poder e influência – contudo não desejável – sobre as relações estratégicas entre actores globais.
- Acima de tudo, em relação ao Golfo e à região do Cáspio, e a todos os actores globais, no topo a China e a Rússia, e os Estados regionais fornecedores estão completamente a par.

Segundo Uwe Nerliche (2008: 9), a alteração das relações entre actores globais e os principais fornecedores regionais poderá ter implicações de vária ordem:

- Resultar em políticas estratégicas dos actores globais (por exemplo, uma eventual aproximação EUA-Irão ou um aumento da penetração da China no Golfo e em África);

- Resultar em alterações internas nos grandes Estados aprovizionadores (como os do CCG, destacando-se a Arábia Saudita);
- Afetar os interesses vitais;
- Afetar as relações entre os actores globais por alterações em parte dos grandes Estados abastecedores e o seu papel na concorrência global;
- Como nenhum dos Estados fornecedores (com excepção da Rússia) é auto-suficiente e todos necessitam de protecção, as coligações de fornecedores, Estados trânsito e redes orientadas para os clientes como a *al-Qaeda* tornam-se cada vez mais importantes (após toda a *al-Qaeda* se ter desenvolvido em resposta primeiro à Rússia e depois em relação à presença militar norte-americana);
- Por enquanto não existe nenhum mecanismo de mitigação. Transformações dentro e entre os grandes fornecedores poderão ser conduzidas por factores (por exemplo, sectários), que estão para além do alcance dos actores globais.

Para além destes aspectos há que não esquecer que actualmente assistimos ao redesenho dos grandes movimentos de petróleo e de gás natural dos produtores para os consumidores. Com efeito, para além da questão das quantidades disponíveis destes hidrocarbonetos, presenciámos o aparecimento de novos países consumidores, com populações elevadas (e cujas projecções futuras apontam para um crescimento exponencial). Até há pouco tempo, os principais consumidores de energia eram os EUA e a Europa; no futuro serão as novas economias emergentes – como a China e Índia. Face ao novo contexto, será necessário redesenhar toda a infra-estrutura de aprovisionamento energético, bem como a funcionalidade das rotas de abastecimento. Em suma, o grande desafio actual prende-se não tanto a nível das quantidades disponíveis *grasso modo*, mas sim como “conduzi-las” a onde elas são necessárias.

1.3. A Segurança Energética e os Riscos de Abastecimento

A evolução actual de disputa de poder é uma luta económica, de influência e de recursos. O controlo sobre os fornecimentos de energia tornou-se um elemento central desta concorrência, todavia, cada vez mais apoiado em força militar. Em virtude dos incentivos e dos potenciais conflitos, é, sem dúvida, relevante para os planeadores de política que a concorrência em relação aos aprovisionamentos de energia poderá conduzir a conflitos maiores ou até globais com dimensões militares críticas, mesmo que nenhum dos actores globais esteja comprometido com o desenrolar de tais eventos.

No âmbito das estruturas de fornecimento global e regional, as cadeias de aprovisionamento são cada vez mais ameaçadas pelo terrorismo, insurreições, pirataria e sabotagem, bem como por negligência e incompetência. Os ataques terroristas e insurreccionais nas instalações de petróleo e de gás são, actualmente, focos de atenção.

Todos os segmentos da cadeia de petróleo e de gás, desde os jazigos até às estações de gasolina e de toda a rede de oleodutos, gasodutos e transporte marítimo até aos

terminais, navios e refinarias podem ser alvos, tendo obviamente de ser protegidos. As exigências globais e competitivas, o transporte e as suas implicações estratégicas tornaram a segurança energética num requisito de segurança global.

Todavia, ao avaliar estes riscos é importante fazer duas distinções (Nerliche, 2008: 4):

- (1) a vulnerabilidade tende a ser compreendida em termos da sua susceptibilidade técnica e da sua fraqueza. Esta condição pode ser mitigada até certo nível, mas nunca eliminada. Assim, é importante compreender porque é que não ocorreram mais e variadas catástrofes até hoje. Um factor, que pode ser iludido, é a crescente protecção. Mais importante, os ataques, sobretudo aqueles em larga escala, são guiados por políticas com objectivos estratégicos precisos. Nesta perspectiva, a vulnerabilidade tem de ser compreendida em termos de consequências planeadas, em particular os efeitos em cascada e os secundários com impacto político. Esta vulnerabilidade não funcionará sem vulnerabilidades técnicas, mas na possibilidade de grandes ataques, a selecção de alvos e as hipóteses para estragos disruptivos decorrerão de uma política racional por trás dos mesmos.
- (2) Abaixo do nível do conflito militar são possíveis de efectuar e ocorrer diferentes tipos de ataques: sabotagem, pirataria, terrorismo incidental, insurreições, campanhas terroristas e terrorismo estratégico, que visa transformações estratégicas e duradouras.

Actualmente, os ambientes político-estratégicos para a segurança energética estão em transformação. Assim, os riscos envolvidos no aprovisionamento global e regional diferem, de nível para nível (Nerliche, 2008: 7):

- Vulnerabilidades na cadeia de aprovisionamento – oferecem oportunidades disruptivas a actores hostis ao mesmo tempo dos riscos de infra-estruturas insuficientes, má administração e acidentes. As consequências estratégicas irão exigir a preparação de ataques complexos.
- Incidentes terroristas e pirataria – poderão ter impactos consideráveis como parte de grandes campanhas, mas sobretudo em termos de disrupção local e de atenção política.
- Campanhas não-Estatais, como a *jihad* económica que visa uma disrupção sistémica grande.
- Riscos geopolíticos, ou seja, nível actual ou potencial dos conflitos com dimensão energética.

Assim, segundo António Costa e Silva (2007), no século XXI, o conceito de segurança energética enfrenta novas ameaças: terrorismo, desestabilização interna nos países produtores por grupos extremistas, erosão da *spare capacity*, dependência crescente da OPEP, furacões como o Katrina e Rita, paralisação da rede de produção e distribuição de energia, *black-outs*, volatilidade extrema dos preços, ameaça climática, factor demográfico e insustentabilidade do modelo energético actual.

Perante as novas ameaças, como veremos, tornam-se necessárias novas respostas estratégicas (Silva, 2007), nomeadamente:

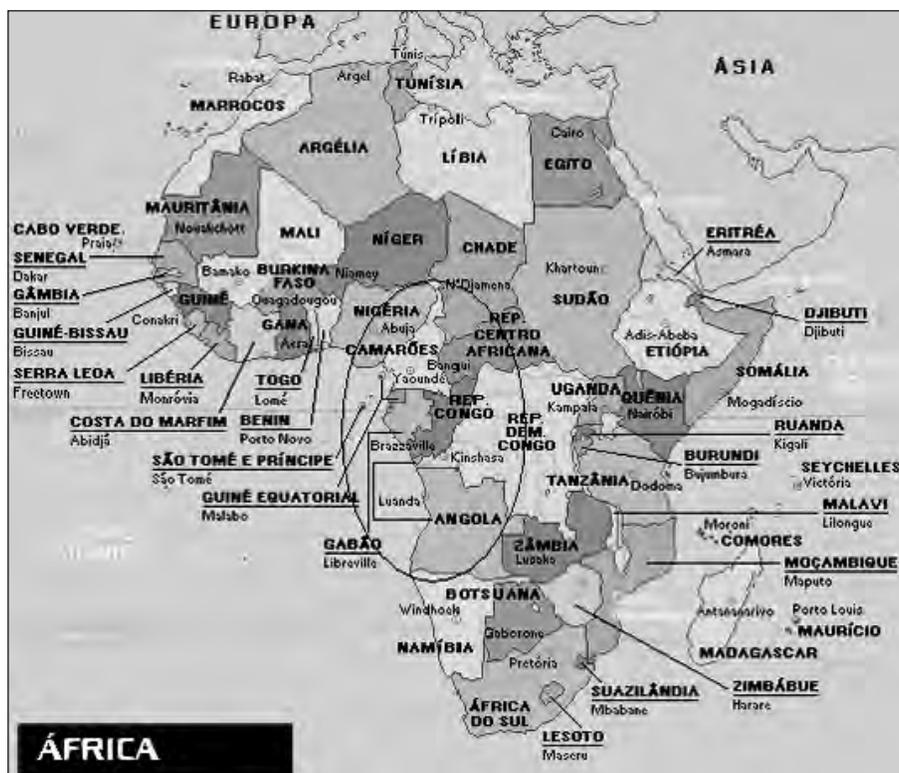
- Redução da dependência da OPEP, mudança do modelo energético;
- Aposta nas energias renováveis, nos biocombustíveis, na energia hidroelétrica, nuclear, biomassa;
- Microgeração;
- Nova política para as reservas estratégicas de petróleo;
- Criação de reservas estratégicas de gás;
- Diversificação das fontes de abastecimento (eixo Mediterrânico/Atlântico/Ásia Central);
- Integração da China e da Índia na Agência Internacional de Energia;
- e construção do mercado único integrado europeu de energia.

Neste novo contexto, marcado pela mudança da geoeconomia do petróleo, no sentido do reforço de poder de zonas instáveis (Golfo Pérsico e Cáspio – ou seja, dos países da OPEP e da Rússia) com reflexos na geopolítica, dada a emergência de duas potências sem recursos energéticos (China e Índia) e uma potência dominante que também não tem recursos (EUA), estamos perante uma situação que irá conduzir a uma reconfiguração dos actores no sistema internacional. A segurança energética deverá ser analisada numa dupla perspectiva económica e de estratégia. Na primeira, o desafio é desvelar a forma de reduzir a chantagem económica dos fornecedores sobre os consumidores de que poderão ser exemplos a Argélia e/ou a Nigéria sobre Portugal. Na segunda, há que saber de que forma é que os países consumidores se poderão proteger contra eventuais turbulências em regiões produtoras, as quais poderão conduzir a restrições/disrupções da oferta.

2. A Bacia Emergente da África Ocidental

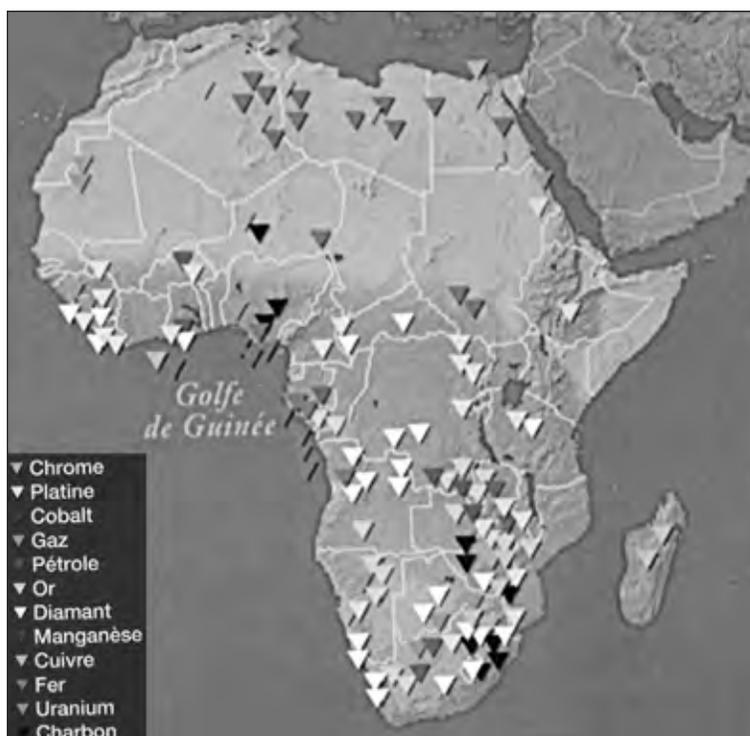
2.1. Um Breve Olhar sobre os Recursos Energéticos da Bacia da África Ocidental

Figura 2.1
Mapa da Bacia da África Ocidental



Fonte: *Wordpress*, [on-line], Jan. 2009. Disponível em <http://edugana.files.wordpress.com/2008/06/africa.gif>

Figura 2.2
Os Recursos Minerais da Bacia da África Ocidental



Fonte: Raison, *Le Dessous des Cartes*, Atlas d'un Monde qui Change 2, Paris: Éditions Tallandier/Arte Éditions, 2007, p.132.

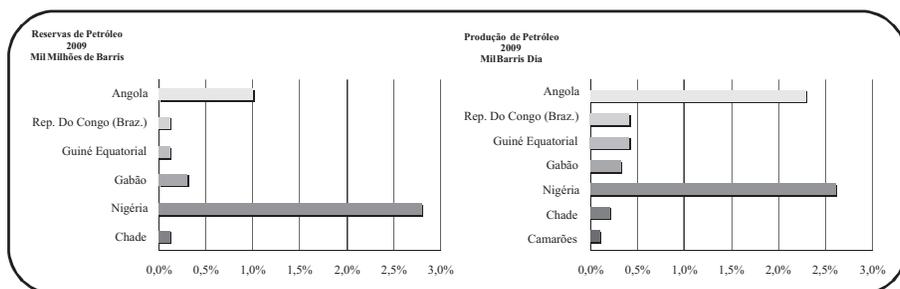
A produção petrolífera em África começou no princípio do século passado, no Egípto. A partir de 1960, os países do norte de África – Egípto, Argélia, Líbia e Tunísia – asseguravam o essencial da produção de petróleo e de gás natural do continente africano.

Em finais de 2009, o continente africano detinha 9,6% das reservas mundiais de petróleo e 7,9% de gás natural. No que diz respeito à produção era responsável por 12,0% de petróleo (4ª maior região) e 6,8% de gás natural (5ª maior área) (BP, 2010).

Em termos de importância nos mercados petrolíferos internacionais podemos dividir a região de África em duas áreas: (1) os países situados no norte de África, pioneiros na exploração, detentores de importantes reservas e com um elevado nível de produção; (2) África Subsariana, com uma expressão ainda secundária nos mercados petrolíferos mundiais. Apesar deste posicionamento, alguns países da África Subsariana têm vindo a conquistar uma importância crescente no sector energético global (casos de Angola e Nigéria).

Na Bacia energética da África Ocidental, vários países têm vindo a ganhar importância na arena da geopolítica do petróleo graças às descobertas de novas reservas e à expansão da produção¹¹. Dentre estes destacam-se a Nigéria, Angola, República do Congo, Guiné Equatorial e Gabão.

Figura 2.3
Principais Reservas e Produção de Petróleo dos Países da Bacia da África Ocidental 2009 – % quota em termos mundiais



Fonte: BP, *BP Statistical Review of World Energy*, 2010, p. 6-8.

Tabela 2.1
Países da Bacia da África Ocidental – Principais Reservas (2009) e Produção (2008) de Gás Natural

	Reservas (2009)	Produção (2008)
Nigéria	5,25 trilhões metros cúbicos	24,9 bilhões metros cúbicos (2009)
Camarões	135 bilhões metros cúbicos	28 milhões metros cúbicos
Chade	-----	-----
Guiné Equatorial	36,81 mil milhões metros cúbicos	6,67 mil milhões metros cúbicos
S. Tomé e Príncipe	-----	-----
Gabão	28,32 mil milhões metros cúbicos	84 milhões metros cúbicos
República do Congo	90,61 bilhões metros cúbicos	-----
Angola	269,8 bilhões metros cúbicos	672 milhões metros cúbicos

Fonte: BP, *BP Statistical Review of World Energy*, 2009; EIA, *Country Energy Profiles*, Fev. 2009, [On-Line], Disponível em <http://tonto.eia.doe.gov/country/index.cfm>.

11 Tanto mais que a passagem do pico de produção das reservas mundiais, que segundo vários peritos já está a ocorrer, determinará um aumento de investimentos no *upstream*, um aumento dos preços de petróleo e uma valorização da Bacia Ocidental de África, dadas as suas jazidas.

Actualmente, “cerca de 60% da produção petrolífera da África Ocidental provém de campos petrolíferos localizados *offshore*” (Pulido e Fonseca, 2004: 155). Estas zonas estão a evoluir com grande dinamismo graças aos desenvolvimentos tecnológicos que têm permitido às grandes IOC localizar, dimensionar e explorar recursos situados no fundo do mar a profundidades cada vez maiores¹². Desde há décadas que se verifica a presença das *Supermajors* e das *Majors*¹³ nesta região: Shell, Mobil, Chevron, Elf, Agip e Texaco.

12 É curioso destacar que as NOC controlam, hoje em dia, o aprovisionamento de cerca de 80 a 85% das reservas mundiais de petróleo e de gás, e influenciam a subida dos preços. Porém, tal como a maioria das empresas estatais elas são propensas a terem pessoal excedentário, subinvestimento, interferência política e corrupção. As IOC, que apenas controlam o restante, são mais eficientes do que as NOC em um terço na conversão de reservas em produção actual. (National Petroleum Council, 2007: 11).

13 Podemos classificar os *players* do mercado da seguinte forma:

- (1) Companhias Petrolíferas Nacionais (NOC) – Trata-se de empresas detidas total ou maioritariamente pelo respectivo Estado;
- (2) Companhias de Petróleo Internacionais (IOC) – Trata-se de empresas petrolíferas internacionais que são maioritariamente privadas. Neste grupo podemos distinguir entre as *Supermajors* e as *Majors*. As primeiras, constituem um “núcleo duro” formado pelas grandes companhias integradas verticalmente que operam na produção de petróleo bruto e dispõem da maior rede de capacidade de refinação à escala mundial, detendo as maiores redes de distribuição nas economias desenvolvidas. São grandes clientes de petróleo bruto dos produtores OPEP: ExxonMobil, Royal Dutch/Shell, BP Amoco, TotalFinaElf, Chevron/Texaco e ENI. Quanto às *Majors*, correspondem a companhias que detêm uma dimensão elevada, mas que não se aproximam das *Supermajors*, sendo exemplos ConocoPhillips (EUA), Occidental (EUA), Unocal (EUA).
- (3) Companhias de Petróleo Especializadas – Companhias petrolíferas que se dedicam apenas a uma parte da cadeia do negócio do petróleo.

Tabela 2.2

Bacia da África Ocidental: Alguns Indicadores Petrolíferos

País	NOC	Principais Companhias Petrolíferas Estrangeiras	Principais Áreas	Zonas Conjuntas
Nigéria	NNPC	Shell, Elf, Agip, Chevron, Mobil, Texaco	Delta do Níger, Sudeste da Nigéria, <i>offshore</i> no Bight de Benin	JDZ (S. Tomé e Príncipe)
Camarões	SNH	ExxonMobil, Petronas, Chevron	Rio del Rey, Costa Ocidental e Norte	
Chade	SHT	ExxonMobil, Encana, Energem, Total, Petronas, Chevron	Doba e Bacia de Chade	
Guiné Equatorial	GEPetrol	ExxonMobil, Chevron, Devon Energy, Marathon Oil, Noble Energy, Petrosa, CNOOC, Petronas, Roc oil, Glencore	Blocos <i>offshore</i> no Golfo da Guiné	
S. Tomé e Príncipe	—	Chevron, Sonangol, Chevron, ExxonMobil, Sinopec, Anadarko, Conoil, Filthim-Huzod Oil & Gas	<i>Offshore</i> (Fronteira marítima com a Nigéria)	JDZ (Nigéria)
Gabão	SNPG	Shell, Total, Addax Petroleum, Tullow Oil, Vaalco, Maurel et Prom, Forest Oil, Fusion, Pioneer, Agip, Peremco, Sasol	<i>Onshore</i> de Rabi-Kounga; <i>Offshore</i>	
República do Congo	SNPC	Total, ENI, Maurel et Prom, ChevronTexaco, ExxonMobil, Anadarko, Perenco, Murphy, Tullow Oil, Afren PLC, Sinopec	<i>Onshore</i> de Pointe Indienne <i>Offshore</i> (N'Kossa, Tchibouela, Kitina, Loanga, Zachi, Kouakouala)	JDZ Angola
Angola	Sonangol	BP, Chevron, ENI, Total, Mobil, Devon Energy, Maersk, Occidental, Roc oil, Statoil, Sinopec	<i>Offshore</i> (águas ultraprofundas Noroeste; águas ultraprofundas Kwanza; águas ultraprofundas Namibe)	JDZ Rep. do Congo

Fonte: BP, *BP Statistical Review of World Energy*, Londres, Jun. 2008; EIA, *Country Analysis Briefs*, Ref. de Fev. 2009, [On-Line], Disponível em <http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/index.html>; EIA, *Country Energy Profiles*, Ref. de Fev. 2009, [On-Line], Disponível em <http://tonto.eia.doe.gov/country/index.cfm>.

Todavia, esta área enfrenta vários factores de instabilidade política, económica e social que afectam bastante o contexto para o investimento e desenvolvimento das respectivas actividades económicas. A falta de transparência na gestão dos assuntos pú-

blicos, a corrupção e o clientelismo das elites que detêm o poder reduziram a capacidade dos Estados para assumirem as suas responsabilidades. Os problemas de governação colocam em causa os esforços de desenvolvimento social, que implicam continuidade política e uma visão de longo prazo, contribuindo para atrasar os efeitos do ajustamento estrutural, na medida em que aumentam os receios dos investidores (*vide* Anexo I).

A criminalização crescente das sociedades, a violência organizada e a proliferação dos conflitos armados de um novo tipo, com as respectivas consequências nos planos humanitário, social, económico e ambiental, são outras das características da evolução recente de vários países africanos.

Para terminar, apresentamos alguns indicadores políticos, económicos e sociais de forma a termos uma melhor compreensão desta região e as razões que tornam esta região uma área de risco para o IDE.

Tabela 2.3
Bacia da África Ocidental: Alguns Indicadores Políticos, Económicos e Sociais Mais Recentes

País	Data da Independência/Pot. Colonizadora	Tipo de Regime	Rank Estado Falhado ^{a)}	População Meados 2009 (milhões)	População por Idade ^{b)} 2007 (%)		Valor do IDH ¹ /posição no Ranking ^{c)} 2007	Crescimento do PIB ^{d)} 2009 (%)	Taxa de Literacia > 15 anos 1997-2007 ^{e)} (%)
					< 15	65 +			
Nigéria	1960 de Inglaterra	República Federal	15 ^{a)}	152,6	45	3	0,511/ 158 ^{a)}	5	72,2
Camarões	1961 de Inglaterra	República/ /Regime Presidencial Multipartidário	26 ^{a)}	18,9	42	4	0,523/ 153 ^{a)}	- 1	67,9
Chade	1960 de França	República	4 ^{a)}	10,3	46	3	0,392/ 175 ^{a)}	- 1	31,8
Guiné Equatorial	1982 de Espanha	República	47 ^{a)}	0,7	41	3	0,719/ 118 ^{a)}	- 1,8	87,0
S. Tomé e Príncipe	1975 de Portugal	República	95 ^{a)}	0,2	41	4	0,651/ 131 ^{a)}	4,3	87,9
Gabão	1960 de França	República/ /Regime Presidencial Multipartidário	99 ^{a)}	1,5	37	4	0,655/ 103 ^{a)}	- 1	86,2
República do Congo	1960 de França	República	30 ^{a)}	3,7	42	3	0,601/ 136 ^{a)}	6,6	81,1
Angola	1975 de Portugal	República/ /Regime Presidencial Multipartidário	5 ^{o)}	17,1	46	2	0,564/ 143 ^{a)}	- 0,6	67,4

¹ Indicador de Desenvolvimento Humano; indicador composto calculado pelo PNUD.

Fonte: ^{a)} “The Failed States Index 2010”, in *Foreign Policy*, 2010, [on-line], disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/06/21/2010_failed_states_index_interactive_map_and_rankings; ^{b)} PRB, *World Population Data Sheet 2009*, 2010; ^{c)} UN *Human Development Index: Report 2009*, Out. 2009; ^{d)} *The Economist Intelligence Unit (EIU)*, 2010.

2.2. A Nigéria e os Hidrocarbonetos

Em finais de 2009, em termos de reservas provadas de petróleo, a Nigéria dispunha de 37,2 mil milhões de barris¹⁴, com um R/P de 49,5 anos. A maior parte das reservas estão localizadas ao longo do Delta do Rio Níger, no Sudeste nigeriano e *offshore* no Bight de Benin, Golfo da Guiné e Bight de Bonny. A qualidade do crude gravita entre os 21° API e 45° API.

Em 2009, este país foi o maior produtor de petróleo em África, o 11.º em termos mundiais, e é membro da OPEP (*vide* Anexo II) desde 1971. Nesse ano, a produção total nigeriana foi de 2,061 mil b/d. Se a Nigéria conseguir colocar novamente *on-line* toda a produção petrolífera que actualmente está paralisada, a EIA (2007e: 2) estima que poderá atingir uma capacidade de produção total de 3 mil b/d. Aproximadamente dois terços da capacidade de produção da Nigéria está localizada *onshore*, enquanto um terço está situada *offshore*. Com a ajuda de novos projectos que irão entrar *on-line*, o Governo nigeriano espera aumentar a capacidade de produção petrolífera até aos 4 mil b/d.

Em 2006, em termos de exportações petrolíferas da Nigéria, 42% dirigiram-se, via marítima, para os EUA e 19% para a Europa. A Ásia está a tornar-se num importador cada vez mais importante. Presentemente, a Nigéria dispõe de seis terminais de exportação¹⁵.

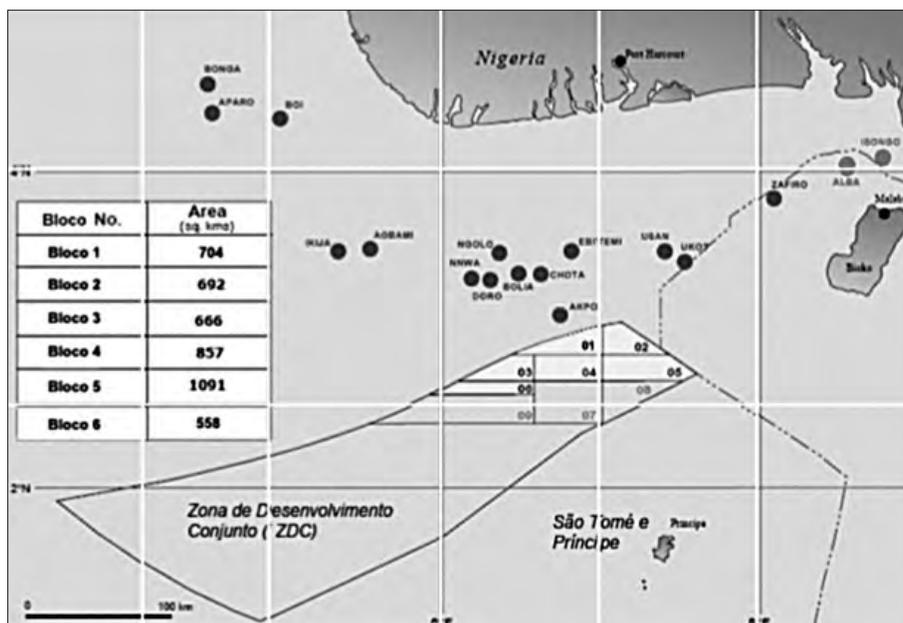
Até há pouco tempo, o *upstream* do sector petrolífero estava nas mãos das *Majors* e das *Supermajors*: Shell (através da *Shell Petroleum Development Company*), que explora mais de 100 campos produtores (destacando-se o *offshore* ultra-profundo de Bonga), de crude e de gás natural; ExxonMobil que, em 2005, produzia um pouco mais de 19% do crude nigeriano (nas áreas de produção Yoko, Bosi e, ainda o *offshore* de Ehra); a Total, responsável por cerca de 10% da produção (sobressaindo os campos de Amenam e, num futuro próximo, em Akpo). Cabe ainda mencionar as presenças da ChevronTexaco e da Eni e a ConocoPhilips; e, em finais de 2004, a entrada da companhia chinesa Sinopec.

Em 2005 São Tomé e Príncipe e a Nigéria estabeleceram um projecto designado *Joint Development Zone (ZDJ)* para a exploração da reserva de petróleo situada na fronteira marítima entre os dois países, tendo sido acordada a constituição de uma zona conjunta de exploração e a formação de uma comissão para o efeito (*vide* figura 2.4). Com efeito, trata-se de uma área de sobreposição de fronteiras marítimas resolvida, a 21 de Fevereiro de 2001, mediante um acordo que estabeleceu 60% de capital para a Nigéria e 40% para S. Tomé e Príncipe.

14 Cf. BP, 2010: 6. Em finais de 2009, a Nigéria ocupava o 10.º lugar à escala mundial e o 2.º à escala africana.

15 Terminais de exportação da Nigéria: Forcados e Bonny operados pela Shell; Escravos e Pennington pela Chevron; Qua Iboe pela ExxonMobil e Brass pela Agip. Cf. EIA, 2007e: 4.

Figura 2.4
Nigéria – S. Tomé e Príncipe – *Joint Development Zone* (JDZ)



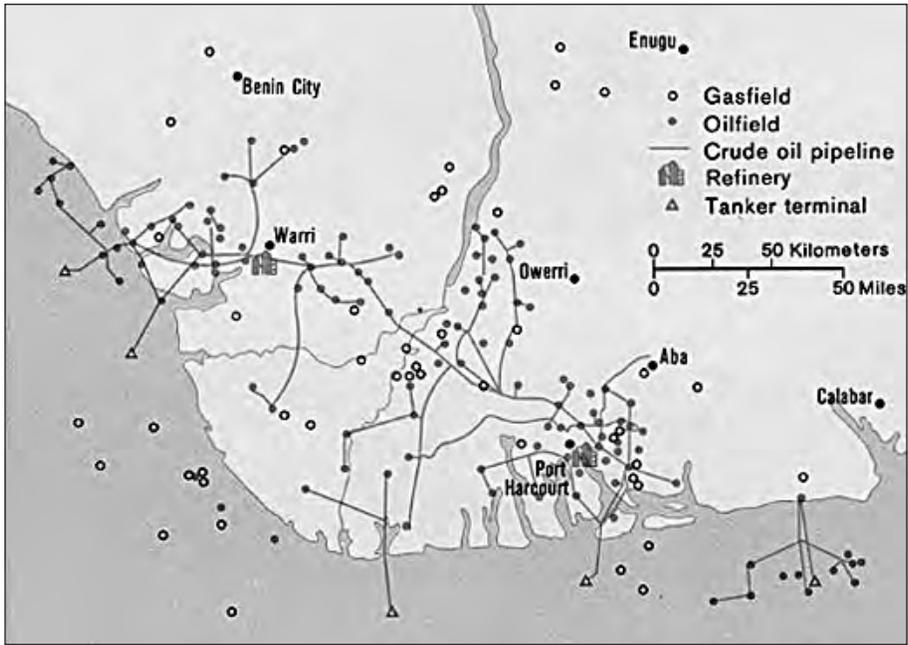
Fonte: Agência Nacional do Petróleo, São Tomé e Príncipe 02/004/09, [On-Line], Disponível em <http://www.anp-stp.gov.st/port/info/default.htm>

Em termos de operadores – empresas petrolíferas – presentes na *Joint Development Zone* (ZDJ) (Agência Nacional do Petróleo 2009):

- Bloco 1 – Chevron Texaco (51%), Exxon Mobil (40%), Dangote/EER (9%);
- Bloco 2 – SINOPEC/ERHC/ADDAX (65%), Equator Exploration/ONG Videsh (15%), A. & Hartman (10%), Foby Engineering (5%), Amber Petroleum (5%);
- Bloco 3 – Anadarko (51%), ERHC/ADDAX (25%), DNO/EER (10%), Amber Petroleum (10%), Ophir/Broadlink (4%);
- Bloco 4 – ADDAX/ERHC (60%), Conoil (20%), Dana Gas (10%), Godsonic Oil & Gas (5%), OVERT (5%);
- Bloco 5 – ICC/OEOC Consortium (75%), por atribuir em concurso (15%), Sahara (10%);
- Bloco 6 – Filthim-Huzod Oil & Gas (85%), por atribuir em concurso (15%).

Apesar de nos termos do acordo estar prevista a concessão de 23 blocos para exploração cujas reservas potenciais ascenderão a 14 mil milhões de barris, actualmente só seis deles foram concessionados.

Figura 2.5
Rede de Gasodutos e Oleodutos Nigerianos



Fonte: “Nigeria Oil and Gas”, [On-Line], Disponível em <http://www.lib.utexas.edu/>

Durante muito tempo, o gás natural foi tratado como um subproduto da exploração de crude. Dada a ausência de infra-estruturas adequadas para o seu aproveitamento procedeu-se à respectiva combustão, processo internacionalmente designado por *gas flaring*. Estima-se que 40% da produção anual de gás natural nigeriano é *gas flaring*.

Segundo as estimativas da BP (2010: 22), em finais de 2009, as reservas provadas de gás natural nigeriano eram o equivalente a 5,25 tmc, ou seja, o país africano com maiores reservas deste hidrocarboneto e o 8.º à escala mundial. A maior parte das reservas de gás natural estão localizadas no Delta do Níger. Em relação à produção, em 2009 (2010: 24), foi de 24,9 bmc.

Uma parte importante do gás natural nigeriano é transformada em GNL. Em 2009, as exportações de GNL nigeriano, que totalizaram 15,99 bmc (BP, 2010: 30)¹⁶, dirigiram-se para:

- Continente Americano – EUA (0,38 bmc), México (2,69 bmc) e Brasil (0,08 bmc);
- Europa – Bélgica (0,08 bmc), França (2,35 bmc), Portugal (2,14 bmc), Espanha (4,99 bmc), Turquia (0,94 bmc);

16 Em 2008, a Nigéria foi o 5.º maior exportador mundial DE GNL e o 2.º africano (a seguir à Argélia).

- Região Ásia/Pacífico – China (0,08 bmc), Índia (0,32 bmc), Japão (0,77 bmc), Coreia do Sul (0,23 bmc) e Taiwan (0,93 bmc).

Actualmente, a Nigéria tem grandes projectos implementados, em curso ou previstos:

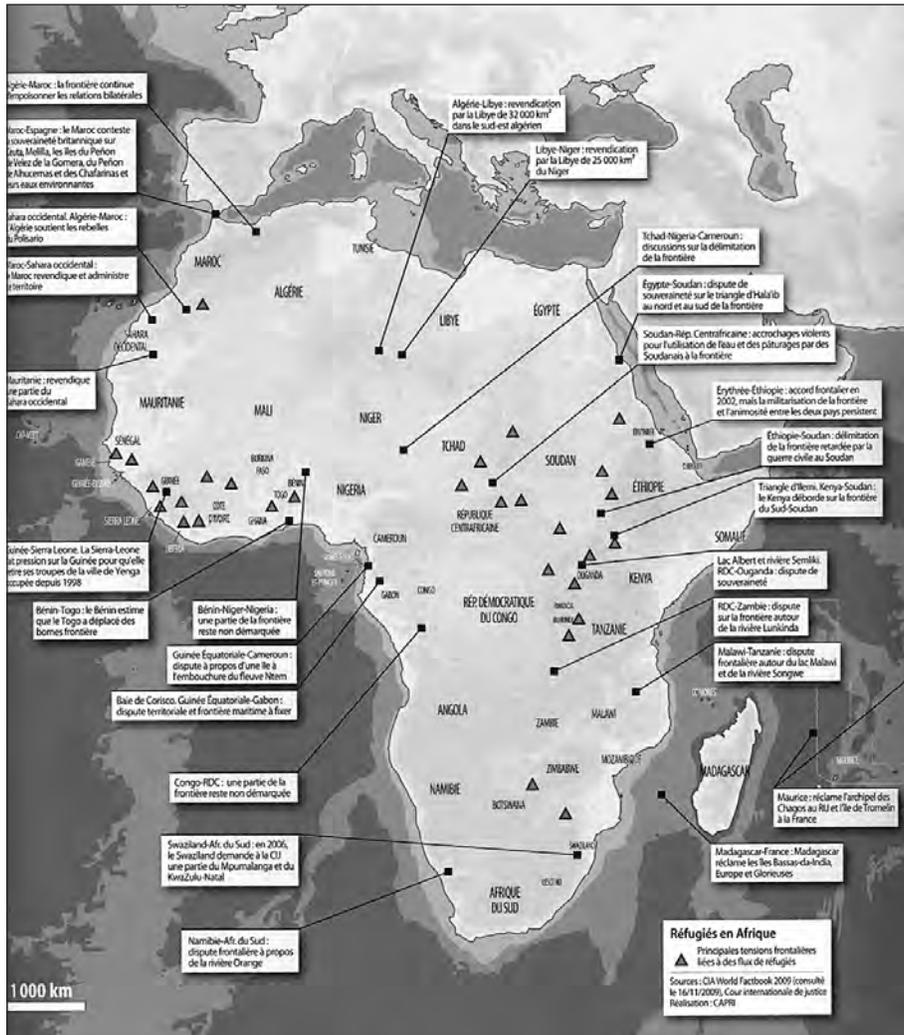
- O *Escravo's Gas Project*, liderado pela ChevronTexaco iniciou a actividade em 1997, tem prevista a construção de uma infra-estrutura para a produção de *gás to liquid* (GTL).
- O projecto de GNL, localizado na ilha Bonny, liderado pela ExxonMobil arranhou em 2009, com uma capacidade instalada de 22 000 000 ton/ano. Em 2005, a ExxonMobil assinou um memorando de intenções com a NNPC tendo em vista a instalação de um complexo congénere mas de menor dimensão, com arranque de actividade calendarizado para 2010.
- A construção do *Western African Gas Pipeline* (WAGP), liderada também pela ChevronTexaco, que permitirá, a partir de instalações localizadas na ilha dos Escravos, fornecer esta matéria-prima ao Benin, ao Togo e ao Ghana, tem uma extensão um pouco superior a 720 Km. A ChevronTexaco manifestou interesse em liderar a construção de uma grande instalação para obtenção de GNL, na zona ocidental do país, em Olokola, capaz de processar 33 000 000 ton/ano⁹.
- Finalmente, há que destacar o Gasoduto Nigéria-Argélia (TSGP): “Economia e Ecologia”, da responsabilidade do Consórcio Trans-Sariano de Gás Natural (NIGEL) – TSGP – formado em 2002 entre a Sonatrach (50%) e a NNPC (50%). O projecto visa a construção de um gasoduto Trans-Sariano de 4 188 km (dos quais 2310 km se localizam no território argelino, 840 km no Níger e 1037 km no nigeriano), com uma capacidade inicial de exportação estimada em 20-30 bmc por ano, ligará os campos de gás nigerianos de Abuja até Beni Saf, perto de Arzew (na Argélia). Este gasoduto permitirá o aprovisionamento de gás natural da região Oeste de África e poderá fornecer a Europa, surgindo como uma nova fonte de aprovisionamento. A conclusão deste gasoduto está prevista para 2015-2017.

2.3. Fronteiras Marítimas Disputadas na Bacia da África Ocidental

Como já se viu nos pontos anteriores, o Golfo da Guiné será uma zona importante de produção de petróleo mundial. Apesar de, a prazo, poder ser uma região mais estável politicamente do que a do Médio Oriente, ela confronta-se com alguns diferendos em relação à delimitação de fronteiras. Grandes extensões de explorações petrolíferas no *offshore* já foram acordadas: o Gabão já deu autorização de exploração à Gulf Oil e à Royal Dutch Shell e a Guiné Equatorial às companhias espanholas Cepsa e Spanish Gulf

Oil. Todavia, persistem contenciosos territoriais. Não se trata apenas de uma questão de delimitação de fronteiras marítimas, mas de um *enjeu* económico.

Figura 2.6
Litígios e Conflitos Fronteiriços em África (2009)



Fonte: Diplomatie, *Atlas Géostratégique 2010*, Dez. 2009 – Jan. 2010, p. 45.

Tabela 2.4
Fronteiras Marítimas Disputadas na Bacia da África Ocidental

País	Reivindica ZEE (200 milhas)	Parte da UNCLOS	Território marítimo (milhas marítimas quadradas)	Países com os quais já existem acordos fronteiriços assinados	Países com os quais existem negociações	Outras fronteiras a serem delimitadas
Angola	Sim	Sim	147,000	---	Rep. do Congo (Brazzaville)	Guiné Equatorial, Gabão, Namíbia
Camarões	Não	Sim	4,500	Nigéria		Guiné Equatorial
Rep. do Congo (Brazzaville)	Não	Sim (1982 mas não ratificado)	7,200	---	Angola	Gabão, Rep. Democ. do Congo
Guiné Equatorial	Sim	Sim	82,600	São Tomé e Príncipe, Nigéria	---	Camarões, Gabão
Gabão	Sim	Sim	62,300	---	São Tomé e Príncipe	Angola, Rep. do Congo (Brazzaville), Guiné Equatorial
Nigéria	Sim	Sim	61,500	São Tomé e Príncipe (criação da JDZ), Guiné Equatorial, Camarões		Benim
São Tomé e Príncipe	Sim	Sim	52,413	Guiné Equatorial, Nigéria	Gabão	---

Fonte: FORD, Neil, “Nigéria Fears Clashes Over Disputed Bakassi Peninsula”, in Jane’s Intelligence Review, vol. 15, nº4, Abr. 2003, p.46; EIA, Country *Analysis Briefs*, Ref. de Fev. 2009, [On-Line], Disponível em <http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/index.html>.

Segundo João Garcia Pulido e Pedro Fonseca (Pulido e Fonseca, 2004: 166), três factores contribuem para a indefinição das fronteiras marítimas entre estes Estados. Em primeiro lugar, a Convenção sobre o Direito do Mar de 1982 legitimou um processo de territorialização de vastos espaços marítimos por parte dos Estados. Todavia, os Estados do Golfo da Guiné não centraram as suas atenções para lá das três milhas marítimas, não afirmando e fazendo respeitar os seus direitos em termos de territórios marítimos. Em segundo lugar, ao fim de mais de duas décadas da assinatura da Convenção de

1982, poucas linhas fronteiriças no Golfo da Guiné foram demarcadas, como forma de determinar os respectivos domínios de soberania. Em terceiro lugar, a inexistência de fronteiras marítimas reflecte, de certa forma, o pouco interesse que, inicialmente, as autoridades concederam aos seus espaços marítimos até ao momento da descoberta de hidrocarbonetos.

Nos últimos anos, a Guiné Equatorial e os seus vizinhos têm expandido a sua exploração petrolífera no *offshore*, aumentando a importância das fronteiras marítimas. Em 1999, o Presidente Olusegun Obasanjo adoptou unilateralmente uma linha média equidistante, mediante a qual define as fronteiras territoriais tal como ficaram estipuladas pela Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar. Os Camarões, São Tomé e Príncipe e a Nigéria aceitaram a decisão¹⁷.

Tendo em conta a importância do desenvolvimento dos recursos energéticos no *offshore* do Golfo da Guiné, em 1999, o então Presidente da Nigéria, Obasanjo, organizou um encontro para “examinar os meios de preservar a paz e a estabilidade na região”, que contou com a presença de representantes da Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe, Congo Brazzaville, República do Congo e Angola. Desta reunião nasceu a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), organização cuja prioridade é a resolução dos vários diferendos relacionados com as fronteiras marítimas.

Já é possível constatar alguns resultados positivos decorrentes desta iniciativa: entre 2000 e 2002, a Nigéria e a Guiné Equatorial assinaram um acordo temporário a que se seguiu um tratado para a exploração conjunta do campo Ikanga-Zafiro e estabeleceram uma plataforma de entendimento. A Nigéria também já assinou um acordo com São Tomé e Príncipe, através de um tratado que permitiu a criação da JDZ.

Em relação às restantes reivindicações inscritas na tabela 2.4, ainda não existem datas concretas para a sua conclusão, sendo que nalguns casos a disputa pelos recursos energéticos dificulta a sua resolução.

17 Desde os anos 70, a Guiné Equatorial e o Gabão disputam a soberania sobre três ilhas do Golfo da Guiné, incluindo a ilha Mbagne, a qual potencialmente detém depósitos petrolíferos. Em Julho de 2004, os dois países chegaram a um acordo mediante o qual aceitaram proceder a uma exploração conjunta nos territórios em disputa.

3. A Petro-Nigéria – “Um País Amaldiçoado?”

3.1. A Nigéria Política

A Nigéria tornou-se independente da Inglaterra em 1960. Não teve um movimento unificador como ocorreu, por exemplo, no Gana. O movimento de emancipação da Nigéria foi desencadeado por homens com uma posição moderada em relação ao Reino Unido (intelectuais, advogados, médicos, entre outros). Todavia, as clivagens étnicas, desde a época pré-colonial, eram profundas, tendo sido agravadas com a colonização.

Existem mais de 250 grupos individualizados na Nigéria, que podem ser simplificados em quatro principais grupos étnicos, cujo peso populacional e influência são os seguintes:

- Norte da Nigéria – Teocracias muçulmanas – Haussas e Fulanis (29%);
- Sudoeste da Nigéria – Reinos Animistas – Yorubas (21%);
- Sudeste da Nigéria – Democracias de aldeias animistas – Ibos (18%).

Em termos de religião, o Norte é predominantemente muçulmano, enquanto no Sudeste o cristianismo é maioritário; no Sudoeste são praticados o cristianismo, o islamismo e os cultos tradicionais africanos. Apesar das estatísticas nem sempre serem fiáveis, existe acordo em torno de que o Islão é praticado por 45% a 50% da população; o cristianismo por 40% a 45%; e os cultos indígenas pela população restante.

Durante a colonização, estas divisões foram-se aprofundando. Por um lado, a Nigéria foi objecto de administração indirecta (*indirect role*), que se traduzia por um sistema político que evitava o envolvimento na administração do dia-a-dia, mantendo os Chefes no poder e em que todos os costumes eram considerados compatíveis com a civilização. Ou seja, era uma administração que controlava indirectamente e não implicava a existência de muitos quadros britânicos. Este tipo de sistema funcionou bem no Norte do país, dado existirem Chefes tradicionais muito fortes. No entanto, nas restantes áreas da Nigéria, ou não existiam Chefes fortes, ou os que existiam não eram tão fortes como os tradicionais do Norte. Daí que, no Norte, não se tenha assistido a reivindicações, enquanto no restante território as ideias dos nigerianos modernizadores estiveram na raiz de rebeliões contra este sistema de administração. Por outro lado, em termos de evolução social, os missionários só se conseguiram instalar no Sul, pois era mais fácil para missionários cristãos fixarem-se nas zonas animistas do que em zonas muçulmanas. Por esta razão, somente na parte Sul do país é que se verificou um processo de escolarização, ficando o Norte mais atrasado. Daí que, os intelectuais e os quadros

superiores fossem, na sua maioria, do Sul¹⁸, área onde estavam implantadas as indústrias e onde se concentrava o IDE. No litoral, em cidades como Lagos, Calabar, Benim, Kano e Iara, fixaram-se os migrantes europeus, nomeadamente, britânicos, franceses e alemães, que aí se dedicavam ao comércio.

É este contexto que explica a razão dos partidos políticos da Nigéria se distinguirem pela sua base regional. Por exemplo, o partido do Congresso do Povo do Norte (CPN) sempre foi marcadamente regionalista, contando com o apoio da aristocracia do Norte, que não desejava uma independência rápida pois tinha a consciência de que a maior parte dos quadros superiores estavam no Sul, o que tornava provável que, com a retirada dos britânicos, fossem os homens do Sul a tomar o controlo, podendo-se caminhar para a separação da Nigéria, implicando assim um corte no acesso ao mar pelo Norte. Assim, o Norte bloqueou todas as tentativas para uma Nigéria independente. Face a esta situação, o Governo de Londres propôs projectos federalistas.

Em 1957, as duas regiões do Sul – o Leste e o Oeste – alcançaram uma autonomia interna; em 1959, foi a vez do Norte; e, finalmente, em 1960, a Nigéria alcançou a independência.

A independência, em Outubro de 1960, deu o poder ao partido CPN, em coligação com o partido do povo Ibo. Mas a estrutura federal e o parlamentarismo bicameral, decalcado do modelo britânico, ajustava-se pouco às condições locais. Os governantes regionais tinham mais poder que o próprio presidente Nnambi Azikiwe.

No período pós-independência, assistiu-se a um acordo entre intelectuais dirigentes do movimento de emancipação, defensores de um liberalismo económico, não existindo nenhum movimento de pendor socialista. Houve um largo consenso relativamente à política económica a adoptar no país.

Os problemas radicavam na clivagem étnica e só assim é que se pode compreender a luta feroz pela aquisição do poder. O regionalismo separava os vários grupos étnicos, tornando-se no problema dominante deste país. Imediatamente após a obtenção da independência, estabeleceu-se uma coligação entre o Norte e o Leste contra o Sudoeste, através da divisão da região Oeste em duas áreas de forma a diminuir a sua influência. Esta situação desencadeou revoltas e prisões.

Estas manobras políticas e a crescente corrupção que se instalou na Nigéria após a independência originou um cansaço na opinião pública em relação ao poder político e, em 1966, o poder passou para os militares¹⁹. A liderança do movimento, originalmente progressista, foi usurpada pelo general Ironsi, complicando-se a situação interna do país pois:

- O golpe de Estado originou o assassinato de políticos do Norte;
- Os Ibos conseguiram escapar aos assassinatos;

18 O número de jovens escolarizados do Sul era cinco vezes o número dos do Norte.

19 O Exército, única instituição verdadeiramente nacional, decidiu intervir e derrubou do poder, em Janeiro de 1966.

- Os militares transmitiram a ideia de que iriam implantar um regime centralizado em vez de uma federação;
- A discrepância entre o número de mortes do Norte e o número do Sul fez com que os povos nigerianos se convencessem que os Ibos queriam dominar todos os lugares chave num Estado centralizado. Assim, as revoltas do Norte sucederam-se e cerca de 30 000 Ibos foram assassinados.

Na sequência destes motins surgiram alterações na Chefia do Exército, num rápido contra-golpe, o general Yakubu Gowon restabeleceu o federalismo. Foi nessa época que se descobriu petróleo no leste do país.

Sob a liderança do general Yakubu Gowon, a Nigéria foi dividida em 12 regiões²⁰.

Três dias após a proclamação da nova divisão da Nigéria, um oficial Ibo, o tenente-coronel Ojukwo, apoiado maciçamente pela opinião pública local proclamou a independência da República do Biafra (dado lhes ter sido retirado o acesso ao mar). A Guerra do Biafra durou de 1966 até 1970, tendo sido bastante violenta. Apesar da superioridade do Exército federal, os Ibos resistiram três anos e meio, contando com o apoio da opinião pública internacional a seu favor (contra o genocídio diário do povo do Biafra divulgado pelas televisões e pelos jornais), bem como de alguns países²¹.

Todavia, o governo federal é que saiu vitorioso da guerra, calculando-se que tenham morrido mais de 500 mil pessoas, quase todas da etnia Ibo. Em prejuízo das regiões assistiu-se ao reforço do poder central nigeriano, o qual favoreceu a produção petrolífera e de gás natural.

A Guerra do Biafra foi o primeiro julgamento político das companhias petrolíferas. As companhias foram confrontadas com o dilema de se retirarem da região ou aí permanecerem, ao mesmo tempo que o investimento continuava lucrativo apesar do ambiente de disrupção.

20 Este plano não foi bem acolhido, pois, a título ilustrativo, o Norte, que ficava dividido em seis regiões, perdia a hegemonia pelo seu peso demográfico; o Leste, dividido em três retirava a predominância dos Ibos (que se viam confinados a uma parcela de território sem acesso ao mar e perdiam o controlo dos campos petrolíferos nigerianos).

21 Neste contexto, apesar do respeito pelas fronteiras coloniais – princípio consagrado na Carta da Organização dos Estados Africanos (OEA) – diferentes políticos africanos apoiaram a nova República do Biafra, dentre eles: Boigny, ligado aos franceses e pró-capitalista da Costa do Marfim (país vizinho da Nigéria); Nyerere (defensor do socialismo africano) da Tanzânia. A nível externo, os apoios repartiram-se da seguinte forma:

- Portugal, Rodésia e África do Sul – apoio de acordo com os próprios interesses – desejavam o desmembramento do país mais populoso e numeroso dos Estados africanos, de forma a evitar um poder excessivo da Nigéria, que era apoiante de movimentos pró-emancipalistas.
- França – procurava enfraquecer um país anglófono, apostando na vitória do Biafra tendo, assim, oportunidade para deter o controlo do petróleo, substituindo as companhias petrolíferas britânicas. Paralelamente, considerações de ordem humanitária tiveram algum peso.
- China – em virtude do apoio da União Soviética, bem como a defesa do princípio da autodeterminação, o qual deveria prevalecer em relação ao princípio do respeito pelas fronteiras coloniais.

Apesar do apoio da França aos secessionistas, que a longo prazo não teve consequências negativas nas relações bilaterais, os investidores franceses continuaram a ser bem recebidos após a vitória do Governo federal.

Todavia, há que assinalar consequências a curto prazo para as companhias petrolíferas, dada a disrupção no Delta do Níger. Assistiu-se a um declínio de 90% da produção na produção *onshore* da Shell-BP. No mesmo período, as operações *offshore* tiveram um crescimento de 300%.

“This showed that, firstly, offshore production is politically and literally insulated from onshore strife and, secondly, the companies would not revise their commitment towards the extraction of Nigerian oil even in the context of such an apparently destructive event as a drawn-out civil war.” (Oliveira, 2007: 180).

A exploração do petróleo converteu rapidamente a Nigéria no 8.º produtor mundial e permitiu um crescimento económico acelerado, no início dos anos 70. Contudo, a “nigerianização” da economia e a expropriação de 55% das transnacionais, decretadas pelo General Gowon, não alteraram as condições de vida da população, servindo apenas para criar um empresariado local, cujas riquezas se acumularam graças à corrupção.

Neste contexto, começou-se a assistir a vários protestos no Norte da Nigéria e a partir de 1975, com o derrube do poder do general Gowon, o país foi palco de vários golpes militares com a finalidade de castigar militares corruptos e tentar evitar o reaparecimento de conflitos étnicos. Sob a liderança de Olusegun Obasanjo (defensor de uma linha nacionalista), a normalização institucional do país começou em 1978, com uma nova constituição e regras eleitorais destinadas a impedir o regionalismo e o tribalismo²². A exigência básica era a de que os partidos tivessem expressão nacional. Mais de 50 grupos diferentes solicitaram o registo, mas após vários meses de discussões, a Comissão Federal de Eleições determinou que apenas cinco grupos estavam autorizados a apresentar candidatos para as eleições presidenciais, legislativas, federais e estatais.

A partir de então, a classe política nigeriana começou-se a agrupar em torno de afinidades ideológicas e não regionais. Nos finais dos anos 70, o poder civil foi restaurado²³. Não obstante, a elite era a mesma e estava ligada aos negócios, o que proporcionou que a corrupção continuasse presente.

22 A título ilustrativo, a Constituição consagrava: a passagem de 12 para 19 regiões de forma a evitar a predominância de uma etnia; para além do inglês a adopção de mais três línguas oficiais – Ibo, Haussa e Yarubo; a exigência de que cada partido político tenha de dispor de um apoio de dois terços.

23 Shehu Shagari assumiu o poder após 13 anos de regimes militares, anunciando um ambicioso programa destinado a transformar a Nigéria no principal pólo de desenvolvimento da África negra. O plano baseou-se exclusivamente nos lucros da exportação de petróleo, dentro de uma perspectiva neo-capitalista. Shagari prometeu construir mais casas populares, erguer uma nova capital, duplicar o número de vagas nas escolas primárias e secundárias e promover a auto-suficiência alimentar através de uma controversa “revolução verde”. O novo Presidente herdou também uma situação difícil com o êxodo de camponeses pobres para as cidades. O aumento do consumo de alimentos originou a escassez e a subida rápida de todos os preços. Em consequência, surgiram vários focos de insatisfação.

Na década de 80, as dificuldades económicas mantiveram-se. Assim, obviamente a degradação social, para além de contínua foi-se agudizando e no final da década, o Islão tornou-se a corrente predominante no norte do país, originando a expulsão e o êxodo de um grande grupo de estrangeiros para pequenos países vizinhos (que também se confrontavam com dificuldades económicas). O êxodo em massa dos imigrantes, em Fevereiro de 1983, foi um dos maiores já ocorridos em África.

A situação tornou-se crítica no final do ano e, na noite de Ano Novo, o General Mohammed Buhari desencadeou o quarto golpe de Estado da história republicana do país. O novo regime militar colocou em prática, logo nas primeiras semanas de 1984, um drástico programa de combate à corrupção. Todavia, a crise económica e social continuou a agudizar-se e a Nigéria passou por um novo golpe de Estado em 1985.

O primeiro passo em direcção a um governo civil foi dado em Dezembro de 1987, quando 77 milhões de nigerianos votaram para escolher novos conselhos municipais, à margem do sistema tradicional de partidos. Nessas eleições, apenas puderam ser eleitos candidatos sem partido e sem experiência anterior. Com esta medida, o Governo militar visava a renovação total da política nigeriana. No entanto, nem a ilegalização dos partidos tradicionais nem a proscricção dos velhos líderes impediu que os chefes tribais exercessem a sua influência na escolha dos candidatos.

Em Maio de 1989, Babangida levantou a interdição aos partidos políticos no país e anunciou o conteúdo definitivo da nova Constituição federal, elaborada pela Assembleia Constituinte. Em relação ao problema da *Sharia*, o Presidente declarou que, tal como na Constituição precedente de 1979, cada Estado federado poderia aplicá-la, mas com uma alteração: a *Sharia* só poderia ser aplicada aos muçulmanos.

No começo da década de 90, apesar das eleições presidenciais, os militares não estiveram dispostos a entregar o poder ao Presidente eleito, pelo que politicamente a Nigéria continuou num impasse.

Em 1999, finalmente, as eleições presidenciais foram vencidas pelo General Olusegun Obasanjo, que promoveu o regresso dos civis ao poder. Em 2003, o General venceu um segundo mandato (com mais de 60% dos votos).

Desde o início do novo século, os conflitos étnicos continuaram presentes neste país.

Em 2000, foi autorizada a aplicação da *Sharia* em alguns Estados do Norte do país, tendo despoletado uma violência sectária nos Estados de Abia e Kaduna. A partir de então, o Governo que se recusou a ceder à pressão dos Estados cristãos do Sul em revogar a aplicação da *Sharia*, optou pelo compromisso de que a Lei Islâmica apenas pode ser aplicada aos muçulmanos.

Em Abril de 2007 realizaram-se as eleições gerais. Estas eleições traduziram-se pela escolha do Presidente da Nigéria (o qual é Chefe de Estado e de Governo segundo a Constituição Nigeriana); 360 membros da Câmara Baixa do Parlamento e 109 Senadores (Câmara Alta do Parlamento). Realizaram-se também as eleições regionais.

Existem mais de duas dezenas de partidos políticos. Todavia, apenas um – o Partido Democrático Popular (PDP) – tem sido bem sucedido eleitoralmente, existindo poucos

partidos fortes na oposição – como é o caso do Partido do Povo de Toda a Nigéria (ANPP) e da Aliança para a Democracia (AD)²⁴.

Com efeito, se olharmos para os resultados das últimas eleições gerais a 21 de Abril de 2007 e regionais a 14 de Abril do mesmo ano, é possível inferirmos a supremacia do PDP, em todos os níveis de governação, em relação aos restantes partidos políticos:

- Umaru Yar'Adua, o Presidente da República eleito com 69,82% dos votos e por inerência também Chefe de Governo e Chefe do Conselho Executivo Federal²⁵ — pertencia ao PDP. Sob a égide do novo Presidente Umaru Yar'Adua, um moderado e Governador respeitado do Norte da Nigéria (do Estado de Katsina), foi prometido publicamente que as prioridades estavam orientadas para a reforma eleitoral, a paz e a segurança no Delta do Níger.

Não obstante, em Novembro de 2009, Umaru Yar'Adua ausentou-se do país por motivos de saúde. A 9 de Fevereiro de 2010, a Assembleia Nacional da Nigéria aprovou uma resolução nomeando como Presidente interino o Vice-Presidente Goodluck Jonathan.

Após a morte do Presidente Yar'Adua, a 6 de Maio de 2010, Goodluck Jonathan tornou-se o Presidente da Nigéria. Goodluck Jonathan foi Governador do Estado de Bayelsa (no Sul da Nigéria) e pertence ao PDP.

- O Parlamento constituído pelas duas Câmaras ficou repartido entre os partidos políticos da seguinte forma:
 - o Senado – PDP – 76 lugares; ANPP – 27 lugares; AD – 6 lugares.
 - o Câmara dos Representantes – PDP – 223 lugares; ANPP – 96 lugares; AD – 34 lugares; UNPP – 2 lugares; NDP – 1 lugar; APGA – 2 lugares; PRP – 1 lugar; por preencher – 1.
- Através das Assembleias Regionais foram eleitos os Governadores e constituídas as respectivas Assembleias. O PDP obteve o controlo esmagador, dado que dos 36 Estados obteve a vitória em 26 e no Território da Capital Federal²⁶. O ANPP ganhou em apenas quatro Estados – Bauchi, Borno, Kano e Yobe – localizados no Nordeste do país; o AC obteve a vitória em Lagos (cidade com maior densidade populacional com 15 milhões de habitantes) e em Edo (Sudoeste da

24 O Partido Democrático Popular (PDP), fundado em 1998, é um partido do centro moderado, com um acento neoliberal nas suas políticas económicas, conservador em termos sociais. Advoga moderadamente a autonomia estatal e a liberdade religiosa para as províncias da Nigéria. Desde 1999 tem ganho sempre as eleições. Desde Março de 2008, o seu presidente é Prince V. Ogbufor.

O Partido do Povo de Toda a Nigéria (ANPP) foi fundado em 1998, sendo presidido por Edwin Ume-ezeoke. Trata-se de um partido de direita conservador popular representante dos Estados do extremo Norte do país. A Aliança para a Democracia (AD) é um partido progressivo, fundado em 1998, cujo líder é Mojisoluwa Akinfewa.

25 A Nigéria tem uma presidência rotativa de modo que as três grandes regiões – Norte, Leste e Oeste – partilham o controlo político do país.

26 Doze Estados compõem o Norte (originalmente Emirados muçulmanos); 12 o “Cinto do Meio” (com várias minorias); 12 Estados no Sul (onde predominam os Yoruba, Igbo e Ijaw).

Nigéria); o PPA em dois Estados, Imo e Abia, no Sul; o APGA e o LP apenas em um: Anambra, Ondo respectivamente, a Sul. Em termos de representação populacional, o PDP representa 63,59% da população e os partidos da oposição 36,41% (o ANPP 14,06%; o AC 12,47%, o PPA 4,63%; o APGA 2,86% e o LP 2,35%). Outro dado importante é o facto de praticamente a totalidade dos Estados ricos em recursos energéticos terem sido ganhos pelo PDP – Delta, Bayelsa Rivers (Port Harcourt), Akwa Ibom, Enugu. Em relação aos outros Estados ricos em recursos energéticos: o AC ganhou em Edo; o PPA em Abia e o APGA em Anambra.

Apesar de as eleições terem sido “aparentemente democráticas”, a verdade é que vários observadores, quer internacionais, quer nigerianos, acusam a existência de várias irregularidades, incluindo desqualificação arbitrária e detenções de candidatos, fraude eleitoral, meios logísticos pobres e resultados não transparentes²⁷.

Acresce ainda o facto de este país ser classificado pelo “Índice de Estados Falhados de 2010” do *Fund for Peace* (Foreign Policy, 2010) como um “Estado falhado”, ocupando a 15.º lugar no *ranking*.

As dificuldades do país são tanto mais chocantes quanto se trata de um dos territórios mais ricos de África, não só no que se refere ao subsolo, como quanto à fauna e à flora. E, no entanto, está entre os países de desenvolvimento humano baixo.

3.2. A Importância da Partilha da Renda Energética na Política Nigeriana

“No causal link exists between resource abundance and corruption, authoritarianism, economic decline and violent conflict, except that which has been established by a state whose officeholders use political power to control economic assets for their own benefit and that of their business associates. There is, however, a correlation between resource abundance and these various negative outcomes simply because most developing countries, and even some developed ones, find the challenge of managing the resource overwhelming in the face of the immense temptation for rent-seeking behaviour.” (Oliveira, 2007: 20).

O enquadramento constitucional e legal sobre o controlo e partilha da renda dos recursos energéticos confere um poder primordial ao Governo central nigeriano. Após a independência, continuou em vigor a Lei sobre os Minerais de 1946, a qual atribuía o controlo e a propriedade de todos os minerais ao Governo colonial. Sob as mesmas

27 Face a estas acusações, seis eleições para Governadores foram anuladas pelos respectivos tribunais estatais: Anambra, Rivers, Kogi, Adamawa, Kebbi e Enugu. Cf. OCDE, 2008: 518.

Constituições, minas, minerais, campos de petróleo, jazigos e sondagem de petróleo e de gás faziam parte de uma lista em relação à qual o Governo federal detinha a autoridade legislativa exclusiva. Todavia, antes da Guerra Civil, surgiu uma fórmula designada “derivação”, mediante a qual uma parte do rendimento gerado pelas exportações petrolíferas deveria regressar ao local de origem. Sob as Constituições de 1960 e 1963, antes da exploração petrolífera em larga escala, 50% do rendimento extraído dos minerais seria entregue às regiões de origem, mitigando os efeitos do poder de propriedade federal. Em adição, 30% do rendimento “derivado” era partilhado em partes iguais entre os departamentos federais, incluindo as regiões produtoras de minerais.

A emergência do regime militar antes da guerra civil foi conduzindo ao desaparecimento do princípio liberal de “derivação”. E a tentativa de secessão do Biafra, em 1967, ameaçou ficar com uma parte da região do Sul, rica em petróleo. Consequentemente, o Governo militar aprovou a “Lei do Petróleo”, em 1969, a qual atribuiu ao Estado nigeriano a propriedade de todo o petróleo e gás de qualquer parte do país, incluindo as suas águas territoriais e a plataforma continental.

Em 1972, o primeiro Decreto sobre a “Promoção de Empresas” simbolizou um passo crucial para que ao longo da década se estabelecessem JV em África.²⁸

Em 1975, o “Decreto Seis”, aumentou a quota do Governo federal no sector petrolífero para 80%, reduzindo a dos Estados produtores para 20%. Nos anos 90, a quota atribuída aos Estados produtores era abaixo dos 3%.

A propriedade do Governo federal sobre os recursos da nação está actualmente consagrada na Constituição de 1999, a qual declara:

“the entire property in and control of all minerals, mineral oils and natural gas in, under or upon any land in Nigeria or in, under or upon the territorial waters and the Exclusive Economic Zone of Nigeria, shall vest in the Government of the Federation.” (Constituição de 1999, Cap. IV, 44(3))

Concomitantemente, em 1978 foi criada a companhia estatal nigeriana – NNPC – por decreto, pelo general Y. Gowon, atribuindo ao Governo federal uma participação directa em toda a produção através da maioria das participações nas JV com as companhias estrangeiras que estavam em actividade nos territórios. Com a criação da NNPC, assistiu-se ao aumento directo da participação federal na maior parte dos

28 O decreto esquematizou a intenção do Governo da Nigéria em dividir a economia nigeriana em três secções: (i) totalmente nigeriana; (ii) participação equitativa nigeriana de pelo menos 40% e (iii) secção que não seria afectada pelo decreto. Em relação ao sector petrolífero, a modalidade preferida foi uma participação forte do Governo no capital das companhias, prosseguida em *tandem* com a criação de estruturas nacionais do sector sob a forma de *Nigerian National Oil Corporation* (NNOC) em 1971. A NNOC detinha 80% de participação na JV Shell-BP e 60% em outras companhias. Não obstante, não interferia no dia-a-dia das operações, que se mantinham na mão da Shell. Com excepção dos activos da BP e da nacionalização das estruturas de *marketing* da ESSO, a expropriação nunca foi uma opção.

campos produtores para 60%, ao mesmo tempo que assegurou o controlo federal dos direitos de concessão e de exploração através das JV. Por volta de 95% da produção petrolífera da Nigéria é produzida através de JV.

A legislação federal sobre o uso da terra também reforçou o controlo do Governo sobre recursos com valor. Em 1978, o Governo militar decretou a controversa “Lei de Uso da Terra”, cujas condições foram incorporadas nas Constituições de 1979²⁹, 1989 e 1999. Esta Lei estipula que a revogação dos direitos de ocupação da comunidade, para permitir a aquisição da terra para fins públicos, tem de ser compensada. Todavia, esta compensação baseia-se não no valor económico da terra mas no valor das culturas, prédios, instalações ou melhoramentos até ao momento da aquisição. A maior parte das comunidades ocupantes das áreas de produção petrolífera do Delta do Níger são agricultores de subsistência que se dedicam à produção de alimentos de pequena escala e produção de cultivo sazonal para o mercado, daí tais comunidades receberem compensações mínimas pelas terras que valem biliões de dólares decorrentes da produção de petróleo e de gás subsequente.

Em 2000, assistiu-se a um momento de viragem no sistema de partilha da renda petrolífera, com a aplicação da “fórmula da derivação”. Os Estados produtores do Níger do Delta passaram a receber 13% dos rendimentos oriundos do petróleo. Os protestantes e políticos do Delta continuaram a queixar-se desta fórmula desejando ver aumentada a percentagem da atribuição dos rendimentos para 50% do total, tanto mais que os pagamentos decorrentes da “derivação” tornaram alguns dos Estados do Delta nos mais “gastadores”, a seguir a Lagos.

Em 2004, os 36 Estados ganharam US\$6 biliões da Conta da Federação, em que praticamente um terço se destinou aos quatro grandes Estados produtores – Delta, Rivers, Bayelsa e Akwa Ibom – que representam praticamente 15% da população³⁰. Este rendimento proveniente dos recursos nacionais é colocado mensalmente num fundo comum – a Conta da Federação – destinada ao Governo Federal, Estados e Áreas de Governo Local (LGA). Segundo a fórmula desenvolvida pela *Revenue Mobilisation, Allocation and Fiscal Commission* (RMAFC), um órgão executivo federal, a parte destinada aos Estados está dividida de acordo com princípios como o da população.

Decorrente de uma liderança pouco imaginativa e dependente do rendimento atribuído federalmente como a fonte mais fácil e mais conveniente de financiamento regular, muitos Estados tornaram-se quase totalmente dependentes destas transferências mensais.

Todavia, apesar da entrada de renda anual, as comunidades locais do Delta do Níger continuam a viver em aldeias com falta de infra-estruturas e serviços básicos dada a retirada sistemática de fundos pelos funcionários federais, estatais e locais. Com uma

29 A Constituição de 1979 (Secção 40 (3)) declara que todos os minerais e hidrocarbonetos são propriedade legal do Governo federal. A propriedade de direitos da terra é interesse dos Governadores dos Estados (apontados pelo regime militar) que gerem *in trust* para o Povo. São concedidos direitos de ocupação às Comunidades, os quais o Governo federal e os Estatais podem revogar para “fins públicos”.

30 Os 36 Estados obtiveram US\$120 milhões em 1999; em 2000 receberam praticamente US\$1 bilião.

população de pelo menos 20 milhões, a quota *per capita* é relativamente baixa (aproximadamente US \$2 biliões) e esses Estados podem desviar elevados montantes.

Em Março de 2006, o Comité de Revisão Constitucional Conjunto propôs uma Emenda Constitucional aumentando para 18%, o que ainda é pouco em relação aos 20% a 25% desejado pelos representantes dos Estados ricos em petróleo.

A componente de “derivação” continuou sempre a ser um aspecto controverso nos debates sobre a fórmula de atribuição de rendimento. Em Abril de 2002, num caso entre o Governo federal e oito Estados costeiros, o Supremo Tribunal sustentava que o “princípio da derivação” aplicava-se apenas a recursos derivados das fronteiras marítimas dos Estados costeiros, definidos como Estados “marca do nível baixo da superfície das águas”, ou arquipélagos, “com limites das águas interiores”. Isto significa que o “princípio da derivação” não seria aplicado a recursos petrolíferos *offshore*. A Lei *Offshore/Onshore Oil Dichotomy Abolition* de 2004 prevê que o “princípio da derivação” se aplica ao petróleo *offshore* a uma profundidade de menos de 200 metros. Todavia, pouco petróleo é produzido dentro deste limite, e assim a lei não aumentou significativamente os rendimentos dos Estados costeiros produtores de petróleo.

Sob a nova fórmula de atribuição da renda – RMAFC (a qual ainda está a ser trabalhada) – o Governo deverá aumentar a derivação para 25%, enquanto estuda os detalhes de um novo esquema de controlo sobre os recursos. Quando o novo esquema estiver em vigor, a “derivação” deverá ser completamente abolida. Com efeito, sob o novo esquema, o Governo deverá manter interesses conferindo 50% de propriedade dos recursos naturais segundo a lei nos Estados de origem dos recursos, 50% no Governo federal, com uma percentagem dos rendimentos acumulados da quota do Governo Federal para serem divididos entre os Estados e as Áreas de Governo Locais.

“Such a refashioned resource control regime is imperative in Nigeria’s present political circumstances, particularly the deepening crisis in the Niger Delta. Too much too soon would risk internal destabilisation by the non-oil states, but too little too late would play into the hands of the militants, whose immediate goal is to shut down oil production so as to starve the central government of funds.

A resource control framework placing increased emphasis on local control would inevitably hurt the non-oil states for a time, because three decades of oil-centric revenue allocation has crippled their economic creativity and discouraged incentives to generate revenue internally.” (IGC, 2006a: 10).

Já existem indícios de esforços nesta direcção. O Ministério de Minerais Sólidos já começou uma privatização conduzida pela pré-qualificação de 60 investidores nacionais e internacionais que manifestaram interesse em betume, carvão e outros minérios em Enugu, Benue, Kogi, Ondo, Ogun e Estados do Delta.

Há ainda que ter em consideração um “acordo de equilíbrio étnico”, consagrado na Constituição de 1979. Este princípio é uma espécie de sistema de quota para corrigir as disparidades regionais e étnicas, assegurar a igualdade de acesso à educação, oportu-

nidades de emprego no sector público e promover igualdade de acesso aos recursos a nível federal, estatal e local. Todavia, a aplicação “defeituosa” deste princípio ao “casar” cidadania e representação com o controverso conceito de “indígena” ou “Estado de origem” tem promovido a exclusão em detrimento da inclusão.

“Implementation has been imprecise and polarizing, with the rights of so-called *indigenes* of a state being recognised to the exclusion of those of other residents, often referred to as *non-indigenes* or *settlers*. The 1979 Constitution defined an indigene of a state as a person whose parents or grandparents historically originated from a community within that state. At the state level, the principle was applied to those deemed to be indigenes of an LGA within the state. (...)

In practice the principle has *created a ripple effect of exclusion* by legitimising the concepts of *indigene* and *non-indigene*.” (IGC, 2006a: 12).

Ao terem sido desenhadas políticas que identificam as comunidades Haussa, Fulani e Jarawa como colonos de forma a excluírem-nos dos benefícios patrocinados pelo Estado, os políticos avançaram com a noção de *Plateau State* como a encarnação da emancipação dos “indígenas” cristãos do domínio dos Haussa-Fulani da ex-Região Norte. O *Plateau State* foi criado em 1976 em parte como uma concessão à agitação da área da “Cintura do Meio” das minorias étnicas que se queixavam do domínio político detido pelos Haussa e Fulani do Norte. Os Cristãos dominam posições políticas a nível estatal e local e as suas políticas pró-indígenas são a favor das comunidades indígenas cristãs, que consideram que detêm direitos em relação aos recursos do Governo.

Para terminar, a Nigéria deu início a uma política de “indigenização” em toda a economia com vista a aumentar o total da participação no emprego e propriedade dos nigerianos, mas sobretudo evitando a nacionalização.

4. Riscos Associados à Nigéria como Fornecedor Energético

4.1. Riscos dos Contratos

Actualmente, a Nigéria é um “pesadelo” para as empresas petrolíferas. Apesar de este país ser um dos maiores exportadores, a última década foi palco de lutas civis, condenações internacionais e alterações nos níveis de produção petrolífera decorrentes de protestos locais e *gangs* criminosos. Há décadas que estes problemas têm restringido o desenvolvimento, incluindo a incapacidade do Governo da Nigéria em manter os seus compromissos financeiros nas JV do sector energético.

No início da década de 70, na maior parte do mundo em desenvolvimento, assistiu-se a conflitos frontais entre o sector privado e o Estado.

“In the midst of outright expropriation or the raising of operational costs, rampant economic nationalism and accusations of imperialist exploitation, the highly symbolic oil sector found itself in the thick of political maythem.” (Oliveira, 2007: 184).

A “Lei do Petróleo” de 1969 introduziu duas descontinuidades importantes nos direitos de participação. Por um lado, estipulou que só poderiam ser atribuídas licenças de exploração, prospecção e minas, a cidadãos nigerianos ou sociedades anónimas na Nigéria. Por outro, reservou para a Federação a opção discricionária de deter uma quota de participação em todas as novas concessões.

Em 1970, foi criado o Departamento de Recursos Petrolíferos (DPR), sucessor do Ministério das Minas e da Energia, tratando-se de uma Agência Governamental que tem a responsabilidade de regular e supervisionar todas as actividades – exploração, produção e *marketing* de crude e produtos petrolíferos refinados – que estão em curso sob as licenças e contratos em relação ao petróleo e ao gás.

Em 1971, o Governo nacionalizou a indústria petrolífera criando a Companhia Petrolífera Nacional Nigeriana (CPNN/ NNOC) – antecessora da NNPC³¹. Com esta

31 Criada em 1977, para gerir os interesses da Federação na indústria do petróleo, a NNPC é a reguladora do sector e o veículo para as JV com IOC. Para além da maior parte das acções nos consórcios produtores de petróleo com companhias estrangeiras, as actividades da NOC nigeriana incluem alguma exploração de petróleo, produção e refinação, oleodutos e terminais de armazenagem, marketing de produtos refinados de petróleo e de gás natural e petroquímicos. Tem ainda interesses minoritários em companhias envolvidas em várias actividades, incluindo produção e exportação de GNL e vendas a retalho de produtos

nacionalização a Nigéria pôde tornar-se membro da OPEP no mesmo ano, dado que era um dos requisitos obrigatórios.

A partir de então, a Federação começou a adquirir participações em operações e activos das IOC.

Apesar da introdução gradual de impostos esmagadores, licenças discriminatórias ou regulamentações fiscais, ou concorrência injusta das empresas estatais, ainda era vantajoso o investimento no sector petrolífero. Durante o período do general Gowon a expropriação foi selectiva. Dois factos foram responsáveis pela continuação da presença de IOC na Nigéria, após a década de 70. Por um lado, o entendimento tácito por parte das IOC de que teriam de aceitar esta situação, ao mesmo tempo que asseguravam amplas margens de lucros; por outro, a centralidade dos lucros do petróleo nos orçamentos do Estado podiam colocar em perigo o imediato resultado da intromissão política e a compreensão por Estados anfitriões de que não dispunham da *expertise* ou estruturas integradas do sector capazes de substituir as IOC.

“The companies were turned to the changing mood regarding fiscal terms and firm-state relations, and quietly accepted more onerous terms that did not detract from the ultimate profitable of their investment.” (Oliveira, 2007: 187).

petrolíferos refinados. O seu desempenho não tem sido positivo, sobretudo a nível do *downstream* (ver BM, 1993).

Na década de 80 a NNPC tornou-se numa *holding*, com 12 empresas subsidiárias. A NNPC detém a responsabilidade exclusiva do desenvolvimento do *upstream* e do *downstream* nigeriano. A NNPC supervisiona através da NAPIMS e gere o investimento governamental na Indústria do Petróleo e do Gás. No âmbito do *upstream*, a NNPC está organizada em Unidades Estratégicas de Negócios, que operam directamente sob a NNPC: National Petroleum Investment Services (NAPIMS); Crude Oil Sales Division (COSD); Integrated Data Services Limited (IDLS); Nigerian Petroleum Development Company (NPDC); e, Nigerian Gas Company (NGC).

As operações *downstream* abarcam a conversão de *crude*/gás em produtos refinados e petroquímicos, químicos e tratamento de gás, bem como transporte e *marketing* de produtos petrolíferos. As instalações da NNPC incluem quatro refinarias com uma capacidade total instalada de 445 000 b/dia; duas em Port Harcourt (cada uma com uma capacidade 210 000 b/dia), outra em Warri (com uma capacidade de 125 000 b/dia) e outra em Kaduna (com uma capacidade de 110 000 b/dia). Dispõe ainda de três instalações petroquímicas em Warri e Kaduna.

A NNPC continua a ser o actor líder da economia e emprega 17 mil pessoas. Esta *holding* tem sido um campo de batalha para os políticos nigerianos, tendo como resultados a ausência de continuidade na liderança. Acresce ainda que, “Corruption is one of the most persistent and ubiquitous features of NNPC. Successive panels into the NOC since 1975 have been unanimous in indicting the corporation. NNPC’s top executives have been too often implicated in fraud over the years; merely working as a principal officer in the corporation seems automatically associated with the suspicion of corruption.” (G. Ugo Nwokeji, “The Nigerian National Petroleum Corporation and the Development of the Nigerian Oil and Gas Industry: History, Strategies, and Current Directions”, in *The Changing Role of National Oil Companies (NOCs) in International Energy Markets*, James A. Baker III – Institute for Public Policy – Rice University, (Mar. 2007, [On-line], Disponível em <http://www.rice.edu/energy/publications/nocs.html>), p. 44).

Nos anos 90 não se assistiu a comportamentos de competição entre as empresas, por dois factores: (i) a existência de uma companhia dominante em relação às restantes; (ii) e, a criação de JV que assegurou a não emergência de sérias tensões do sector privado (Shell-BP na Nigéria).

A relação da indústria petrolífera com o Governo nigeriano é “única”. Todos os activos petrolíferos são do Governo federal, o qual atribui dois tipos de licenças aos produtores petrolíferos: Licenças de Prospeção Petrolífera (LPP) para a exploração e *Oil Mining Leases* (OMLs) para a produção, com uma validade de três e vinte anos respectivamente. A maior parte destes acordos são a longo prazo e visam proteger o investimento empresarial não dispondo de nenhum mecanismo para renegociação. Nestes acordos são estabelecidas cláusulas de confidencialidade em segredo.

Tradicionalmente, as parcerias de produção com as *majors* têm sido através de JV. A Federação através da NNPC e do capital de investimento da JV, proporciona distribuições equitativas em parcerias específicas. Os fundos angariados pelos parceiros são depositados para financiar projectos programados. Segundo os operadores das multinacionais, ao abrigo destas JV, recebem uma “margem fixa” quando os preços do petróleo se situam entre US\$15-19 o barril, com os lucros das empresas condicionados quando os preços são acima US\$30. Apesar de alguns detalhes do Memorando de Entendimento de 2000 entre o Governo e as companhias petrolíferas serem confidenciais, a Shell diz que quando os preços de petróleo são de US\$19 por barril, o Governo consegue através de impostos, *royalties* e participações equitativas US\$13,78, ou 72%.

No primeiro quartel de 2006, a Federação tinha através da NNPC uma média de 57% de participações em JV em operações de *upstream*.

Actualmente, as seis JV que envolvem companhias petrolíferas estrangeiras são operadas pelas seguintes companhias³²: Shell Petroleum Development Company of Nigeria Limited (SPDC), Chevron Nigeria Limited, Mobil Producing Nigeria Unlimited (MPNU), Nigerian Agip Oil Company Limited (NAOC), Elf Petroleum Nigeria Limited (EPNL), e Texaco Overseas Petroleum Company of Nigeria Unlimited (TOPCON).

Todavia, desde o final da década de 90, as parcerias petrolíferas *offshore* têm vindo a adoptar a forma de *Production Sharing Contracts* (PSC), em que o Governo não é um parceiro formal e as companhias petrolíferas produtoras podem recuperar proporcionalmente os seus investimentos nas infra-estruturas antes de partilharem os lucros com

32 (1) Shell Petroleum Development Company of Nigeria Limited (SPDC) – JV composta NNPC (55%), Shell (30%), Elf (10%) e Agip (5%) – opera 8 campos sobretudo no *onsshore*; (2) Chevron Nigeria Limited (CNL) – JV entre NNPC (60 %) e Chevron (40%) – opera campos situados na região Warri (Oeste do rio Níger) e *offshore*; (3) Mobil Producing Nigeria Unlimited (MPNU) – JV entre NNPC (60%) e Mobil (40%) – opera nas águas pouco profundas do Estado Akwa Ibom (Sudeste do Delta do Níger); (4) Nigerian Agip Oil Company Limited (NAOC) – JV operada em pequenos campos *onsshore* pela Agip e detida pela NNPC (60%), Agip (20%) e Phillips Petroleum (20%); (5) Elf Petroleum Nigeria Limited (EPNL) – JV entre NNPC (60%) e Elf (40%) – opera em *on* e *offshore*; (6) Texaco Overseas Petroleum Company of Nigeria Unlimited (TOPCON): JV operada pela Texaco e detida pela NNPC (60%), Texaco (20%) e Chevron (20%) – produz a partir de cinco campos *offshore*.

o Governo. Com efeito, sob os contratos PSC, as companhias petrolíferas estrangeiras exploram e desenvolvem durante um período de tempo acordado, ao mesmo tempo que financiam todos os custos de investimento que são recuperados quando começa a produção. Os PSC também permitem isenções fiscais e um sistema de *royalty* para as companhias operadoras.

Em 2006, tinham sido celebrados com IOC 26 PSC³³.

Em 2009, senadores de seis Estados produtores de petróleo rejeitaram uma proposta de um projecto visando a reforma do sector petrolífero. Os cinco principais operadores de E&P – Shell, ExxonMobil, Chevron, Total e Agip – advertiram para o facto de que esta proposta de lei ameaça mais de US\$ 80 mil milhões do montante de investimento previsto para os próximos cinco anos. O projecto tem por finalidade ajudar a NNPC a tornar-se rentável e auto-financiada.

Este projecto de reforma aumenta a quota-parte do Governo nas actuais e nas futuras produções, quer de petróleo, quer de gás. A nova proposta de Lei reformula o imposto sobre o *upstream* e o sistema de royalties e restringe os benefícios fiscais do investimento no *upstream*. As novas taxas sugeridas são baseadas em escalas móveis de produção e preços do petróleo ou gás. A lei estabelece um limite de recuperação de custos de 80% para os operadores estrangeiros e inclui ainda disposições para um imposto sobre os "lucros excepcionais no caso de preços elevados do petróleo". Em relação aos Contratos de Partilha de Produção para águas profundas, assinado com as empresas, em 1993, não incluem os pagamentos de *royalties*, e estes terão de ser re-negociados. As empresas estarão sujeitas às rendas padrão, *royalties* e impostos nas áreas *onshore*, e *offshore*.

Perante este projecto de reforma, o Presidente da Shell nigeriana, Basil Omiyi (líder do lobby das IOC), foi citado a 3 de Agosto de 2009 pela Petroleum Argus afirmando, "the aggregate impact of multiple taxes, high royalties, and loss of incentives currently proposed will have a significant negative impact. If the bill is not reviewed, the majority of the projects will not pass investment criteria"³⁴.

A ExxonMobil alertou que todos os projectos *upstream* não darão lucros e as empresas estrangeiras deixarão de investir. A Agip advertiu que o seu plano de aumentar a produção de 70 mil b/d em 2012 não será cumprida. A Chevron preveniu que o aumento dos impostos inviabilizará futuros projectos de águas profundas.

Há ainda que mencionar o facto de que em países como a Nigéria, em que o Estado (por um conjunto de múltiplas razões) não consegue assegurar as suas funções mínimas, é, nalgumas áreas e regiões, substituído por companhias petrolíferas estrangeiras na satisfação das necessidades das populações "abandonadas" pelo poder central.

33 Actualmente, Statoil, Snepco, Esso, Elf, Nigerian Agip Exploration Limited, Addax, Conoco e Petrobas, Star Deep Water, Chevron, Oranto Phillips estão a operar na Nigéria através de PSC.

34 Nigéria – Nigerian Politicians & IOC Attack New Petroleum Reforms Bill, 2009.

Assim, e à semelhança de outros petro-Estados, as companhias petrolíferas estrangeiras têm tomado sob sua responsabilidade as tarefas relacionadas com a segurança³⁵, dada a ausência de leis, guerras ou incapacidade do Estado, tendo também contribuído para a construção ou manutenção de infra-estruturas consideradas essenciais para as suas actividades. Por vezes também providenciam algumas acções nos domínios da saúde, segurança alimentar e educação para pequenos números das comunidades directamente afectadas.

Actualmente, e tal como já vimos anteriormente, encontram-se presentes na região as subsidiárias de cinco das grandes IOC, as quais são responsáveis por 90% do *output* petrolífero desta área: Total, Royal/Dutch Shell e Chevron, Exxon Mobil e Agip. Com excepção da Elf e em menor extensão da Shell (responsável por praticamente metade da produção de petróleo na Nigéria), nenhuma das *majors* tem tido grandes lucros com a região.

O poder das *majors* neste país é de tal amplitude que a Shell e a ExxonMobil mantêm forças de segurança próprias com vista à protecção dos seus investimentos.

Paralelamente, desde a emergência do Governo de Obasanjo, em 1999, tem-se assistido a um crescente aumento da presença de IOC não ocidentais – oriundas da China, Coreia, Índia, Indonésia – quer no *upstream*, quer no *downstream*, e em que a NNPC está a estabelecer parcerias com estes novos *players*.

A entrada destes actores não-Ocidentais deve-se a uma combinação de factores de aprovisionamento e procura, baseado num contexto de modelos de consumo e preocupações de segurança de abastecimento que afectam as economias emergentes da Ásia, alterações de tendências no comércio internacional, cálculos geopolíticos, compatibilidade de culturas de negócios, experiência dos proprietários dos recursos com as IOCs Ocidentais e reavaliação do crescimento e opções de desenvolvimento, alteração da natureza das responsabilidades empresariais e atitudes de Governos e bens públicos das companhias petrolíferas investidoras (Nwokeji, 2007: 110-111).

Não obstante, estas parcerias com companhias não Ocidentais não se traduziram por uma retirada ou eclipse das IOC. A título ilustrativo, uma IOC norte-americana investiu mais de US\$ 40 biliões no petróleo do Golfo da Guiné, entre 1995-2005, e planeou investir mais US\$ 30 biliões, entre 2005-2010.

Para finalizar, neste enquadramento, as parcerias económicas entre Estados como a Nigéria (com graves problemas infra-estruturais, burocráticos, políticos) têm-se regido pelas seguintes premissas (Oliveira, 2007: 54-55):

- ◆ Criação de um sistema económico paralelo que protege as IOC das condições locais não fiáveis, com o seu próprio enquadramento legal e eficiência logística.

35 A informação acerca das relações entre os enclaves de petro-Estados e as companhias petrolíferas estrangeiras é na maior parte dos casos secreta. Por exemplo, nos anos 90, os acordos de segurança das infra-estruturas e dos funcionários das petrolíferas, estabelecidos entre as companhias e o Estado nunca foram revelados.

- ◆ Criação de NOC, as quais articulam os interesses dos Estados no sector petrolífero com poderes similares e reflectem o evidente declínio administrativo.

A “obscuridade” do regime continua a ser um obstáculo às reformas. A administração da indústria petrolífera é amplamente feita numa base *ad hoc*. A principal Lei que rege a indústria nigeriana – “Lei do Petróleo de 1969” – está ultrapassada. Abarca só o crude e não o gás e não antecipa as PSC como forma de acordo, bem como ofertas para concessões competitivas.

4.2. Riscos Físicos

A evolução actual de disputa de poder é uma luta económica, de influência e de recursos. E o controlo sobre os fornecimentos de energia tornou-se um elemento central desta concorrência; todavia, cada vez mais é apoiado pela força militar. Em virtude dos incentivos e dos potenciais conflitos, é, sem dúvida, relevante para os responsáveis políticos que a concorrência em relação aos aprovisionamentos de energia poderão conduzir a conflitos maiores ou até globais com dimensões militares críticas, mesmo que nenhum dos actores globais esteja comprometido com o desenrolar de tais eventos.

No âmbito das estruturas de fornecimento global e regional, as cadeias de aprovisionamento são cada vez mais ameaçadas pelo terrorismo, insurreições, pirataria e sabotagem, bem como por negligência e incompetência. Os ataques terroristas e insurreccionais nas instalações de petróleo e de gás são actualmente focos de atenção.

As comunidades do Delta são vítimas de uma “extração cruel e económica” do petróleo, e não beneficiam dessa riqueza. As oportunidades económicas são escassas, a queima do gás e derrames petrolíferos danificam as terras; e, a provisão de bens públicos pelo Estado é virtualmente ausente. Até aos anos 80, a situação de segurança no Delta não representava grandes motivos de preocupação para o sector petrolífero. Sob o ponto de vista criminal, ocasionalmente os protestos representavam problemas, bem como a propensão nigeriana por petróleo – *bunkering*. Não obstante, as empresas petrolíferas pareciam satisfeitas, cultivando cuidadosamente relações com os círculos políticos nigerianos e assegurando que a complicada situação política do país não teria impactos nos investidores estrangeiros.

Este entendimento foi alterado, no momento em que as percepções da juventude, privada de direitos de representação, passaram de uma tolerância tácita em relação às companhias para um profundo sentimento de não possessão. Nos finais dos anos 80, começou-se a assistir a uma escalada dos conflitos que deixaram de ser protestos de violência incipiente para uma verdadeira guerra nos anos seguintes. O Governo federal respondeu ao activismo local com coacção.

Este período também foi testemunho da utilização de forças de segurança privadas por empresas petrolíferas.

“The Delta Region’s experience illuminates the extent to which is increasingly difficult to discern between violence against the state and violence against the foreign private sector.” (Oliveira, 2007: 245).

Longe de ter sido apaziguado, o conflito assumiu uma nova dimensão desde a democratização em 1999, com o patrocínio político das milícias e a mobilização do grupo étnico Ijaw contra o Estado, os Itsekiris, e outros inimigos. Estes grupos desafiantes têm sido brutalmente reprimidos pelas autoridades.

Com efeito, desde 1999, o Governo federal tem respondido à crise com medidas de desenvolvimento e militares. Uma das primeiras medidas de Obasanjo foi a criação a 21 de Dezembro de 2000, de uma agência especial de desenvolvimento – Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger, cuja missão é “oferecer uma solução durável para as dificuldades socioeconómicas da região do Delta do Níger” e “facilitar o rápido desenvolvimento sustentável do Delta do Níger numa região que é economicamente próspera, socialmente estável, ecologicamente regenerável e politicamente pacífica”.

Em 2001, o Governo federal criou o Comité de Segurança Especial para as Áreas de Produção de Petróleo. Apesar de os seus termos de referência serem praticamente orientados para a segurança, reportou a Obasanjo, a 19 de Fevereiro de 2002, que o problema no Delta do Níger era, em primeiro lugar, político, requerendo soluções políticas que subsequentemente desembocariam em problemas de segurança petrolífera. Assim, recomendava uma revisão da legislação que estava na raiz deste problema, como por exemplo a “Lei sobre o Uso da Terra” e a “Lei sobre o Petróleo” e o aumento do princípio da “Derivação” para 50%.

Todavia, a deterioração gradual do ambiente nesta região, provocada por conflitos étnicos, violação dos direitos humanos, sabotagem das infra-estruturas petrolíferas e problemas ligados à partilha da renda energética (já analisada no ponto 3.2) obrigaram empresas como a Shell, a Chevron e a TotalFinaElf, a suspenderem os seus trabalhos de extracção de crude entre 2001 e 2003, com perdas estimadas em mais de 700 mil barris/dia. Estes problemas influenciaram as companhias a investir na prospecção e localização de jazidas no *offshore* profundo. Daí que, actualmente, cerca de 40% da produção nigeriana provenha de explorações *offshore*.

Dada a importante presença de algumas *majors* no território nigeriano, não é de estranhar o facto da Shell e da ExxonMobil manterem forças de segurança próprias com vista à protecção dos seus investimentos e que são usualmente denominadas de Polícia da Mobile³⁶.

Uma auditoria da NNPC revelou que desde 1999 até 2004, a Nigéria cerca de US\$96 biliões em lucros petrolíferos. Todavia, as comunidades do Delta pouco beneficiaram.

36 Desde 1999, as companhias petrolíferas têm gasto milhões de dólares em unidades de saúde, outros projectos públicos de forma a puderem manter as suas operações *onshore*. Em 2005, a Shell gastou US\$107 milhões em desenvolvimento sustentável comunitário.

Neste contexto, a atribuição federal da renda (já em 1994) e mais recentemente do controlo sobre os recursos, tornou-se num potente conflito no Delta, acompanhado pela emergência de numerosos grupos de pressão, incluindo o Movimento para a Sobrevivência da Nacionalidade Étnica Ijaw no Delta do Níger (MSNEIDN), o Congresso Nacional Ijaw (INC), o Concelho da Juventude Ijaw (CJY), a Assembleia Geral Itsekiri, a União Urhobo e o Movimento Chikoko, bem como o, em tempos proeminente, Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MSP0). As exigências destes movimentos prendem-se com o aumento de oportunidades de emprego, subcontratos de empresas e melhorias nas instalações de saúde e de educação, bem como compensações em relação aos danos provocados. Os métodos utilizados são a ocupação das instalações petrolíferas, sabotagem das infra-estruturas do petróleo e pirataria costeira.

Nos últimos anos, as exigências têm-se tornado mais militantes e radicais, incluindo apelos à autodeterminação e até declaração de secessão. No início de 2004, a Força Voluntária do Povo do Delta do Níger (FVPDN), liderada por A. Dokubo-Asari, emergiu para ameaçar a dissolução do Estado Nigeriano e guerra total contra as empresas petrolíferas, o Estado federal e os Governos Estatais. As suas actividades destabilizaram os preços petrolíferos e apareceram em todos os titulares internacionais. Em Outubro, o Governo federal atribuiu uma amnistia numa tentativa de dominar o grupo, mas em Setembro de 2005 acusou Asari de traição.

Desde o encarceramento de Asari, outros grupos militantes têm emergido, em particular o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (MEDN), uma milícia tacticamente astuta e estrategicamente coerente que desdenha os líderes locais da “velha guarda” que pensam ter traído as comunidades do Delta do Níger. Exigem o controlo local dos recursos petrolíferos, a libertação de Asari e compensações pela poluição petrolífera. Daí que, a partir de 2005, os protestos violentos no Delta do Níger tenham começado a agudizar-se pela retórica e pelas acções de grupos como o FVPDN, o VDN e o mais recentemente MEDN. Verificou-se um crescente aumento de actos de vandalismo aos oleodutos, a raptos e a ataques às instalações no Delta do Níger.

Uma vaga dramática de ataques às instalações petrolíferas em Fevereiro de 2006 reduziu o *output* petrolífero do país em 25% (IGC, 2006a: i). O MEDN raptou nove trabalhadores estrangeiros de petrolíferas que foram libertados em Março do mesmo ano. O MEDN tem recorrido a *e-mails*, através dos quais promete ataques. Estas ameaças elevaram os preços do crude a US\$70 por barril. Um carro-bomba detonado por um telemóvel em Port Harcourt simbolizou a sua entrada em zonas urbanas.

“The targeting companies have two main motivations. The first is their perceived complicity with the government in denying locals an *oil dividend*”; the second is the retreat of the state from tasks it was until recently, expected to perform, and the concurrent shifting of these expectations towards companies.” (Oliveira, 2007: 246).

Entre Dezembro de 2005 e início de 2007, devido ao encerramento de parte da produção, a Nigéria perdeu aproximadamente US\$16 bilhões em receitas de exportação.

Em Fevereiro de 2006, os ataques de militantes no Oeste da região do Delta forçaram o encerramento das refinarias de Warri (125 000 barris/dia) e de Kaduna (110 000 barris/dia) dada a ausência de *stocks*. Em Dezembro de 2006, os operadores fecharam duas refinarias de Port Harcourt, durante dois meses, devido a problemas técnicos. Por trás destes ataques estão, o MEDN e outras milícias, que procuram compensações monetárias e/ou compensações políticas. Consequentemente, centenas de trabalhadores estrangeiros juntamente com as suas respectivas famílias abandonaram o Delta do Níger. Pelo menos três companhias, incluindo a companhia privada responsável pela perfuração e a companhia responsável pelo oleoduto, também se retiraram. O MEDN estipulou numerosas condições ao Governo nigeriano, que se não forem atendidas os ataques prosseguem³⁷. Face ao aumento de intensidade dos ataques do MEDN, Obasanjo, inaugurou, a 18 de Abril de 2006, o Conselho Consolidado nos Assuntos Sociais e Económicos dos Estados Costeiros do Delta do Níger, com 50 membros, e projectou o que descreveu como o “Plano Marshall”, que inclui um programa de desenvolvimento, propondo a criação de novos empregos nas forças militares e de polícia e prevendo um projecto de auto-estrada. Todavia, este Conselho arrancou com problemas de legitimidade (IGC, 2006a: 8). Primeiro, porque envolve os governadores dos Estados produtores costeiros e outras elites locais (ou seja, os mesmos que são considerados como os responsáveis da situação actual); em segundo lugar, grupos militantes e cidadãos comuns na região encaram como um insulto a oferta por parte de Obasanjo de empregos nas mesmas forças de segurança que foram responsáveis pelo incêndio de vilas e pela morte de civis ao longo de anos na região produtora de petróleo. Daí o plano ter sido rejeitado pelo MEDN e ter sido alvo de fortes críticas dos Governantes de Abia e Imo (os quais são reconhecidos como parte do *Act NDDC* do Delta do Níger, mas foram excluídos do Conselho).

Em Abril de 2007, cerca de 587 000 barris/dia da produção de crude foram encerrados. A maior parte desta produção situa-se *onshore* no Delta do Nilo, com excepção dos 115.000 barris/dia da Plataforma *offshore*. A Shell viu a maior parte da produção encerrada (477.000 barris/dia), seguida pela Chevron (70.000 barris/dia) e pela AGIP (40.000 barris/dia). Os ataques militantes nas infra-estruturas petrolíferas também debilitaram as capacidades de refinação domésticas deste país.

A resposta do Governo aos ataques violentos na região tem sido a operação “Restaurar a Esperança”, a qual envolve a deslocação de uma *Joint Task Force* militar (JTF).

A 2 de Julho de 2007, o Governo Federal inaugurou um Comité de Paz e Resolução do Conflito para o Delta do Níger.

37 Entre as condições estão a partilha das avultadas receitas petrolíferas, aumento do controlo local dos campos petrolíferos, a libertação de prisioneiros tribais e transparência dos orçamentos do Governo.

Todavia,

“There are three major trends since the April 2007 elections: continuing (though fewer) attacks against expatriates and oil industry facilities by militants driven by a pan-Niger Delta agenda; abductions of hostages by criminals driven by greed; and violent clashes between gangs originally sponsored by local politicians for electoral purposes, particularly in Rivers State.” (IGC, 2007a: 7).

O MEDN tem intensificado os seus ataques em instalações petrolíferas das *majors* desde Outubro de 2007. A 12 de Novembro, atacou o terminal Qua Iboe Akwa Ibom State.³⁸

Em 2008, a indústria petrolífera foi palco de 92 ataques, representando um terço acima do ano anterior.

Desde meados de 2008, o conflito tem-se expandido ao mar, terra e ar. A título ilustrativo, o incidente marítimo mais impressionante, teve lugar a 19 de Junho do mesmo ano, com um ataque em Bonga³⁹, uma produção flutuante de US\$3,6 biliões e instalação de águas profundas sub-marítimas a 120 km da costa.

Segundo as estatísticas, reunidas pelo *International Maritime Bureau* (IMB) para 2008 ocorreram 40 incidentes de pirataria no Delta, incluindo 27 navios embarcados, cinco sequestros e 39 tripulantes raptados. Estes números colocam as águas nigerianas como as segundas mais perigosas, a seguir à Somália⁴⁰.

Paralelamente, em Junho, o Governo nigeriano decidiu que a SPDC iria ser substituída como operadora das concessões petrolíferas em Ogoni, procurando assim apaziguar um dos maiores conflitos entre a multinacional e a comunidade local.

Na segunda metade de 2008, assistiu-se a uma escalada de confrontos directos em terra entre os militares da JTF e os militantes.

Em Dezembro de 2008, o Comité Técnico do Delta do Níger submeteu ao Governo nigeriano um relatório ao Presidente da Federação, com o objectivo de resolver o conflito e dar início a um desenvolvimento regional numa região rica em petróleo. Este relatório propõe: amnistia para os líderes dos militantes no âmbito de um programa exaustivo de desmobilização, desarmamento e reabilitação (DDR); um aumento

38 A título ilustrativo, para além dos raptos motivados por questões políticas, pelos quais o MEND é tido como responsável, o repentino aumento de raptos de origem criminosa na região resultou em pelo menos 17 raptos envolvendo 60 vítimas, entre 1/06-10/10/07. A maior parte dos raptos foram efectuados em trânsito, entre as suas casas e locais de trabalho; outros, após ataques, sobretudo em instalações petrolíferas.

39 Apesar dos ataques recentes às instalações da Shell, o campo Bonga de águas profundas começou a produzir petróleo a partir de finais de 2005, tendo chegado aos 225 000 b/d, em Abril de 2006. As estimativas apontam para o facto do campo Bonga ter 600 milhões barris de reservas petrolíferas recuperáveis. O petróleo deste campo está armazenado numa unidade de produção, armazenamento e desembarque (FPSO), com uma capacidade de 2 milhões barris. Em Agosto de 2008, a Shell planeou colocar *online* o seu campo Gbaran/Ubie (220,000 b/d) localizado no *offshore* no Leste do Delta.

40 Nas primeiras três semanas de Janeiro de 2009, tinham sido reportados 10 novos ataques.

da distribuição da renda petrolífera para o Delta; melhorias urgentes das infra-estruturas e os serviços de bem-estar social; e novas instituições para o desenvolvimento a longo prazo da região.

“The urgency is underscored by the grim security situation in the region and the risk that instability may spread to the land or maritime territories of Nigeria’s neighbors across the Gulf of Guinea. Late 2008 saw some of the Delta’s bloodiest fighting between government forces and Delta militants, and there have already been a number of attacks in Cameroon and Equatorial Guinea by groups probably linked to the militants. Piracy incidents throughout 2008, were exacerbated by the lack of security in the region.” (IGC, 2009: 1).

A crise do Níger do Delta está a reduzir a influência da Nigéria no seio da OPEP, onde em condições normais, seria o terceiro e não o sexto maior produtor.

Há ainda que mencionar que outro risco físico com o qual a Nigéria se confronta é o designado *bunkering*.

O roubo de petróleo é também endémico no Delta⁴¹. Esta prática, conhecida localmente como *bunkering*, deve a sua designação do termo técnico de carregamento de crude em camiões cisternas. O *bunkering* ilegal é feito por cidadãos comuns que furam oleodutos para desviar algum petróleo, enchendo camiões cisternas, distribuindo os lucros acumulados a indivíduos influentes, incluindo políticos locais, chefes de comunidades, líderes de grupos militantes e gangs de jovens, *staff* de companhias petrolíferas e oficiais militares *seniors*.

O *bunkering* levanta algumas questões fiscais. Com efeito, as companhias petrolíferas são taxadas em relação à produção à saída do jazigo, o que faz com que o Governo não tenha nenhuma perda no seu rendimento em termos de *royalties*.

Com efeito, o *bunkering* em larga escala só pode ser concretizado com a cumplicidade de funcionários públicos “poderosos”. Neste contexto, não é de espantar que a Nigéria perca centenas de milhões de dólares (5% do seu *output* petrolífero) cada ano devido este tipo de prática. (IGC, 2006a: 7).

Em Março de 2009, as exportações petrolíferas caíram para 1,6 milhões de barris/dia. A SDPC foi a mais afectada pelos ataques dos militantes e dos confrontos com os militares: a produção das suas operações *onshore* sofreu uma redução de 300 000 barris/dia, abaixo de praticamente um milhão antes da escalada da crise na região em 2004. O país perdeu pelo menos US\$23,7 biliões em *bunkering*, sabotagens e encerramento de produção nos primeiros 9 meses de 2008, e em torno de 1000 pessoas foram mortas no mesmo período. (IGC, 2009: 2).

41 Em Julho de 2005, um Relatório estimava que o volume de petróleo roubado ascendia aos 200 000 a 300 000 barris/dia, no início de 2004. Durante períodos de maior estabilidade cai para 80 000 barris/dia, com uma perda de rendimento de pelo menos US\$1,5 biliões durante um ano. (Cf. Goldwyn e Morrison, 2005: 3)

Para finalizar, a comunidade internacional tem um papel importante na resolução da crise do Delta. Com efeito, o petróleo nigeriano é vital para a segurança energética global, e a segurança do Golfo da Guiné é também um requisito para o comércio marítimo mundial.

“Nigeria’s partners, including the U.S., UK and other leading members of the G8 and European Union (EU), can and should lend their voices to persuading Yar’Adua to act urgently on the Technical Committee report. They need to emphasize that delay in resolving the Delta crisis is undermining the country’s image as a stable democracy and a reliable oil producer, exacting a high cost in terms of human security and foregone socio-economic development in the country and undermining Yar’Adua’s vision of transforming Nigeria into one of the world’s twenty largest economies by 2020.(...)

The partners also need to support improvement of Nigeria’s security sector, in relation to the Niger Delta in particular, and promote maritime security in the Gulf of Guinea.” (IGC, 2009: 15-16).

5. A Nigéria – Um Parceiro Energético de Portugal em Ascensão

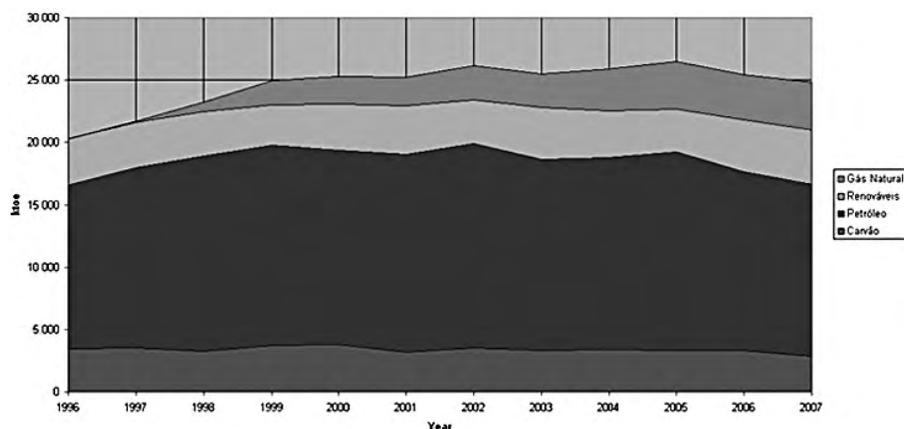
5.1. Portugal e o Sector Energético

O cenário energético nacional actual é caracterizado por uma forte dependência externa (82,9%, dados de 2007), com uma procura energética com taxas de crescimento significativamente superiores às do crescimento do PIB, e com um sistema energético fortemente dependente de fontes primárias de origem fóssil (petróleo, gás natural e carvão).

Portugal está, assim, perante uma reduzida diversificação da oferta energética primária, aliada à escassez de recursos próprios, que conduz a uma maior vulnerabilidade do sistema energético às flutuações dos preços internacionais, nomeadamente do preço do petróleo, exigindo esforços no sentido de aumentar a diversificação.

Figura 5.1

Evolução do Consumo de Energia Primária em Portugal (1996-2007)



Fonte: DGEG, “Caracterização Energética Nacional”, Maio 2009.

A figura 5.1 mostra a evolução do consumo de energia primária em Portugal no período 1996-2007. À semelhança do que se verifica no panorama energético mundial, no nosso país ressaltam duas características: por um lado, o crescimento contínuo

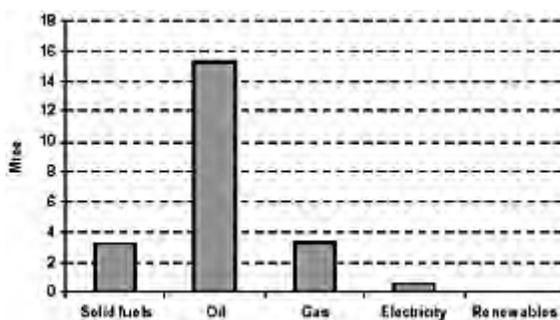
do consumo de energia; e, por outro, a posição central que o petróleo ocupa entre as várias fontes energéticas. O consumo de petróleo regista uma taxa de crescimento semelhante à do consumo total de energia primária resultante do seu elevado peso no total de energia primária. Em termos relativos, este produto energético mantém um papel essencial na estrutura de abastecimento, representando 54% do consumo total de energia primária em 2007⁴².

Segundo a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG, 2009), a introdução do gás natural em 1997, contribuiu para diversificar a estrutura da oferta de energia e reduzir a dependência exterior em relação ao petróleo. Desde então, tem-se registado uma evolução positiva no *mix* energético, representando este combustível, em 2007, 15% do total do consumo em energia primária. O *mix* do consumo nacional de energia primária permite-nos concluir que a dependência do país é muito elevada, enfrentando uma situação preocupante: por um lado, não possui fontes energéticas e, por outro, desperdiça ou utiliza de forma pouco eficiente os recursos energéticos.

Dado Portugal não ser produtor nem de crude, nem de gás natural, encontra-se muitíssimo dependente das importações destes dois hidrocarbonetos para satisfazer as suas necessidades internas, (*vide* figura 5.2) e, por conseguinte, extremamente vulnerável face à evolução do seu preço nos mercados mundiais.

“Portugal apresenta um cenário energético que pode ser apelidado de convencional e pouco flexível: depende de forma crítica do consumo de combustíveis fósseis e o petróleo satisfaz mais de metade do consumo.” (Pulido e Fonseca, 2004: 291-292).

Figura 5.2
Portugal: Importações de Energia (2004)



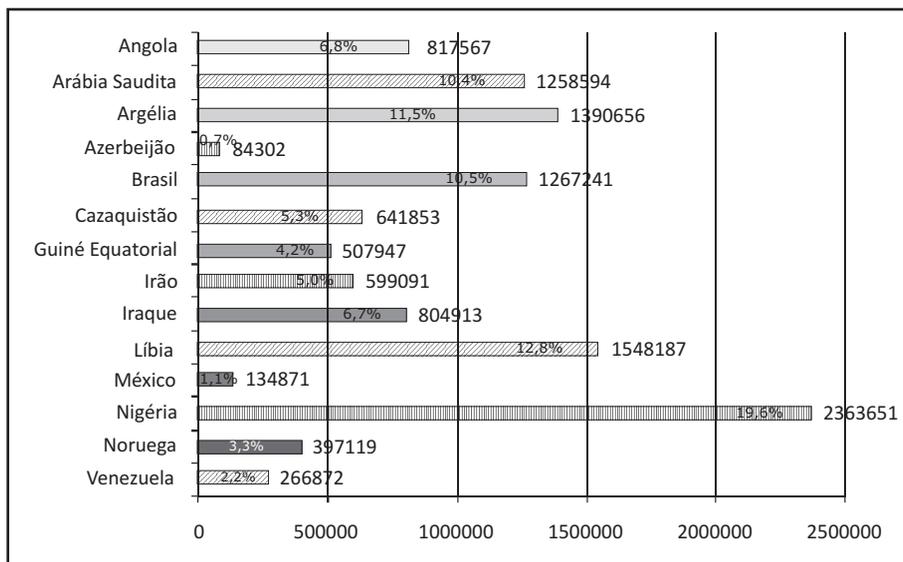
Fonte: Comissão Europeia, 10.01.07(a), p.66.

42 Contra 61,6% em 2000.

Conforme se pode verificar pela figura 5.3, em 2008, a importação de petróleo bruto teve origem essencialmente na África Ocidental, no Norte de África e no Médio Oriente, regiões que representaram 76,6% do total. A Bacia Atlântica contribuiu para o aprovisionamento nacional com 24,8% (praticamente metade do que ocorrera em 2007 – 45,4%).

Figura 5.3

Origem das Importações Portuguesas de Petróleo Bruto em 2008 (Tonelada)



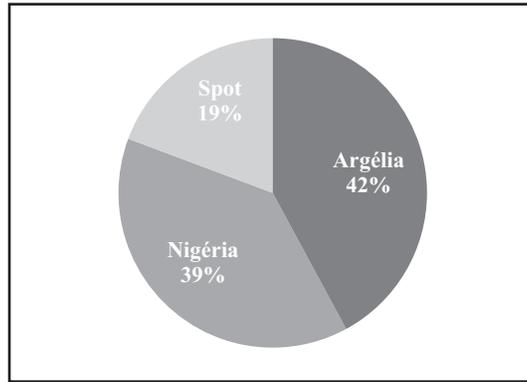
Fonte: DGEG – Divisão de Planeamento e Estatística, Outubro 2009

Entre os 14 países que forneceram crude a Portugal em 2008, o principal foi a Nigéria (19,6%), seguindo-se a Líbia (12,8%) e a Argélia (11,5%), o que demonstra a reduzida dependência de um só fornecedor de crude. As refinarias da Galp Energia encontram-se estrategicamente localizadas no litoral do país, o que lhes permite receber crude oriundo de quase todo o mundo, diversificando a sua base de fornecedores.

Em 2009, as compras de gás natural atingiram os 4,8 mil milhões de m³, uma redução de 15% face ao ano anterior. As compras foram repartidas pelas actuais fontes de aprovisionamento da Galp Energia, nomeadamente a Argélia (42%) e a Nigéria (39%) e foram efectuadas algumas compras de GNL no mercado *spot*, aproveitando as condições favoráveis em termos de preço que se registaram em 2009 (GALP Energia, 2010) conforme se pode ver pela figura 5.4. Os 2,0 mil milhões de m³ de gás natural, adquiridos à Sonatrach, foram transportados desde a Argélia até Portugal pelos gasodutos EMPL Al-Andaluz e Extremadura. Os 1,9 mil milhões de m³ de GNL comprados à Nigéria (NLNG) foram transportados em metaneiros até ao terminal de liquefacção de Sines.

Figura 5.4

Origem por País das Importações Portuguesas de Gás Natural em 2009

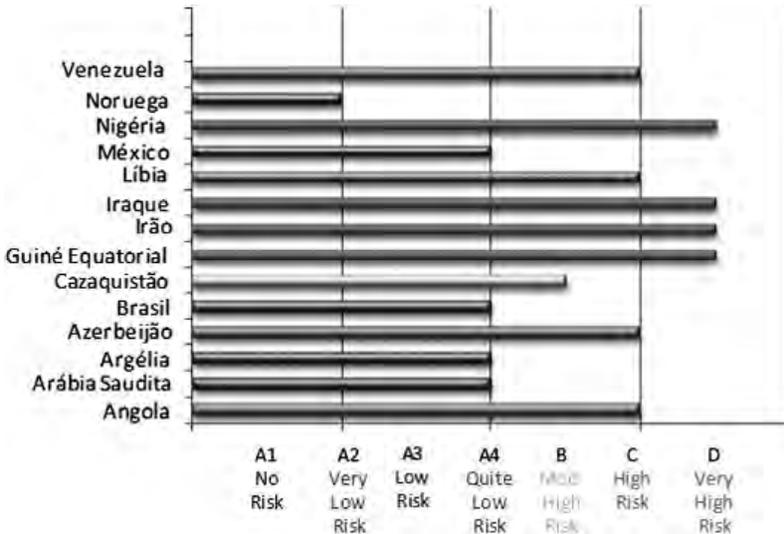


Fonte: GALP Energia, *Relatório & Contas Galp Energia* 2009, 2010 p. 66.

Olhando para a figura seguinte, é possível avaliarmos, segundo o *country rating* (COFACE, 2008), o risco dos países abastecedores de crude e de gás natural a Portugal, em 2008 e 2009 – *vide* anexo I, e respectiva nota de rodapé que apresenta a explicação desta classificação com sete categorias – A1 a A4, B, C, D – aplicadas regularmente a 155 países.

Figura 5.5

Risco por País (Médio e Longo Prazo)



Fonte: COFACE, *Country Rating*, 2010.

Dos 14 países abastecedores de petróleo e dos dois fornecedores de gás natural a Portugal, apenas um país, a Noruega, se encontra classificado como A2, ou seja, um país em que a probabilidade de incumprimento dos pagamentos ainda é fraca. Cerca de 33,5% de petróleo (Argélia, Arábia Saudita, México e Brasil) e 42% de gás natural (Argélia) são fornecidos por países que a Coface atribuiu a classificação A4, isto é, países cujas perspectivas políticas e económicas são fracas e onde o ambiente de negócios é volátil, podendo afectar os pagamentos e trocas das empresas. Apenas o Cazaquistão, que fornece 5,3% do petróleo, se encontra classificado como B sendo um país que apresenta incertezas políticas e económicas e um ambiente de negócios que ocasionalmente poderá afectar o comportamento de pagamentos e trocas das empresas. Na classificação C, encontram-se quatro países que totalizam 22,5% do abastecimento de petróleo ao nosso país. Trata-se de países que apresentam uma evolução política e económica muito incerta e um ambiente de negócio com muitas fraquezas, com inerentes impactos nos comportamentos de trocas e de pagamentos das empresas. Finalmente, quatro países estão considerados como de elevado risco – classificação D – dado apresentarem uma situação política e económica instável e um ambiente de negócios bastante difícil com probabilidade de impactos significativos no comportamento de trocas e de pagamentos das empresas. Encontram-se nesta situação a Nigéria, o Irão, o Iraque e a Guiné Equatorial, os quais abastecem Portugal com 35,1% de petróleo e 39% de gás natural. Em suma, mais de metade dos países abastecedores de petróleo a Portugal confronta-se com um ambiente político e económico instável, com reflexos nos pagamentos e trocas das respectivas empresas.

5.2. Organização do Sector Energético Nacional

O sector energético concentra-se em torno de empresas de grande porte e dimensão, encontrando-se estas entre as maiores de qualquer país. Em Portugal verifica-se a mesma situação, destacando-se a GALP Energia, a PARTEX Oil and Gas, a EDP e a REN.

Em relação à organização do sector petrolífero nacional⁴³, a maior companhia portuguesa é a subsidiária da Galp Energia⁴⁴, a Petrolgal. Esta última controla o *midstream* e o *downstream* doméstico petrolífero em Portugal e mantém actividades de produção no Brasil e em Angola. No presente, a Galp está a passar uma fase em que deixará de ser uma petrolífera regional que opera na refinação e distribuição para apostar no *upstream*, ou seja, na produção.

43 Há que ressaltar que em Portugal, na indústria do petróleo nacional, apenas não existe a Exploração, pois a pesquisa de reservas de hidrocarbonetos ainda não permitiu detectar petróleo em quantidade que permita a sua extracção em condições economicamente viáveis (*vide* anexo IV).

44 Detida em parte pelo Estado e por um conjunto de operadores internacionais de petróleo e de gás.

Portugal dispõe de duas refinarias da Petrogal, situando-se uma em Sines e outra no Porto, com uma capacidade combinada de 314 mil barris por dia. O mercado a retalho também é dominado pela Petrogal no que diz respeito aos produtos refinados de petróleo e à rede de oleodutos do país. Neste âmbito, o reforço do aproveitamento do pólo de Sines no plano da refinação e da petroquímica, poderá vir a ser uma oportunidade a não desperdiçar.

Todavia, em relação ao petróleo, Portugal confronta-se com duas fraquezas: por um lado, possui um elevado e persistente nível de intensidade energética em função do grau de desenvolvimento (PIB); por outro, a dimensão do mercado acaba por determinar a escala de actividade do operador.

Caixa 5.1

A GALP na Bacia Energética da África Ocidental

A Galp Energia assinou, a 8 de Janeiro de 2009, na capital da Guiné Equatorial (Malabo), um acordo de entendimento com a alemã E.ON, a espanhola Union Fenosa e a local Sonagas. Este acordo visa a criação e organização de uma empresa de fornecimento de gás que irá ser a proprietária do Consórcio 3G – *Gathering System in the Gulf of Guinea*. O objectivo deste consórcio será o de seleccionar diferentes projectos de gás com a finalidade de os rentabilizar, incluindo o consumo doméstico e exportação, sobretudo de gás que já tenha sido descoberto e que esteja, actualmente, a ser re-injectado ou queimado na zona do Golfo da Guiné.

Nos últimos anos, a Galp tem procurado encontrar fontes de aprovisionamento de gás natural alternativas à Nigéria e à Argélia (os dois actuais fornecedores nacionais). Nesse sentido, estabeleceu no final de 2007 um memorando de entendimento com a Líbia, para o estudo e desenvolvimento de projectos na área da exploração e produção de petróleo e de gás natural; com Angola, em que a Galp tem 10% num consórcio para a pesquisa e exploração de gás natural; no Brasil, em que a petrolífera nacional participa em diversos projectos de exploração e produção de petróleo e de gás natural; e com a Venezuela, tendo feito um acordo, em Maio de 2008, com a PDVSA para estudar a participação conjunta em dois projectos integrados de GNL.

Tal como ocorre com o petróleo, Portugal não dispõe de reservas de gás natural. O sector do gás natural tem crescido bastante nos últimos anos. Até 1997, data em que foi introduzido no país, o consumo deste hidrocarboneto era praticamente inexistente; todavia, em 2004, o consumo atingiu os 4,3 mil milhões de metros cúbicos. Tal aumento pode ser atribuído à construção da infra-estrutura de importação, incluindo a rede de gasoduto que liga Portugal, através das duas ligações ao

gasoduto de Espanha: Tarifa e Tuy, ao Norte de África e o terminal para a recepção de GNL.

Em relação à organização do sector, é igualmente uma subsidiária da Galp Energia, a Gás de Portugal (GdP), quem domina. A GdP controla, directamente, a importação, o transporte e o fornecimento de gás e, indirectamente, a distribuição através da sua participação em seis empresas de distribuição regional. A rede de distribuição de GN tem, neste momento, 9 758 kms, dos quais 9 333 foram construídos em 2007.

Em Outubro de 2003, Portugal concluiu o seu primeiro terminal de GNL em Sines. Este terminal foi dirigido pela subsidiária da Galp Energia – a Galp Atlântico – tendo sido adquirido em Setembro de 2006 pela REN⁴⁵, o que permitiu ao país uma maior independência no âmbito do aprovisionamento do gás. Todavia, continuamos dependentes da rede de gás natural espanhola para o transporte do gás natural para Portugal.

No sector do gás natural, Portugal deverá aproveitar, no âmbito da expansão/reconversão do sistema electroprodutor europeu, as vantagens geoestratégicas e geopolíticas do país, através da criação de um forte núcleo de CCCGN, alimentado pela importação de matéria-prima alternativa aos fornecimentos da Rússia à UE.

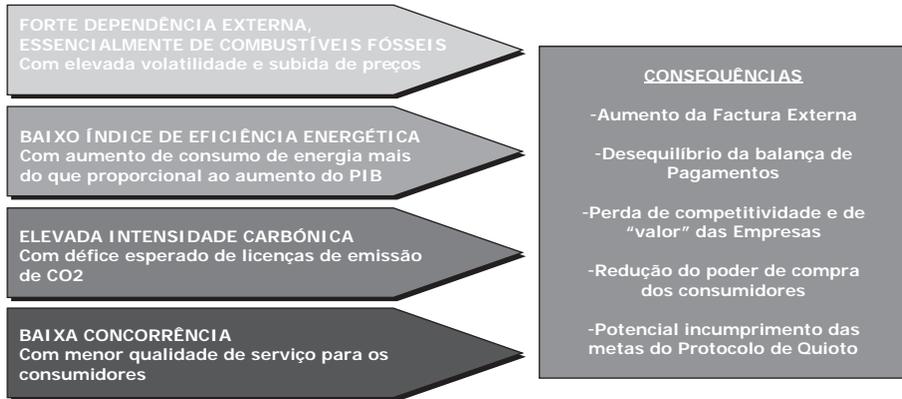
5.3. A Estratégia Nacional para a Energia – ENE 2020

A política energética é fundamental para o desenvolvimento e para o bem-estar social das populações de um determinado país. Naturalmente, o sector energético tem um papel fundamental no contexto da economia nacional, dada a presença constante da energia em todos os sectores de actividade. A energia tem, sem dúvida, uma dimensão estratégica cujo fornecimento constitui um serviço essencial.

A figura seguinte sintetiza a envolvente energética nacional.

45 A REN Atlântico é proprietária do terminal de GNL, tendo-lhe sido atribuída uma concessão mediante a qual prossegue as actividades de recepção, armazenamento, regaseificação e entrega de gás natural à RNTGN. A REN Atlântico desenvolve, ainda ao abrigo da referida Concessão, a carga e expedição de camiões cisterna e de navios metaneiros, assim como a construção e/ou expansão, operação e manutenção das referidas infra-estruturas.

Figura 5.6
Contexto da Área Energética Nacional



Fonte: MEI, "Concorrência e Eficiência Energética – Uma Estratégia Nacional para a Energia", 29/09/05.

A política energética de Portugal, nos últimos anos, tem sido articulada no sentido de alcançar vários objectivos estratégicos, nomeadamente (Pulido e Fonseca, 2004: 270):

- (i) Reduzir as importações de energia de forma a atenuar a dependência externa;
- (ii) Assegurar o fornecimento contínuo de energia a preços reduzidos;
- (iii) Promover o desenvolvimento de fontes energéticas endógenas, bem como apoiar a sua produção e gestão de forma descentralizada;
- (iv) Reduzir a dependência do petróleo e diversificar os seus fornecedores;
- (v) Diversificar as fontes de energia e garantir a segurança de abastecimento;
- (vi) Diminuir o impacto ambiental provocado pela produção e utilização de energia;
- (vii) Reduzir a factura energética;
- (viii) Aumentar a eficiência e a conservação energéticas;
- (ix) Promover diligências no sentido de dinamizar a prospecção e possível exploração de petróleo e de gás natural em território nacional;
- (x) Apoiar a integração do mercado energético português no mercado de energia da UE;
- (xi) Aumentar a qualidade do serviço.

Entre as principais medidas assumidas pelos poderes públicos, nos últimos anos, para colocar em prática os objectivos acima mencionados, destacam-se:

- i. Programas de apoio (subsídios, benefícios fiscais, etc.) ao desenvolvimento de fontes energéticas renováveis;
- ii. Promoção de políticas tendentes a uma utilização mais eficiente da energia;
- iii. Introdução e expansão da utilização do gás natural no nosso país;

- iv. Liberalização e regulação dos mercados energéticos (gás natural, petróleo e electricidade);
- v. Ampliação da capacidade hidroeléctrica do país;
- vi. Desenvolvimento do mercado ibérico de electricidade;
- vii. Aumento da capacidade das reservas estratégicas de petróleo;
- viii. Lançamento, em 2001, de uma ronda de licitação de blocos de exploração de hidrocarbonetos no *offshore* português.

Em suma, pode-se afirmar que o sector da energia é estratégico para o aumento da competitividade da economia portuguesa, quer através da redução da factura energética, quer através de medidas para a protecção do ambiente, tendo em conta as alterações climáticas, ou ainda através do contributo para a modernização tecnológica dos agentes económicos e das empresas.

Neste contexto, face à importância deste sector, foi aprovada a “Estratégia Nacional para a Energia – ENE 2020”⁴⁶, que tem como finalidade reconverter e modernizar a economia portuguesa, promover o crescimento territorialmente equilibrado e criar emprego.

A Estratégia propõe, em termos de acção, cinco eixos de actuação (e dez medidas) conforme mostra a figura 5.7⁴⁷.

46 O Governo definiu as grandes linhas estratégicas para o sector da energia, estabelecendo a Estratégia Nacional para a Energia, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril de 2010, que substitui a anterior Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, D.R. I Série-B, n.º 204, (05/10/24), pp. 6168-6176). A “Estratégia Nacional para a Energia (2007-2010)” que definiu as linhas mestras de orientação política e as medidas fundamentais para a área da energia, visou alcançar três grandes objectivos, nomeadamente:

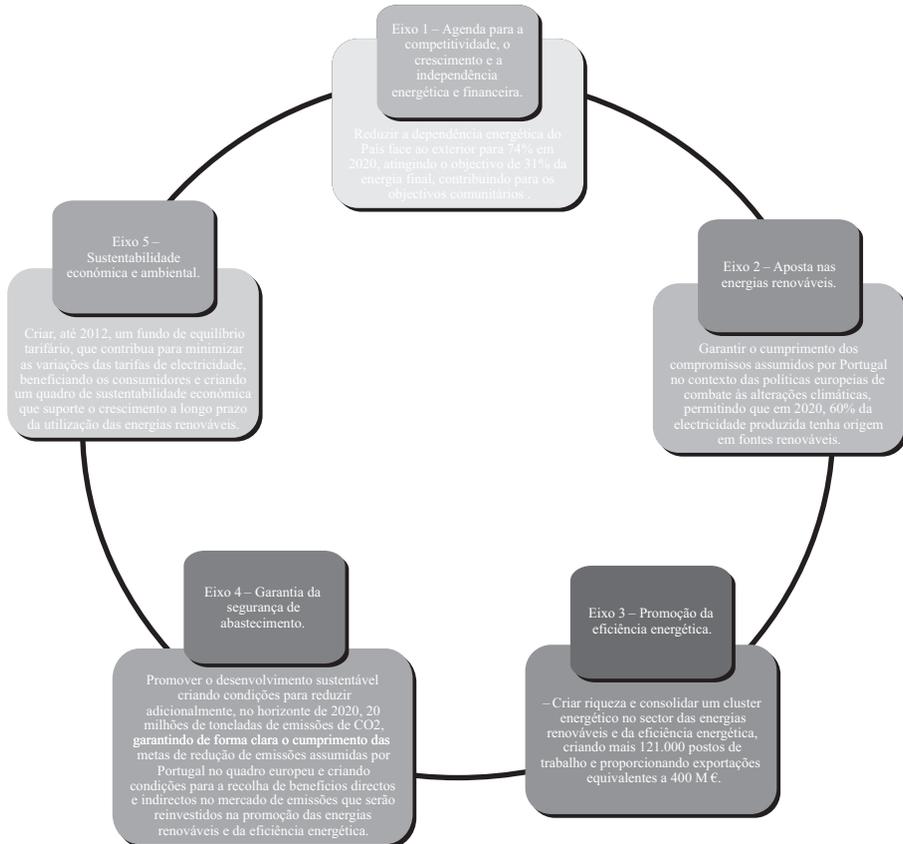
- Garantir a segurança de abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e da promoção da eficiência energética;
- Estimular e favorecer a concorrência, por forma a promover a defesa dos consumidores, a competitividade e a eficiência das empresas;
- Assegurar a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactos ambientais à escala local, regional e global.

Esta Estratégia previu a reestruturação do tecido empresarial do sector energético, através do alargamento do âmbito de actividade das principais empresas que nele operam, de forma a existir mais de um operador integrado relevante nos sectores de electricidade e de gás natural, em ambiente de concorrência.

47 Para informação mais detalhada consultar MEID, 2010.

Figura 5.7

Estratégia Nacional para a Energia: Solução com Cinco Eixos de Actuação



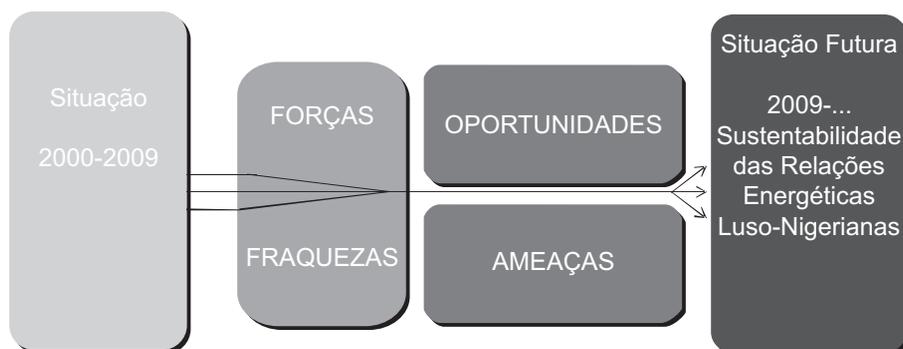
Fonte: Elaborado pela autora com base em MEID, “RE.NEW.BLE. – A Inspirar Portugal Plano Novas Energias ENE2020 2010”, 2010.

6. A Sustentabilidade Futura das Relações Energéticas Luso-Nigerianas – Uma Questão em Aberto

6.1. Análise SWOT da Sustentabilidade Futura das Relações Energéticas de Portugal com a Nigéria

Do ponto de vista do fornecimento de hidrocarbonetos, as relações entre Portugal e a Nigéria são cada vez maiores. Neste contexto e tendo por finalidade observar e analisar a segurança energética de Portugal nos próximos anos, optámos por procurar compreender a sustentabilidade futura das relações energéticas luso-nigerianas. Nesse sentido, procedemos à elaboração de um SWOT (acrónimo inglês de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), através do qual procurámos obter um diagnóstico qualitativo sobre o futuro do processo em análise.

Figura 6.1
Análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*)



Fonte: Elaborado pela própria autora, 2009.

Participou, neste exercício, um conjunto de pessoas com conhecimento sobre o problema em análise e/ou envolvidas neste processo em diferentes posições. A escolha teve como critério recolher diferentes perspectivas: académica, empresarial e outras, sem dúvida complementares. Assim, participaram neste exercício as seguintes personalidades:

Tabela 6.1
SWOT: Lista de Participantes

	n.º	Nome	Background Institucional
Académica	1	Dr. Pedro Miguel Moreira da Fonseca	Prof. Assistente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Empresarial	2	Eng.º Ângelo Correia	Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Árabe
	3	Eng.º José Penedos	Presidente da REN
	4	Eng.º Nuno Ribeiro	Presidente da Endesa Portugal
	5	Dr. Francisco Murteira Nabo	Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia
Governamental	6	Almirante Fernando Melo Gomes	Chefe do Estado-Maior da Armada
Especialistas	7	Dr. Jaime Nogueira Pinto	
	8	Dr. José Calcia Rodrigues	Conferencista, autor de obras e de artigos na imprensa especializada sobre energia
	9	Gen. José Loureiro dos Santos	Conferencista, autor de obras e de artigos na imprensa especializada sobre estratégia, segurança e defesa

Fonte: Elaborado pela própria autora, Abril 2009.

De modo a ter uma primeira visão sobre a sustentabilidade futura das relações energéticas luso-nigerianas, os inquiridos foram confrontados com quatro grupos de questionários:

- Questionário I – Forças
- Questionário II – Fraquezas
- Questionário III – Oportunidades
- Questionário IV – Ameaças

Cada questionário continha um conjunto de questões que deveriam ser classificadas de 1 a 3 (1 – nenhuma importância, 2 – importância razoável, 3 – grande importância; e, 4 – abstenção) de acordo com o que os inquiridos consideram ser os vectores que caracterizam as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças em relação ao futuro do processo em estudo.

A tabela 6.2 apresenta os quatro questionários do SWOT com o apuramento final dos resultados obtidos junto dos inquiridos.

Tabela 6.2

Questionários SWOT: Apuramento da Opinião de Actores sobre a Sustentabilidade Futura das Relações Energética Luso-Nigerianas – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

QUESTIONÁRIO I					
FORÇAS da Sustentabilidade Futura das Relações Energéticas Luso-Nigerianas do Ponto de Vista Energético		GRAU DE IMPORTÂNCIA*			
1	Dimensão das reservas de petróleo e de gás natural na Nigéria, com elevado R/P	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%
2	Presença das <i>majors</i> fortemente implantadas no território, ao contrário doutros Estados africanos e sobretudo da OPEP	1	2	3	v 4
	Total (%)	0,0%	11,1%	88,9%	0,0%
3	Com metade da população da África Ocidental, a Nigéria tem um papel político preponderante, quer a nível regional, quer continental	1	2	3	4
	Total (%)	22,2%	33,3%	44,4%	0,0%
4	Interesse de Portugal em diversificar o abastecimento de gás natural em relação à Argélia	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%
5	Transporte de gás natural por via marítima, viabilizando a construção do terminal de Sines	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	44,4%	55,6%	0,0%

*1 = Nenhuma Importância; 2 = Importância Razoável; 3 = Grande Importância; 4 = Abstenção

QUESTIONÁRIO II					
FRAQUEZAS da Sustentabilidade Futura das Relações Energéticas Luso-Nigerianas do Ponto de Vista Energético		GRAU DE IMPORTÂNCIA*			
1	Economia muito dependente das receitas petrolíferas – as quais representam praticamente 90% das exportações e 25% do PIB – vulnerável aos choques de preço e de produção	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%
2	Transporte deficiente e infra-estruturas energéticas – em que apenas 40% dos nigerianos têm electricidade – têm limitado a diversificação de outros sectores produtivos	1	2	3	4
	Total (%)	22,2%	44,4%	33,3%	0,0%
3	Elevado nível de corrupção	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%
4	A riqueza petrolífera não só favoreceu a corrupção, como a sua insuficiente redistribuição impulsiona tensões sociais, étnicas e religiosas	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%
5	Fracturas de natureza étnico-religiosa	1	2	3	4
	Total (%)	11,1%	33,3%	55,6%	0,0%
6	Instabilidade política na Nigéria e degradação da situação económico-social	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	44,4%	55,6%	0,0%
7	Fraca implantação portuguesa na Nigéria, para além do petróleo	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	55,6%	44,4%	0,0%
8	Dependência nacional em mais de 50% do gás natural oriundo da Nigéria	1	2	3	4
	Total (%)	11,1%	33,3%	44,4%	11,1%

*1 = Nenhuma Importância; 2 = Importância Razoável; 3 = Grande Importância; 4 = Abstenção

QUESTIONÁRIO III					
OPORTUNIDADES da Sustentabilidade Futura das Relações Energéticas Luso-Nigerianas do Ponto de Vista Energético		GRAU DE IMPORTÂNCIA*			
1	Dado os seus recursos de hidrocarbonetos, a Nigéria é um dos principais destinos de IDE do continente Africano	1	2	3	4
	Total (%)	22,2%	33,3%	44,4%	0,0%
2	Sistema bancário nigeriano é um dos mais desenvolvidos do continente e contribui para o financiamento da economia	1	2	3	4
	Total (%)	22,2%	55,6%	0,0%	22,2%
3	Interesse da NNPC em reforçar alianças com grupos portugueses	1	2	3	4
	Total (%)	22,2%	33,3%	44,4%	0,0%
4	Existência de oportunidades de exportações de bens e serviços (por exemplo, construções e obras públicas, engenharia) de Portugal	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	44,4%	56,6%	0,0%
5	Oportunidade de colaboração por parte da Galp com multinacionais presentes na Nigéria através de investimentos noutros países africanos	1	2	3	4
	Total (%)	22,2%	22,2%	33,3%	11,1%
6	Portugal como interlocutor para um aprofundamento das relações entre a Nigéria e a CPLP	1	2	3	4
	Total (%)	33,3%	44,4%	22,2%	0,0%
7	Potencial estabilidade económica e eventual implementação de reformas estruturais decorrentes do pagamento da dívida externa nigeriana ao Clube de Paris	1	2	3	4
	Total (%)	11,1%	77,8%	11,1%	0,0%
8	Reforço das aquisições de gás natural à Nigéria para posterior distribuição na Europa tornando-se Portugal num potencial <i>hub</i> da Península Ibérica	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	44,4%	56,6%	0,0%

*1 = Nenhuma Importância; 2 = Importância Razoável; 3 = Grande Importância; 4 = Abstenção

QUESTIONÁRIO IV					
AMEAÇAS da Sustentabilidade Futura das Relações Energéticas Luso-Nigerianas do Ponto de Vista Energético		GRAU DE IMPORTÂNCIA*			
1	Aumento das exigências do Governo Nigeriano no que respeita às condições de fornecimento energético	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	66,7%	33,3%	0,0%
2	Riscos de interrupção decididos pelo Governo nigeriano como forma de forçar a renegociação dos termos e condições contratuais	1	2	3	4
	Total (%)	22,2%	33,3%	44,4%	0,0%
3	Riscos de interrupção de fornecimento energético por ataques terroristas às infra-estruturas	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	11,1%	88,9%	0,0%
4	Agravamento dos conflitos no Delta do Níger	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	22,2%	77,8%	0,0%
5	Riscos de destruição de instalações energéticas causadas por catástrofes naturais	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	100%	0,0%	0,0%
6	Agravamento das situações de pobreza e radicalizações sociais conducentes a conflitos em torno do acesso a recursos naturais	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	22,2%	77,8%	0,0%
7	Tensões nas relações entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe, colocando Portugal perante o dilema de optar entre o seu principal fornecedor de gás natural e um membro da CPLP	1	2	3	4
	Total (%)	0,0%	77,8%	22,2%	0,0%
8	Concorrência de países asiáticos – China, Coreia do Norte, Malásia – pelos recursos energéticos da Nigéria a longo prazo dificultando a renegociação de contratos a longo prazo com Portugal	1	2	3	4
	Total (%)	22,2%	44,4%	33,3%	0,0%

*1 = Nenhuma Importância; 2 = Importância Razoável; 3 = Grande Importância; 4 = Abstenção

Fonte: SWOT, Questionários elaborados pela autora em 2009.

Em termos de **Forças**, apesar da importância da NNPC, a presença das *majors* fortemente implantadas no território, ao contrário de outros Estados africanos e sobretudo da OPEP, assume, segundo 88,9% dos inquiridos, uma grande importância.

Outras duas questões consideradas pelos inquiridos como forças de grande importância (ambas com 66,7%) dizem respeito, por um lado, à dimensão das reservas de petróleo e de gás natural na Nigéria, com elevado R/P, nomeadamente de 45,6 e mais

de 100 anos respectivamente, o que coloca este país como segundo maior em termos de R/P de petróleo e primeiro de R/P de gás natural no continente africano; por outro, ao interesse de Portugal em diversificar o abastecimento de gás natural em relação à Argélia, através da utilização do terminal de GNL em Sines.

Analisando o Questionário II das **Fraquezas**, três questões – 1, 3 e 4 – foram encaradas pelos peritos como sendo de grande importância, obtendo, cada uma delas, 66,7%. Com efeito, estas fraquezas estão interligadas, ou seja, (questão 1) o facto de a Nigéria ter uma economia muito dependente das receitas petrolíferas – que representam praticamente 90% das exportações e 25% do PIB — vulnerável aos choques de preço e de produção tem, (questão 3) não só favorecido a prática de um elevado nível de corrupção, como (questão 4) a sua insuficiente redistribuição da riqueza petrolífera acentua as tensões sociais, étnicas e religiosas.

De destacar ainda que a fraca implantação portuguesa na Nigéria, para além do petróleo, também é encarada como tendo uma importância razoável por parte dos inquiridos. Todavia, a esta fraca implantação também não são alheias as fracas condições e oportunidades que o país tem para oferecer no presente.

Em relação às **Oportunidades** na sustentabilidade futura das relações energéticas luso-nigerianas, para 56,6% dos peritos será o reforço das aquisições de gás natural à Nigéria para posterior distribuição na Europa tornando-se Portugal num potencial *hub* da Península Ibérica e retirando assim partido das condições geográficas e de infra-estruturas que já detém, constituindo, sem dúvida, uma oportunidade que não deveria desperdiçar. Todavia, tudo dependerá das regras de acesso a Sines e do reforço da infra-estrutura gasista trans-pirenaica.

Cerca de 56,6% dos inquiridos considera que é de grande importância a existência de oportunidades de exportação, por Portugal, de bens e serviços (por exemplo, construções e obras públicas, engenharia), como já acontece com o Magrebe.

Pelo menos 77,8% dos peritos considera que terá uma importância razoável a potencial estabilidade económica e eventual implementação de reformas estruturais decorrentes do pagamento da dívida externa nigeriana ao Clube de Paris. Não obstante, este processo deverá estar associado a imposições de governança e transparência.

Finalmente, no âmbito das **Ameaças**, em cinco das oito questões, os peritos apresentaram posições muito convergentes (mais de 75%). Assim, 88,9% consideram que terão uma grande importância na sustentabilidade futura deste processo os riscos de interrupção de fornecimento energético por ataques terroristas às infra-estruturas, decorrentes do agravamento dos conflitos no Delta do Níger (77,8%), e que encontram as suas causas e consequências no agravamento das situações de pobreza e radicalizações sociais conducentes a conflitos em torno do acesso a recursos naturais (77,8%).

A totalidade dos peritos atribui uma importância razoável a riscos de destruição de instalações energéticas causadas por catástrofes naturais, sendo que 77,8% indica as tensões nas relações entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe, colocando Portugal perante o dilema de optar entre o seu principal fornecedor de gás natural e um membro da CPLP.

6.2. Segurança Energética Nacional: Propostas de Estratégias para Portugal

Para promover a segurança energética, Portugal deve, em primeiro lugar, proceder a uma análise da envolvente: identificar as ameaças e avaliar os riscos (risco = ameaça X probabilidade). Ao mesmo tempo, deve formular as políticas e desenhar as correspondentes medidas.

Em termos teóricos, são necessários três tipos de políticas para asseverar, tanto quanto possível, a segurança de aprovisionamento:

1. Políticas conducentes à redução do risco:
 - a. Diversificação de formas energéticas importadas;
 - b. Diversificação de origens de importação;
 - c. Infra-estruturas eficazes e versáteis;
2. Formulação de políticas conducentes à redução da dependência:
 - a. Produção de recursos energéticos endógenos;
 - b. Eficiência e poupança de energia;
3. Formulação de políticas de resposta a situações de crise:
 - a. Organismos;
 - b. Medidas.

No contexto actual, Portugal deverá ter em conta:

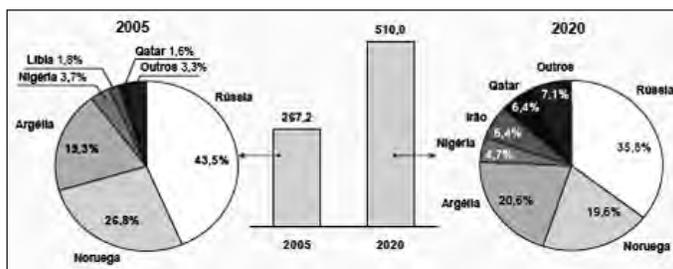
- O sector energético a nível mundial enfrenta transformações, nomeadamente: (i) mudanças estruturais no mercado energético; (ii) mudanças estratégicas nos mercados financeiros; e (iii) redistribuição do poder e riqueza.
- Concomitantemente, o conceito de segurança no âmbito internacional confronta-se, por um lado, com a restrição potencial da oferta da OPEP e, por outro, com uma alteração radical dos actores da oferta – NOC – tendo-se de encarar a segurança energética numa dupla perspectiva:
 - o Económica, isto é, reduzir a chantagem económica dos fornecedores, por exemplo, da Argélia ou da Nigéria a Portugal;
 - o Estratégica, ou seja, de que forma é que os países consumidores se podem proteger contra eventuais turbulências em regiões produtoras, que podem envolver restrições e disrupções de abastecimento (por exemplo, a intensificação dos conflitos no Delta do Níger).
- No quadro europeu:
 - o A política energética poderá ter um capítulo autónomo se o Tratado de Lisboa entrar em vigor;
 - o A vinculação crescente ao triângulo mágico da Nova Política Energética Europeia⁴⁸ (*vide* anexo IV);

48 Apesar de se designar Nova Política Energética, não se trata de uma política nova. Desde 1976 que se fala de Política Energética Europeia, apresentando, actualmente, novas metas e novas dinâmicas.

- o Vários países da UE dependem do fornecimento de gás natural da Rússia, aumentando, ao mesmo tempo, a dependência de origens politicamente mais instáveis.

Figura 6.2

Fontes de Aprovisionamento de Gás Importado na UE-27 (2005-2020) (bmc)

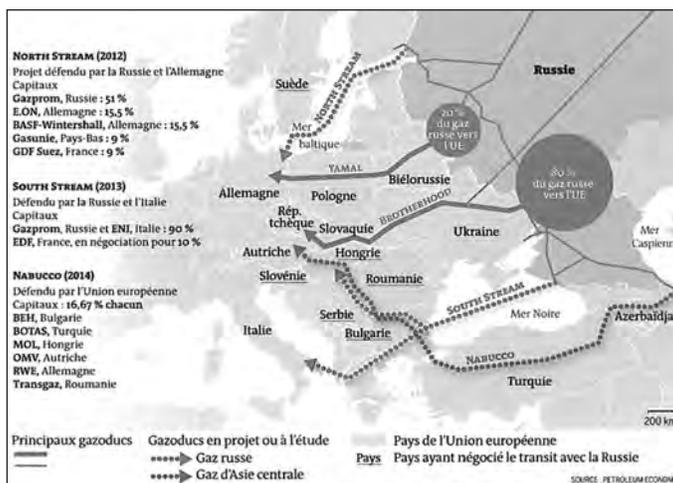


Fonte: ATKEARNEY, “O Abastecimento de Gás Natural na Europa e o Caso Específico do Mercado Ibérico”, Nov. 07

Atualmente, cerca de 90% do gás consumido na Europa é importado de apenas três países, sendo que 43,5% tem origem na Rússia. As fontes de aprovisionamento diversificar-se-ão conforme aumenta a importância do GNL.

Figura 6.3

Rússia: Primeiro Fornecedor de Gás da UE-27

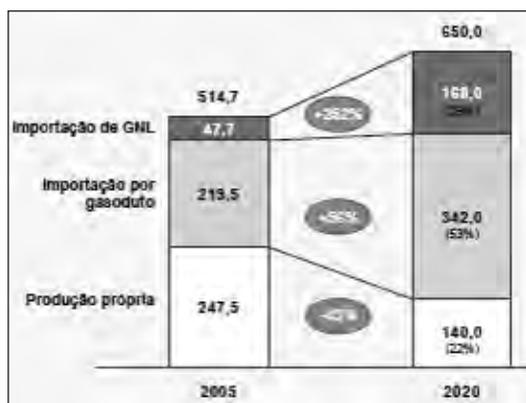


Fonte: BILAN GÉOSTRATÉGIE, “Moscou Pourrait Délaisser l’Europe”, 2010, p. 82.

- o A importação por gasoduto manter-se-á predominante, mas as suas limitações obrigam a um recurso mais acelerado a GNL.

Figura 6.4

Modo de Aprovisionamento do Gás na UE-27 (2005-2020) (bmc)



Nota: A importação de gás por gasoduto em 2020 resulta da soma das capacidades existentes e novas, com base numa utilização de 80%.

Fonte: ATKEARNEY, “O Abastecimento de Gás Natural na Europa e o Caso Específico do Mercado Ibérico”, Nov. 07.

A capacidade adicional procedente da construção/ampliação de gasodutos apenas poderá cobrir parcialmente as novas necessidades de importação. O GNL poderia satisfazer outras necessidades, mediante um forte aumento da sua capacidade.

Neste contexto e tendo em conta a análise dos resultados SWOT, Portugal deverá seguir as seguintes estratégias:

- Construir pelo menos mais um terminal de GNL, permitindo ao país a possibilidade de diversificar o seu fornecimento;

Figura 6.5
Mercado Actual do Gás Natural em Portugal



Fonte: EXPRESSO, “Reservas Estratégicas devem Servir para Evitar Crises”, 10/01/09, p. 15.

- Tornar-se num potencial *hub* da Península Ibérica, para posterior distribuição na Europa, retirando assim partido das condições geográficas e de infra-estruturas que já detém. Com efeito, hoje em dia, Portugal em conjunto com Espanha detém sete terminais de GNL (*vide* figura 5.6). A restante Europa detém outros seis terminais sendo que necessita de 12 novos terminais.

Figura 6.6
Península Ibérica: Terminais de GNL



Fonte: ATKEARNEY, “O Abastecimento de Gás Natural na Europa e o Caso Específico do Mercado Ibérico”, Nov. 07.

- Paralelamente, Portugal tem uma plataforma geográfica ideal para armazenar gás natural, permitindo reduzir a dependência energética nacional e distribuí-lo à Europa (Bélgica e Holanda já distribuem) e participar num plano estratégico integrado através do reforço de conexões internacionais com Espanha e França e assim chegar facilmente à Europa Central através da armazenagem na costa algarvia (Silva, 2009: 10).
- Através da Galp:
 - o Aumentar a presença directa na produção de gás (*upstream*), similar à estratégia seguida no petróleo;
 - o Acesso a instalações de liquefacção em países exportadores de GN e de regasificação na Península e desenvolvimento de centrais de ciclo combinado para colocação de GN;
 - o Reforço de contratação de GN com diversificação de origens;
 - o Penetração no mercado espanhol.

- Apostar na eficiência energética e nas energias renováveis, o que contribui não só para a segurança energética nacional, como está de acordo com o triângulo mágico da UE.

Para finalizar há que reter duas ideias:

- A importância do reforço da cooperação portuguesa e da UE com o Norte de África e com a Bacia da África Ocidental;
- A inclusão de uma diplomacia económica orientada prioritariamente para a defesa dos interesses estratégicos do Estado no domínio da energia.

Considerações Finais

A segurança energética visa proporcionar, de modo continuado, a energia necessária ao desenvolvimento das actividades industriais, aos serviços comerciais, sociais e de segurança, e aos consumidores domésticos a um custo razoável e em termos ambientalmente sustentáveis. Trata-se de um objectivo que tem a ver com a viabilidade das nossas sociedades e que envolve políticos, agentes económicos e cidadãos.

A escassez de energia no território nacional torna Portugal num país dependente das importações de hidrocarbonetos, com todas as vulnerabilidades inerentes. Responsável por 19,6% do aprovisionamento de petróleo (em 2008) e 39% de gás natural (em 2009), a Nigéria é um país fundamental no abastecimento energético nacional. No entanto, a Nigéria situa-se no Golfo da Guiné, região que engloba outros países ricos em recursos energéticos e com os quais Portugal tem acordos de abastecimento.

Não obstante, do ponto de vista empírico, estamos perante petro-Estados que espelham casos de falhanço, juntando as piores patologias dos Estados africanos pós-coloniais com as dos produtores de petróleo do mundo em desenvolvimento.

A presença de grandes produtores petrolíferos no Golfo da Guiné, nos anos 90 do século XX, modelou as políticas locais. A interacção destes Estados com o mundo exterior e entidades de negócio atribuem ao Estado uma quota ampla do seu rendimento com implicações óbvias nas políticas regionais.

Companhias petrolíferas que desde há muito tempo controlam as actividades *upstream* – Elf, Chevron, Shell, ExxonMobil e Agip, bem como a BP – têm, actualmente, um papel de liderança na exploração *offshore* e no desenvolvimento. O mesmo se aplica aos recursos petrolíferos de Estados interiores como o Chade.

Para além das *majors*, outras companhias estão a entrar no Golfo da Guiné, ou a reforçar a sua presença *onshore*, nas águas superficiais e profundas, ou em parceria com as *majors*: as três NOC chinesas, a Marathon e a Amerada Hess e companhias europeias como a Norsk Hydro e a Statoil.

Os únicos beneficiários domésticos da economia petrolífera são as elites que estabeleceram uma parceria internacional que lhes permite ultrapassar o declínio interno e ter acesso a vastos recursos. “There is a fundamental weakness to Gulf of Guinea elites: their political project does not go much beyond resource control, short or medium-term enrichment, and the survival of individual ruling cliques.” (Oliveira, 2007: 332).

Os Estados do Golfo da Guiné confrontam-se com tentativas de secessão ou reforço de autonomia e com outros desafios, dado as fronteiras serem artificiais e as histórias divergentes. São adictos dos incentivos proporcionados pela riqueza petrolífera; nos

anos pós-coloniais isto verificou-se em Cabinda, com a tentativa de secessão do Biafra e, mais recentemente, nas disrupções do Delta do Níger.

A Nigéria passou parte da sua história recente por numerosos golpes militares (seis dos quais com sucesso), uma Guerra Civil (que teve como preço a perda de um milhão de civis), três transições para a democracia inconclusivas e violência recorrente entre diversas facções. Apesar de ter angariado mais de US\$400 bilhões em receitas petrolíferas desde o início dos anos 70, a economia tem tido um mau desempenho e a maior parte dos cidadãos pouco beneficiaram.

O retorno à democracia na Nigéria, a 29 de Maio de 1999 foi esperado com o fim da repressão e da corrupção do regime militar dirigido por Sami Abacha. No entanto, a nova democracia nigeriana tem sido marcada por dificuldades económicas, conflitos étnicos, religiosos e regionais.

“A number of inter-related issues are of importance for understanding Nigeria, including the impact of the country’s reliance on energy revenues, growing tensions over religious identity, the mixed experience of federalism, and the military’s ongoing role in politics.” (Oliveira, 2007: 19).

A 21 de Abril de 2007, a Nigéria realizou eleições presidenciais, o que marcou a primeira passagem do controlo do país de um civil para outro.

“Nigeria’s democracy has derailed. The April 2007 general elections were supposed to consolidate the country’s evolution as a democracy, facilitate the peaceful resolution of its many internal conflicts and bolster its stature as a leading peacemaker and peacekeeper in Africa. Instead the conduct and outcome deepened long-running political crises, pushed the country further down the road to failure as a democratic state and weakened its position as a broker of peace across the continent.” (IGC, 2007b: 1).

Entretanto, em Maio de 2010, o Presidente Umaru Yar’Adua foi substituído pelo então Vice-Presidente Goodluck Jonathan.

A nova equipa dirigente do país confronta-se com falta de legitimidade, o que lhe dificulta, ainda mais, as transformações que os nigerianos necessitam:

- ◆ Reforma do federalismo demasiado centralizado, nomeadamente no plano fiscal;
- ◆ Luta contra a corrupção menos focalizada sobre os membros da oposição;
- ◆ Uma verdadeira política económica que retire partido de um crescimento de mais de 5% desde 2005;
- ◆ Luta contra as desigualdades e a insegurança em geral;
- ◆ Melhorar a redistribuição dos recursos do Estado, actualmente repartidos entre o centro, 36 Estados e 774 Governos Locais, os cinco Estados do Delta que beneficiam de 13% da renda petrolífera.

Os hidrocarbonetos do Delta do Níger, que fornecem entre 70 e 80% dos recursos fiscais do Governo e 90% das receitas de exportações, constituem o bem principal do país.

A partilha da renda não é simples e as reivindicações contraditórias são numerosas entre as seis zonas geopolíticas, os 36 Estados, os 774 Governos locais e as 250 etnias que compõem a federação. Por outro lado, a clivagem entre o Norte muçulmano, em que 12 estados adoptaram a *Sharia* no início do ano 2000, e o Sul maioritariamente cristão, submergido por um grande número de igrejas evangélicas, não facilita a tarefa do Governo federal encarregue da redistribuição da renda.

Com efeito, desde o início do século XXI, a Nigéria tem sido palco de confrontos inter-religiosos que já causaram a morte de vários milhares de pessoas. Nestes conflitos, a *Sharia* tem servido sobretudo de arma política contra o poder central de Abuja. A comunidade de ensino americana estima, todavia, que entre as ameaças mais importantes que poderão pesar nos próximos 15 anos sobre o planeta, figura uma implosão religiosa na Nigéria, igualmente partilhada entre muçulmanos e cristãos.

“Suivant l'évolution des conflits religieuses en cours, soit il pourrait devenir un super-Etat musulman, soit il se pourrait scinder en deux ou trois plus petites entités axées autour de la question religieuse et ethnique. Le sort religieux du Nigeria pourrait être un fait politique d'une immense importance durant ce nouveau siècle.” (Jenkins, 2009: 190).

O petróleo mergulhou a Nigéria na *Dutch disease*, fenómeno através do qual o agravamento das rendas oriundas dos recursos naturais aumenta a taxa de câmbio, tornando as restantes indústrias de exportação não competitivas e conduzindo à desindustrialização. A economia *mono-commodity* nigeriana tem sido sustentável, apesar de alguns comportamentos sociais e do grande risco para a unidade nacional.

A partir de 2006, intensificaram-se os ataques de militantes de comunidades locais, destacando-se o MEDN (cada vez mais como uma organização *umbrella* para os grupos rebeldes no Delta), contra instalações petrolíferas situadas no Delta do Níger, conduzindo ao encerramento de campos petrolíferos de produção *onshore* e *offshore*. Apesar das tentativas do Presidente Umaru Yar'Adua e actualmente de Goodluck Jonathan para reorganizar a indústria do sector petrolífero nacional e para encontrar uma solução através da mediação com os grupos das comunidades afectadas, a verdade é que a produção nigeriana continua 550 000 barris/dia abaixo da sua capacidade, não obstante as tentativas do Governo em colocar em funcionamento as infra-estruturas afectadas.

Paralelamente, o *bunkering* de petróleo tem acelerado o conflito e provido os grupos militantes e criminosos com fundos para a aquisição de armas.

“Another source of funding are the discreet payments oil companies make to militant leaders in return for surveillance and protection of pipelines and other

infrastructure. This practice, frequently cloaked as community development, has fuelled conflict through competition for contracts and by providing income to groups with violent agendas. Oil companies also pay allowances, perks – and sometimes salaries – to “supernumerary police”, as well as regular duty police and soldiers deployed to protect oil installations. Security forces consider these plum postings and are alleged to use excessive force to protect company facilities and their jobs.” (IGC, 2006c: 1).

“Crisis in the Niger Delta, inter-communal conflicts in Plateau State and the rise of ethnic militias, sectarian vigilantes and separatist groups are all indictments of the federalist experiment and the failure of political leadership at every level.” (IGC, 2006c: 19).

Torna-se, deste modo, fundamental encontrar uma resolução para os crescentes conflitos no Delta do Níger, dado que afectam não só a Nigéria como toda a segurança regional, continental e marítima.

O papel da Comunidade internacional, nomeadamente da UE, do RU e de outros parceiros, que desde há muito estão envolvidos nos problemas do Delta do Níger, poderá revelar-se uma grande ajuda através de persuasão diplomática, assistência securitária e apoio económico.

Como já vimos, o crescimento económico dos membros da UE conduziu a um aumento do consumo de energia em Portugal. O nosso país dispõe de recursos energéticos limitados, pelo que depende das importações para responder eficazmente às necessidades de consumo domésticas. Portugal tem tentado desenvolver algumas fontes de energia internas, tendo-se centrado nas hidroeléctricas e nas renováveis. Paralelamente, em conjunto com Espanha, Portugal tem procurado pôr em funcionamento o mercado ibérico de energia, através de uma política de coordenação e de projectos infra-estruturais.

O nosso país depende das importações de petróleo de países como a Argélia, Brasil, Líbia, Arábia Saudita, Nigéria, entre outros, para responder eficazmente às suas necessidades internas. O mesmo se passa com o abastecimento de gás natural, não obstante, neste caso a dependência nacional ser apenas em relação a dois Estados: Nigéria e Argélia.

Tendo em conta o SWOT realizado para avaliar a sustentabilidade futura das relações energéticas luso-nigerianas, mais de 65% dos inquiridos vêem forças, fraquezas, oportunidades e ameaças mais preponderantes (atribuindo grande ou razoável importância) nos seguintes vectores:

- ◆ **Forças** – Presença das *majors* fortemente implantadas no território, ao contrário de outros Estados africanos e sobretudo da OPEP (88,9% atribui grande importância), dimensão das reservas de petróleo e de gás natural na Nigéria, com elevado R/P (66,7% atribui grande importância) e interesse de Portugal em diversificar o abastecimento de gás natural em relação à Argélia (66,7% atribui grande importância).

- ◆ **Fraquezas** – Economia muito dependente das receitas petrolíferas e vulnerável aos choques de preço e de produção (66,7% atribui grande importância), elevado nível de corrupção (66,7% atribui grande importância) e o facto da riqueza petrolífera não só ter favorecido a corrupção, como a sua insuficiente redistribuição contribuir para um agravamento das tensões sociais, étnicas e religiosas⁴⁹ (66,7% atribui grande importância).
- ◆ **Oportunidades** – A potencial estabilidade económica e eventual implementação de reformas estruturais decorrentes do pagamento da dívida externa nigeriana ao Clube de Paris (77,8% atribui importância razoável).
- ◆ **Ameaças** – Riscos de interrupção de fornecimento energético por ataques terroristas às infra-estruturas (88,9% atribui grande importância) agravamento dos conflitos no Delta do Níger (77,8% atribui grande importância) e agravamento das situações de pobreza e radicalizações sociais conducentes a conflitos em torno do acesso a recursos naturais (77,8% atribui grande importância). A totalidade dos peritos atribui importância razoável aos riscos de destruição de instalações energéticas causadas por catástrofes naturais; 77,8% às tensões nas relações entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe, colocando Portugal perante o dilema de optar entre o seu principal fornecedor de gás natural e um membro da CPLP e 66,7% ao aumento das exigências do Governo Nigeriano no que respeita às condições de fornecimento energético.

No sentido da redução do risco, a diversificação surge como o elemento chave para Portugal. Entre 1990 e 2004 Portugal conseguiu, de certa forma, alterar a estrutura de consumo de energia primária (passou de 21 000 ktoe em 1996 para 26 000 ktoe em 2006). Apesar da introdução do gás natural, o peso do petróleo é bastante acentuado (com uma quota de 55,2%, em 2006). Observando as fontes de aprovisionamento verificamos que no âmbito do petróleo recebemos este combustível fóssil de 14 países (3 do Médio Oriente, 5 de África, 3 da América Latina e 3 da Europa e Eurásia), em 2008.

Já no sector do gás natural, a nossa dependência é grande e pouco diversificada: Argélia e Nigéria são os dois grandes fornecedores. Há que salientar que a introdução do terminal de Sines já significou um passo no sentido da redução da dependência de um só país, neste caso a Argélia.

Em termos de infra-estruturas, Portugal dispõe, como já vimos, de duas refinarias – Sines e Porto – e de um sistema logístico que asseguram, de forma adequada, a recepção de crude e o abastecimento de produtos. Em relação ao gás natural, o nosso país tem acesso ao gasoduto do Magrebe, ao terminal de GNL de Sines (o que num contexto de “baixa pressão” no mercado de gás natural, é possível encontrar alternativas competitivas em termos de custos da logística) e à armazenagem do Carriço.

49 Apesar de, por si só, a corrupção não ser responsável pelas tensões religiosas.

Para reduzir a sua dependência, Portugal aposta em duas vias: renováveis e aumento da eficiência energética. Na primeira via, o país procura desenvolver os recursos endógenos – electricidade renovável, hidrogeração. Na segunda via, Portugal assumiu como nova meta o compromisso de implementar, até 2015, a redução de 10% do consumo de energia.

A segurança energética de um país deve ser acompanhada de instrumentos normativos e de estruturas visando a prevenção e a preparação da resposta a situações de crise energética. No caso português, estamos sujeitos à legislação oriunda da UE relativa à segurança de aprovisionamento de petróleo e de gás natural, da Nova Política de Energia e da Agência Internacional de Energia que prevê mecanismos de resposta a uma situação de crise que provoque uma redução substancial dos aprovisionamentos petrolíferos. A nível nacional existe a nova legislação para o sector energético – electricidade, petróleo e gás natural. Relativamente às estruturas temos a Comissão de Planeamento Energético de Emergência.

As principais formas de protecção para Portugal face aos riscos de abastecimento energético serão a diversificação de fontes de fornecimento energético em aliança com as NOC. Os elementos da política energética europeia que mais poderão contribuir para a segurança energética de Portugal, apontam para o pleno funcionamento do Mercado Interno de Energia e das redes trans-europeias que o suportem (criação de interligações da Península Ibérica com o resto da Europa no âmbito da electricidade e do gás permitindo as trocas). Acresce o facto de que com o aumento do recurso ao GNL, os dois mercados da Península Ibérica tenderão a transformar-se num mercado único de gás natural e mais próximo da Europa, constituindo uma alternativa ao gás oriundo da Rússia.

Em suma, afigura-se indispensável a Portugal – um actor pequeno no sector energético – o estabelecimento e o reforço de parcerias, quer a nível bilateral, quer multilateral no âmbito da UE, com os países africanos – Bacia Ocidental de África e Magrebe. A participação de empresas portuguesas em projectos de exploração de reservas em África contribuirá para a segurança energética nacional.

Bibliografia

- Agência Nacional do Petróleo, 2009. São Tomé e Príncipe, 02/04/09. Disponível em <http://www.anp-stp.gov.st/port/info/default.htm>.
- Atlas da Globalização, 2003. *Le Monde Diplomatique*, Lisboa: Campo da Comunicação.
- Atlas du Terrorisme, 2008. *Courrier International/Hors-Série* n.º 23, Paris: Inter France, Mar.-Abr.-Mai.
- Atlas ÉCO. *Atlas Économique Mondial 2007*, 2006. Paris: Le Nouvel Observateur.
- Bilan Géostratégie – Les Nouveaux Rapports des Forces Planétaires *Le Monde, Hors-Série* 2010.
- Booth, Ken, 1997. “Security and Self: Reflections of a Fallen Realist”, Krause, K.; Williams, M. (Eds.), *Critical Security Studies: Concepts and Cases*, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 83-119.
- Booth, Ken, 1991. “Security and Emancipation”, *Review of International Studies*, Vol. 17, n.º 4, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 313-326.
- Bozon, Ivo J. H.; Hall, Stephen J. D.; Øygard, Svein Harald, 2005. “What's Next for Big Oil?”, *The McKinsey Quarterly*, Maio de 2005. Disponível em http://www.mckinseyquarterly.com/Corporate_Finance/Capital_Management/Whats_next_for_Big_Oil_1603.
- BP, 2010. *BP Statistical Review of World Energy*, Londres, Junho.
- Brito, Dagobert L.; Hartley, Peter R., 2002. *Evolution of the International LNG Market*, James A. Baker III – Institute for Public Policy – Rice University, Houston, 23/06/02. Disponível em http://www.rice.edu/energy/publications/docs/GAS_BIWGTM_March2005.pdf.
- Buresi, Pascal, 2006. *Les Mondes de L'Islam*, Petit Encyclopédie Larousse, França: Larousse, Setembro.
- CEDIGAZ, 2007. *News Report*, Vol. 46, n.º 11, 27 de Março 2007. Disponível em http://www.cedigaz.com/news_statistics/news_cedigaz.htm.
- Cerveró, Nestor Cuñat, 2007. “Segurança do Abastecimento e Mercados”, *Conferência Security of Supply and Security of Markets*, Fundação Mário Soares e Galp Energia, Lisboa Fórum Energia, Lisboa: Centro Cultural de Belém, 02/10/07.
- Chevalier, Jean-Marie, 2004. *Les Grands Batailles de L'Énergie*, Paris: Gallimard.
- CIA, 2007. *The World Fact Book*, 16/01/07. Disponível em <https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/docs/profileguide.html>.
- Ciattoni, Annette; Veyret, Yvette, 2007. *Géographie et Géopolitique des Énergies*, Paris: Hatier.

- Clutterbuck, Richard, 1980. *Guerrillas and Terrorists*, Chicago: Ohio University Press.
- COFACE, 2007. *The Handbook of Country Risk 2007*, Londres: GMB Publishing Limited.
- COFACE, 2008. *Country Rating*.
- Comité Professionnel du Pétrole. Disponível em <http://www.cpdp.org/login.asp>
- Correia, Pedro de Pezarat, 2002. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Vol. I – Conceitos, Teorias e Doutrinas*, Coimbra: Quarteto, Novembro.
- Correia, Pedro de Pezarat, 2004. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Vol. II – Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito*, Coimbra: Quarteto, Fevereiro.
- Defarges, Philippe Moreau, 2002. “Introduction a la Geopolitique”, Pedro de Pezarat Correia, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Vol. I – Conceitos, Teorias e Doutrinas*, Coimbra: Quarteto.
- Devlin, John F. 1999. *The Universe of Oil*, Canadá: Canadian Energy Research Institute.
- DGE, 1991 (Direcção-Geral de Energia) *Guia Didáctico da Energia*, Lisboa: Direcção-Geral de Energia.
- DGEG 2009. (Direcção Geral de Energia e Geologia), “Caracterização Energética Nacional”. Disponível em, <http://www.dgge.pt/>
- Dicionário de Terminologia Energética*, 1992. 2ª Ed., Lisboa: Associação Portuguesa de Energia.
- Diplomatie, 2010. *Atlas Géostratégique 2010*, Dez. 2009-Jan. 2010.
- Dubien, Arnaud, 2007. “Énergie – Une Arme Politique à Double Tranchant”, *Ramsés 2008*, Institut Français des Relations Internationales (IFRI), Paris: Dunod, pp. 143-153.
- EIA, 2005. “Hurricane Impacts on U.S. Energy”, *Special Report*, 31/08/2005. Disponível em http://tonto.eia.doe.gov/oog/special/eia1_katrina_083105.html.
- EIA, 2005. *Nigeria Country Profile*, 17/02/09. Disponível em http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=NI.
- EIA, 2005. *World Energy Hotspots*, Setembro 2005. Disponível em http://www.eia.doe.gov/cabs/World_Energy_Hotspots/Overview.html.
- EIA, 2006. *Country Analysis Briefs – European Union*, Janeiro de 2006. Disponível em http://www.eia.doe.gov/cabs/European_Union/pdf.pdf.
- EIA, 2007a. *Country Analysis Briefs – Gabão*, Novembro de 2007. Disponível em <http://www.eia.doe.gov/cabs/Gabon/pdf.pdf>.
- EIA, 2007b. *Country Analysis Briefs – Guiné Equatorial*, Outubro de 2007. Disponível em http://www.eia.doe.gov/cabs/Equatorial_Guinea/pdf.pdf.
- EIA, 2007c. *Country Analysis Briefs – Iberian Peninsula*, Julho de 2007. Disponível em http://www.eia.doe.gov/cabs/European_Union/pdf.pdf.
- EIA, 2007d. *Country Analysis Briefs – Congo-Brazzaville*, Maio de 2007. Disponível em http://www.eia.doe.gov/cabs/Congo_Brazzaville/pdf.pdf.
- EIA, 2007e. *Country Analysis Briefs – Nigéria*, Abril de 2007. Disponível em <http://www.eia.doe.gov/cabs/Nigeria/pdf.pdf>.

- EIA, 2007f. *Country Analysis Briefs – Chad e Camarões*, Janeiro de 2007. Disponível em http://www.eia.doe.gov/cabs/Chad_Cameroon/pdf.pdf.
- EIA, 2008. *Country Analysis Briefs – Angola*, Março de 2008. Disponível em <http://www.eia.doe.gov/cabs/Angola/pdf.pdf>.
- EIA, 2008a. *Portugal Energy Profile*, 20/08/08. Disponível em http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=PO.
- EIA, 2008b. *World Oil Transit Chokepoints*, Janeiro 2008. Disponível em http://www.eia.doe.gov/cabs/World_Oil_Transit_Chokepoints/Background.html.
- EIA, 2009a. *Angola Country Profile*, 17/02/09. Disponível em http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=AO.
- EIA, 2009b. *Camarões Country Profile*, 17/02/09. Disponível em http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=CM.
- EIA, 2009c. *Chad Country Profile*, 17/02/09. Disponível em http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=CD.
- EIA, 2009d. *Congo-Brazzaville Country Profile*, 17/02/09. Disponível em http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=CF.
- EIA, 2009e. *Equatorial Guinea Country Profile*, 17/02/09. Disponível em http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=EK.
- EIA, 2009f. *Gabon Country Profile*, 17/02/09. Disponível em http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=GB.
- EIA, 2009g. *Sao Tome and Principe Country Profile*, 17/02/09. Disponível em http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=TP.
- EIU, *The Economist Intelligence Unit*, Disponível em <http://www.eiu.com/>.
- Enders, Walter; Sandler, Todd, 2006. *The Political Economy of Terrorism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Energy for a Changing World*, Comissão Europeia. Disponível em http://ec.europa.eu/energy/energy_policy/index_en.htm.
- ERSE, 2007. (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), *Caracterização do Sector do Gás Natural em Portugal*, Janeiro de 2007. Disponível em www.erse.pt/NR/rdonlyres/B7E90122-AE83-48E2-9049-B925D3A3A123/0/CaracterizaçãoGN2006Final_1.pdf /.
- Escobar, Pepe, 2007. “Who Profits from a Gas OPEC?”, *Asia Times On-Line*, 11/04/07. Disponível em http://www.atimes.com/atimes/Global_Economy/ID11Dj01.html.
- Farrel, Diana; Lund, Susan, 2008. “The New Role of Oil Wealth in the World Economy”, *The McKinsey Quarterly*, Janeiro de 2008. Disponível em http://www.mckinseyquarterly.com/article_page.aspx?ar=2093&l2=5&l3=2&srId=17.
- Farren-Price, Bill, 2007. “Energy Producers React to Security Threat”, *International Herald Tribune*, 29/10/07. Disponível em <http://www.iht.com/articles/2007/10/29/business/rensecu.php?page=1>.
- Favennec, Jean-Pierre, 2007. “Energy Politics in 2007”, *Conferência Segurança Energética: Uma Questão Central da Política Energética*; Ciclo de Conferências “Energia e Sociedade”, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 08/05/07.

- Fernandes, José Pedro Teixeira, 2004. *Teorias das Relações Internacionais – Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista*, Coimbra: Almedina.
- Ferreira, Lurdes, Silva, 2007. “Petróleo. Entrevista a António Costa e Silva”, *Público*, 18/11/07, pp. 42-43.
- Ferreira, Tânia, 2009. “Galp Energia vai Explorar Gás Natural no Golfo da Guiné”, *Jornal de Negócios*, 15/01/2009, p. 12.
- Foreign Policy*, 2010. “The Failed States Index 2010”. Disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/06/21/2010_failed_states_index_interactive_map_and_rankings
- GALP Energia, 2009. *Relatório & Contas Galp Energia '08*. Disponível em <http://investor.relations.galpennergia.com/NR/rdonlyres/A9AE498C-5115-4EB1-AB5C-8D4F1D899E2C/0/RelatórioeContas2008net.pdf>.
- GALP Energia, 2010. *Relatório & Contas Galp Energia '09 – Do Sucesso para Novos Desafios*. Disponível em <http://relatorioecontas.galpennergia.com/Default.aspx?ID=7>.
- Giraud, André; Tour, Xavier Boy de la, 1987. *Géopolitique du Pétrole et du Gaz*, Paris: Éditions Technip.
- Glain, Stephen, 2006. “Oils Dirty Laundry”, *Newsweek*, 21-28/08/06, pp. 38-39.
- Goldwyn, David; Morrison Stephen J., 2005. “A Strategic U. S. Approach to Governance and Security in the Gulf of Guinea”, Washington: Center for Strategic and International Studies, Julho.
- Gonçalves, Ana Maria, 2007. “Península Ibérica vai ser Porta de Entrada de Gás Natural na Europa”, *Diário Económico*, 28/11/07, p. 19.
- Hoyos, Carola, 2007. “The New Seven Sisters: Oil and Gas Giants Dwarf Western Rivals”, *Financial Times*, 11/03/07. Disponível em <http://www.ft.com/cms/s/2/471ae1b8-d001-11db-94cb-000b5df10621.html>.
- ICG, 2006. “Fuelling the Niger Delta Crisis”, *Report Africa*, N.º 118, Bruxelas: International Crisis Group, 28/09/06.
- ICG, 2006. “Nigeria: Want In The Midst Of Plenty”, *Report Africa*, N.º 113, Bruxelas: International Crisis Group, 19/07/06.
- ICG, 2006. “The Swamps of Insurgency: Nigeria’s Delta Unrest”, *Report Africa*, N.º 115, Bruxelas: International Crisis Group, 03/08/06.
- ICG, 2006a. “Nigeria’s Faltering Federal Experiment”, *Report Africa*, N.º 119, Bruxelas: International Crisis Group, 25/10/06.
- ICG, 2007a. “Nigeria: Ending Unrest in the Niger Delta”, *Report Africa*, N.º135, Bruxelas: International Crisis Group, 05/12/07.
- ICG, 2007b. “Nigeria: Failed Elections, Failing State?”, *Report Africa*, N.º 126, Bruxelas: International Crisis Group, 30/05/07.
- ICG, 2008. “Nigeria: Ogoni Land After Shell”, *Africa Briefing*, N.º 54, Dakar/Abuja/Bruxelas: International Crisis Group, 18/09/08.
- ICG, 2009. “Nigeria: Seizing the Moment in the Niger”, *Africa Briefing*, N.º 60, Dakar/Abuja/Bruxelas: International Crisis Group, 30/04/09.
- Islam, Islams. *Questions Internationales*, n.º 21, Paris: La Documentation Française, Setembro-Outubro 2006, pp. 4-93.

- Jaffe, Amy M., 2007a. “Changing Role of National Oil Companies (NOC) in International Energy Markets: Study Presentation – Key Findings”, *The Changing Role of National Oil Companies (NOC) in International Energy Markets*, James A. Baker III – Institute for Public Policy – Rice University, Março. Disponível em <http://www.rice.edu/energy/publications/nocs.html>.
- Jaffe, Amy M.; Soligo, Ronald, 2004. *A Gas Suppliers' Cartel?*, Study Presentation, Rice University, 26/05/04. Disponível em http://www.rice.edu/energy/publications/docs/GSP_JaffeSoligoGasOPEC_05_26_04.pdf
- Jaffe, Amy Myers, 2007b. “Introduction and Summary Conclusions”, *The Changing Role of National Oil Companies (NOCs) in International Energy Markets*, James A. Baker III – Institute for Public Policy – Rice University, Março. Disponível em <http://www.rice.edu/energy/publications/nocs.html>.
- Jenkins, Philipe, 2009. *The Next Christendom. The Coming of Global Christianity*, Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2003, *L'Atlas*, Paris: Le Monde Diplomatique, Hors-Série.
- Jules, Robert, 2006. *Pétrole: Le Monde en Panne?*, Les Carnets de l'Info, Paris: Scrineo, Outubro.
- Kepel, Gilles, 2006. *Jihad: The Trail of Political Islam*, Londres: I. B. Taurus.
- Keppler, Jean Herst, 2007. “Pétrole. La Nécessité d'une Approche Multilatérale”, *Ramsés 2008*, Institut Français des Relations Internationales (IFRI), Paris: Dunod, pp. 68-71.
- Klare, Michael T., 2001. *Natural Resources Wars: The New Landscape of Global Conflict*. Nova Iorque: Metropolitan Books.
- L'Atlas des Religions*, 2007. Editado por Jean-Pierre Denis e Alain Frachon, Co-edição La Vie, Le Monde, Paris: Malesherbes Publications.
- L'Atlas*, 2006. Le Monde Diplomatique, Paris: Armand Colin.
- L'Atlas*, 2009. Le Monde Diplomatique, Paris: Hors-Série.
- L'État du Monde – Annuaire Économique Géopolitique Mondial 2006*, 2005. Paris: La Découverte.
- L'État du Monde – Annuaire Économique Géopolitique Mondial 2007*, 2006. Paris: La Découverte.
- L'État du Monde – Annuaire Économique Géopolitique Mondial 2008*, 2007. Paris: La Découverte,
- L'État du Monde – Annuaire Économique Géopolitique Mondial 2009*, 2008. Paris: La Découverte.
- L'État du Monde – Annuaire Économique Géopolitique Mondial 2010*, 2010. Paris: La Découverte.
- Lacoste, Yves, 2009. *Géopolitique*, França: Larousse.
- Laqueur, Walter, 1987. *The Age of Terrorism*, Londres: Weidenfeld and Nicolson.
- Laqueur, Walter, 2003. *No End to War – Terrorism in the Twenty-First Century*, Nova Iorque: Continuum.
- Laurent, Éric, 2006. *La Face Cachée du Pétrole*, Paris: Pocket.

- Le Caucase: Un Espace de Convoitises. *Questions Internationales*, n.º 37, Paris: La Documentation Française, Maio-Junho 2009, pp. 4-83.
- Leal, Catarina Mendes, 2007. “Gás Natural no Século XXI: Uma Visão Geoeconómica” *da Sphera 2007*, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Dezembro 2007. Disponível em http://www.dpp.pt/pages/pesquisa/detalhes.php?cm=2&ct=2&cod=304&ext=1&ano=2007&cod_per=11.
- Leal, Catarina Mendes, 2008b. “Segurança Energética e Reorganização Empresarial do Sector Energético a Nível Mundial”, *da Sphera 2008*, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Janeiro 2008. Disponível em http://www.dpp.pt/pages/pub/electronico.php?cod_per=11&cmr=7&cm=2.
- Leal, Catarina Mendes, 2009. *Riscos de Instabilidade no Magrebe e a Segurança Energética de Portugal*, Dissertação de Doutoramento, UNL-FCSH, no prelo.
- Leal, Catarina, 2008a. “Segurança Energética e Reorganização Empresarial do Sector Energético a Nível Mundial”, *Workshop Da Sphera – Energia: Geoeconomia, Sustentabilidade e Tecnologia*, Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, 18/03/08.
- Lopes, Luís Ferreira, 2003. *Gás Natural, Ameaça do Islão?*, Lisboa: Celta.
- Luttwak, Edward, 2000. *Turbocapitalismo. Vencedores e Vencidos na Economia Global*, Lisboa: Temas & Debates.
- Marcel, Valerie; Mitchell, John V., 2005. *Oil Titans National Oil Companies in the Middle East*, Washington DC: Brookings Institution Press.
- Masuda, Tatsuo, 2007. *Geopolitics of Oil and Gas Pipelines*, CGEMP: University of Paris Dauphine: 19 de Março de 2007. Disponível em <http://www.dauphine.fr/cgemp/>.
- MEI (Ministério da Economia e da Inovação) 2007a. *Energia e Alterações Climáticas: Mais Investimento, Melhor Ambiente*. Lisboa: MEI.
- MEI, 2007b. (Ministério da Economia e da Inovação), *Política Energética – Vol. I*, Lisboa: MEI.
- MEID 2010. (Ministério da Economia da Inovação e do Desenvolvimento), “RE.NEW.ABLE. – A Inspirar Portugal. Plano Novas Energias ENE 2020- 2010”.
- Mendes, Augusto B. Rodrigues, 2002. “A Bacia Energética da África Ocidental”, *Informação Internacional 2001*, Vol. I, Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento, 2002, pp. 431-447.
- Mihalka, Michael; Anderson, David, 2008. “Is the Sky Falling? Energy Security and Transnational Terrorism”, *Strategic Insights*, Volume VII, N.º3, Naval Postgraduate School's Department of National Security Affairs (NSA), EUA: Center for Contemporary Conflict (CCC), Julho de 2008. Disponível em <http://www.ccc.nps.navy.mil/si/archiveDate.asp#vol7issue1>.
- National Petroleum Council, 2007. *Global Access to Oil and Gas*, Working Document of the NPC Global Oil & Gas Study, 18/07/07.
- Nayberg, Robert 1997. “Qu'est-ce qu'un Produit Stratégique? L'Exemple du Pétrol”, *Défense Nationale* n.º2, Paris : Comité d'Études de Défense Nationale, Fevereiro.

- Nerlich, Uwe, 2008. “Energy Security or a New Globalization of Conflicts? Oil and Gas in Evolving New Power Structures”, *Strategic Insights*, Volume VII, N.º 1, Naval Postgraduate School's Department of National Security Affairs (NSA), EUA: Center for Contemporary Conflict (CCC), Fevereiro de 2008. Disponível em <http://www.ccc.nps.navy.mil/si/archiveDate.asp#vol7issue1>.
- Nigeria – Nigerian Politicians & IOC Attack New Petroleum Reforms Bill, 2009. *APS Review Oil Market Trends*, 03/08/09. Disponível em <http://www.allbusiness.com/government/government-bodies-offices-legislative/12634621-1.html>.
- Nigeria-Sao Tome and Principe Joint Development Authority, 02/004/09. Disponível em <http://www.nigeriasaotomejda.com>
- Nunes, Carlos, 2008. “Goeconomia do Gás Natural”, *Workshop Da Sphera – Energia: Goeconomia, Sustentabilidade e Tecnologia*, Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, 18/03/08.
- Nunes, Carlos, Ribeiro; J. M. Félix, 2008. “Estados Falhados com Sucesso”, *Relações Internacionais (R:I)*, N.º18, Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) e Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: Tinta-da-China, Junho de 2008, pp. 167-172.
- Nwokeji, G. Ugo, 2007. “The Nigerian National Petroleum Corporation and the Development of the Nigerian Oil and Gas Industry: History, Strategies, and Current Directions”, *The Changing Role of National Oil Companies (NOCs) in International Energy Markets*, James A. Baker III – Institute for Public Policy – Rice University, Março 2007. Disponível em <http://www.rice.edu/energy/publications/nocs.html>.
- OCDE, 2008. *African Economic Outlook 2008 – Country Studies: Nigeria*, Paris: OCDE, pp. 507-519.
- OCDE/IEA, 2006. *World Energy Outlook 2006*, Paris: OCDE/IEA.
- Oil's Dark Secret, 2006. *The Economist*, 12/08/06, pp. 58-60.
- Oliveira, Manuel Ferreira de, 2007. “Segurança do Fornecimento e Segurança dos Mercados”, *Conferência Security of Supply and Security of Markets*, Fundação Mário Soares e Galp Energia, Lisboa: Centro Cultural de Belém.
- Oliveira, Ricardo Soares de, 2007. *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*, Londres: Hurst and Company.
- Palma-Ferreira, J. F., 2007. “Galp Prevê 100 mil Barris por Dia”, *Expresso*, 17/11/07, p. 11.
- Palma-Ferreira, J. F., 2008. “Petróleo – 3º Choque”, *Expresso*, 05/07/08, pp. 02-03.
- Partex Oil And Gas, 2006. *Brochure*, Janeiro. Disponível em <http://www.partex-oilgas.com/>
- PRB, 2010. *World Population Data Sheet 2009*. Disponível em <http://www.prb.org>
- Pulido, João Garcia; Fonseca, Pedro, 2004. *O Petróleo e Portugal – O Mundo do Petróleo e o seu Impacto no Nosso País*, Lisboa: Tribuna da História, Dezembro.
- Raffestin, Claude, 1980. *Pour une Géographie du Pouvoir*, Paris: Librairies Techniques.
- Raisson, Jean-Christophe; Tétar, Frank, 2007. *Le Dessous des Cartes*, Atlas d'un Monde qui Change 2, Paris: Éditions Tallandier/Arte Éditions.

- Ramalhete, Manuel, 2007. “Geopolítica da Energia e seus Factores Determinantes”, *Conferência Segurança Energética: Uma Questão Central da Política Energética*; Ciclo de Conferências “Energia e Sociedade”, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 08/05/07.
- Reservas Estratégicas devem Servir para Evitar Crises, 2009. *Expresso*, 10/01/09, p. 10.
- Ribeiro, José Manuel Félix, 2007. “Energia e Geopolítica: Análise de alguns Espaços Estratégicos”, *Conferência Segurança Energética: Uma Questão Central da Política Energética*; Ciclo de Conferências “Energia e Sociedade”, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 08/05/07.
- Ribeiro, José Manuel Félix; Coelho, Miguel; Nunes, Rui, 2002. “1997/2001 – O Preço do Petróleo num Novo Patamar”, *Informação Internacional* 2001, Vol. I, Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento, pp. 37-69.
- Ribeiro, José Manuel Félix; Leal, Catarina; Nunes, Carlos, 2008. “Cenários Sobre Energia e Globalização”, *Workshop Da Sphera – Energia: Geoeconomia, Sustentabilidade e Tecnologia*, Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, 18/03/08.
- Rodrigues, Jorge Nascimento, 2007. “Petróleo Atrapalha em 2008”, *Expresso*, 29/12/07, p. 21.
- Rodrigues, Jorge Nascimento, 2008a. “A Guerra Fria da Energia”, *Expresso*, 30/08/08, p. 16.
- Rodrigues, Jorge Nascimento, 2008b. “Prisioneiros dos Estreitos”, *Expresso*, 19/07/08, p. 16.
- Roy, Olivier, 2002 e 2004. *L'Islam Mondialisé*, Essais, Paris: Éditions du Seul, Set. 2002 e Set. 2004 para a conclusão.
- Rühl, Christof, 2007. “Energy Security and Reciprocity”, *Conferência Security of Supply and Security of Markets*, Fundação Mário Soares e Galp Energia, Lisboa Fórum Energia, Lisboa: Centro Cultural de Belém, 02/10/07.
- Santos, José Loureiro dos, 2004. *Convulsões – Ano III da “Guerra” ao Terrorismo*. Mem Martins: Publicações Europa-América, Abril.
- Santos, José Loureiro dos, 2006. *O Império Debaixo de Fogo – Ofensiva Contra a Ordem Internacional Unipolar – Reflexões sobre Estratégia V*, Mem Martins: Publicações Europa América.
- Santos, José Loureiro dos, 2008. “O Coração da Eurásia Contra o Resto do Mundo Ensaio de Geopolítica e Relações Internacionais”, *Comunicação Apresentada à Academia de Ciências de Lisboa*, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 10 de Julho.
- Schmitt, Gary J., 2006. “Energy Conundrums: Natural Gas: The Next Energy Crisis?”, *Issues in Science and Technology – On-Line*, University of Texas at Dallas, Verão 2006. Disponível em <http://www.issues.org/issues/22.4/schmitt.html>.
- Silva, António Costa e, 2008a. “A Segurança Energética da Europa e o Golfo Pérsico”, *Apresentação ao Grupo do Médio Oriente*, Lisboa: IDN, 27 de Março de 2008.

- Silva, António Costa e, 2007. “A Segurança Energética em Portugal e na Europa: Necessidade de um Novo Modelo?”, *Segurança Energética: Uma Questão Central da Política Energética*; Ciclo de Conferências “Energia e Sociedade”, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 08/05/07.
- Silva, António Costa e, 2008b. “Protocolo de Quioto: Experiência Actual e Perspectivas para lá de 2012?”, *Protocolo de Quioto: Que Perspectivas para lá de 2012*; Ciclo de Conferências “Energia e Sociedade” (2ª Fase), Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa: ISCTE, 21/01/08.
- Silva, António Costa e, 2008c. “O Petróleo e os Mitos da Economia”, *Expresso*, 19 de Janeiro de 2008, p. 30.
- Silva, António Costa e, 2009. “Devemos Armazenar Gás no Algarve”, *Expresso*, 17/01/09, p. 10.
- Steinhäusler, Friedrich [et al.], 2008. “Security Risks to the Oil and Gas Industry: Terrorist Capabilities”, *Strategic Insights*, Volume VII, N.º 1, Naval Postgraduate School's Department of National Security Affairs (NSA), EUA: Center for Contemporary Conflict (CCC), Fevereiro de 2008. Disponível em <http://www.ccc.nps.navy.mil/si/archiveDate.asp#vol7issue1>.
- The Geopolitics of Natural Gas, 2005. *Baker Institute Study*, N.º 29, Houston: The James A. Baker III Institute for Public Policy of Rice University em parceria com o Program on Energy and Sustainable Development at Stanford University, Março.
- The Waiting Game, 2008. *Africa Confidential*, Vol. 49, N.º 23, 14/11/2008.
- Tuathail, Gearóid Ó, 1998. “Postmodern Geopolitics? The Modern Geopolitical Imagination and Beyond”, G. Tuathail e Simon Dalby (Eds.), *Rethinking Geopolitics*, Londres-Nova Iorque: Routledge.
- Tuathail, Gearóid Ó.; Dalby, Simon (Eds.), 1998. *Rethinking Geopolitics*, Londres-Nova Iorque: Routledge.
- UN Human Development Index Report 2009*, Out. 2009. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/>.
- UNDP, 2007. *UN Human Development Index Report 2007/2008*, Nova Iorque: UNDP.
- United States Department of State, 2002. *Patterns of Global Terrorism, 2001*, 21/05/02. Disponível em <http://www.state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/2001/>.
- United States Department of State, 2008. *Country Report on Terrorism 2007*, Washington DC: United States Department of State – Office of the Coordinator for Counterterrorism, Abril.
- Victor, David G., 2004. *Geopolitics of Natural Gas*, Joint Study: Energy Forum of the Baker Institute Rice University and Program on Energy and Sustainable Development at Stanford University, Study Conference, Houston, 27 de Maio de 2004. Disponível em http://www.rice.edu/energy/publications/docs/GSP_JaffeVictor_05_26_04.pdf.
- Victor, David G.; Jaffe, Amy M.; Hayes, Mark H., 2006. *Natural Gas and Geopolitics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Victor, Jean-Christophe; Raison, Virginie; Tétart, Frank, 2006. *Les Dessous des Cartes*, Paris: Tallandier/Art Éditions.

Sites consultados:

Baker Institute em http://www.bakerinstitute.org/index_home.html

Banco de Portugal em <http://www.bportugal.pt>

BP em <http://www.bp.com/home>

DGEG (Direcção Geral de Energia e Geologia) em <http://www.dgge.pt>

EDP em <http://www.edp.pt/EDPI/Internet/PT/Group/AboutEDP/default.htm>

EIA (Energy Information Administration) em <http://www.eia.doe.gov>

ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) em

<http://www.erse.pt/vpt/entrada/aerse>

Eurostat em <http://www.europa.eu.int/comm/eurostat>

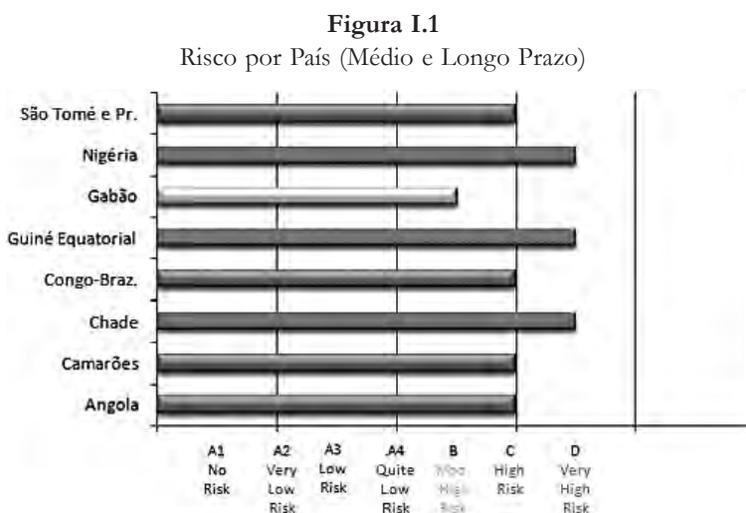
FMI em www.imf.org

GALP Energia em <http://www.galpenergia.com>

MEI (Ministério da Economia e da Inovação) em <http://www.min-economia.pt/>

Anexo I: Bacia Energética da África Ocidental: Risco por País em termos de Investimentos e Negócios

Olhando para a figura seguinte, em 2010, é possível avaliarmos, segundo o *country rating*⁵⁰, o risco que apresentam para investimentos e negócios o conjunto dos países da Bacia energética da África Ocidental.



Fonte: COFACE, *Country Rating*, Julho 2010.

50 A liberalização económica levou a um *boom* no comércio BtoB, em que 70% das contabilidades estão estáveis graças a instrumentos de curto prazo. Assim, torna-se vital avaliar o risco associado a tais transacções. O *country rating* avalia até que ponto os compromissos financeiros das empresas são influenciadas pela prospectiva económica, financeira e política do respectivo país. A classificação tem sete categorias (A1 a A4, B, C, D) aplicadas regularmente a 155 países:

- ii. A1 – O ambiente político e económico estável produz efeitos positivos numa situação já boa de pagamentos das empresas. Probabilidade muito fraca de incumprimento dos pagamentos.
- iii. A2 – A probabilidade de incumprimento dos pagamentos ainda é fraca, mesmo no caso em que o ambiente político e económico de um país ou o registo de pagamentos das empresas não é tão bom como no A1.
- iv. A3 – Circunstâncias políticas e económicas adversas poderão conduzir a piores registos de pagamentos, os quais já são mais baixos do que nas categorias anteriores, apesar da probabilidade de incumprimento dos pagamentos ainda ser fraca.

Dos oito países da Bacia da África Ocidental com reservas e produção de petróleo, em 2008, nenhum se encontra classificado como A1, A2, A3 e A4, o que significa que apresentam uma situação política e económica instável com consequências para a envolvente dos negócios.

Apenas o Gabão se encontra classificado como B – país que apresenta incertezas políticas e económicas e um ambiente de negócios que ocasionalmente poderá afectar o comportamento de pagamentos e trocas das empresas. Na classificação C, encontram-se quatro países – São Tomé e Príncipe, Congo-Brazzaville, Camarões e Angola – trata-se, de países que apresentam uma evolução política e económica muito incerta e um ambiente de negócio com muitas fraquezas, com inerentes impactos nos comportamentos de trocas e de pagamentos das empresas. Finalmente, três países estão considerados como sendo de elevado risco – D – dado apresentarem uma situação política e económica de elevado risco e um ambiente de negócios bastante difícil com probabilidades de impactos significativos no comportamento de trocas e de pagamentos das empresas; estão nesta situação a Nigéria, a Guiné Equatorial e o Chade.

Em suma, os actores petrolíferos mais importantes da área em estudo confrontam-se com um ambiente político e económico instável com reflexos nos pagamentos e trocas das respectivas empresas.

-
- v. A4 – Um registo de pagamentos já irregular poderá piorar com a deterioração do ambiente político e económico. Contudo, a probabilidade de incumprimento dos pagamentos já é aceitável.
 - vi. B – Um ambiente político e económico instável irá provavelmente afectar ainda mais um registo de pagamentos já pobre.
 - vii. C – Um ambiente político e económico muito instável poderá deteriorar um registo de pagamentos já mau.
 - viii. D – O perfil de risco elevado de um ambiente político e económico de um país irá piorar ainda mais um registo de pagamentos já mau.

Anexo II: OPEP

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é uma organização económica internacional, com sede em Viena. A OPEP foi fundada a 17 de Setembro 1960, como uma forma dos países produtores de petróleo se fortalecerem face às empresas compradoras do produto, na sua grande maioria dos EUA, Inglaterra e Holanda, que exigiam cada vez mais uma redução maior nos preços do petróleo. Assim, a OPEP tem como finalidade coordenar e administrar de forma centralizada a política petrolífera, incluindo o controlo de preços e o volume de produção dos países membros, estabelecendo pressão no mercado.

Em termos de países membros, actualmente esta organização é constituída pelos seguintes: Arábia Saudita (1960), Irão (1960), Iraque (1960), Kuwait (1960), Venezuela (1960), Catar (1961), Indonésia (1962), Líbia (1962), Emiratos Árabes Unidos (1971), Argélia (1969), Nigéria (1971) e Angola (2007). O Gabão foi membro da OPEP entre 1975-1995 e o Equador entre 1973-1993. Seis países não membros – México, Noruega, Rússia, Cazaquistão, Omã e Egipto – participam regularmente como observadores nas reuniões ordinárias do grupo.

De acordo com os dados disponibilizados pela OPEP, em 2009, os países membros possuíam 79,60% das reservas mundiais de petróleo. Supriam em torno de 40% da produção mundial e de 60% das exportações mundiais. Assim se percebe a centralidade do cartel⁵¹ no seio do mercado petrolífero global. Graças à OPEP, os países membros são os mais bem pagos pelo seu petróleo. Em 2009, as reservas de petróleo existentes que pertenciam aos membros foram calculadas em 1 064 000 milhões de barris. As reservas mundiais foram calculadas em 1 336 900 milhões de barris.

Há, no entanto, que referir a existência de uma falta de coesão entre os membros desta organização e as dificuldades na manutenção da disciplina no seio do cartel. Com efeito, existem três facções com objectivos distintos no seio da OPEP, nomeadamente:

- (1) Um grupo liderado pela Arábia Saudita, Emiratos Árabes e Kuwait, favorável a uma política de quotas que possibilite a manutenção do preço do petróleo a níveis moderados;
- (2) O grupo do qual fazem parte a Líbia, Irão e Argélia que defendem uma política que privilegie a manutenção do preço do petróleo em níveis elevados;

51 Os países consumidores consideram a OPEP um cartel.

- (3) Outro grupo que engloba a Nigéria, Venezuela e Indonésia que, de acordo com as prioridades económicas e políticas do momento, vão modificando a sua posição entre os dois grupos supra-citados.

Anexo III: Situação Actual das Concessões em Portugal

Só recentemente é que o poder político nacional reconheceu o elevado potencial que o território nacional tem em termos de recursos geológicos, através das grandes opções económicas e estratégicas de Portugal.

No âmbito dos recursos geológicos, existentes ou potencialmente existentes, capazes de gerar energia, esta é ainda uma área pouco explorada e onde é necessário assumir políticas conducentes à concretização de projectos, sejam eles de utilização de recursos renováveis ou de prospecção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos para os quais se tem vindo a revelar grande potencial em Portugal (existência de estruturas geológicas capazes de albergar reservatórios potencialmente interessantes), em especial no *deep-offshore*, isto é, na Plataforma Continental Portuguesa, entre os 200 e os 2000 metros de profundidade.

Tabela III.1

Situação Actual das Concessões em Portugal

Local da Exploração		Contratos de Concessão	
Zona	Área	Empresas	Data da Assinatura
<i>On/Offshore</i> – Bacia Lusitânica	Cabo Mondego – 2, S. Pedro de Muel – 2, Aljubarrota – 3, Rio Maior – 2 e Torres Vedras – 3	Mohave Oil and Gas Co.	03/08/2007
<i>Deep-Offshore</i> – Bacia de Peniche	Áreas Camarão, Amêijoia, Mexilhão e Ostra	Petrobras International Braspetro B.V., Petróleos de Portugal – Petrogal S.A. e Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation, em consórcio ("Petrobras -50% / Galp – 30%/ Partex 20%").	18/05/2007
<i>Deep-Offshore</i> – Bacia do Alentejo	Lavagante, Santola e Gamba	Hardman Resources Ltd., Petróleos de Portugal – Petrogal S.A. e Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation, em consórcio ("Hardman / Galp / Partex").	21/02/2007
<i>Deep-Offshore</i> – Bacia do Algarve	Lagosta (Bloco 13) e Lagostim (Lagostim)	Os contratos de concessão já adjudicados, deverão em breve ser assinados com as empresas Repsol Exploración S.A. e RWE Dea AG, em consórcio.	Deverão ser assinados em breve.

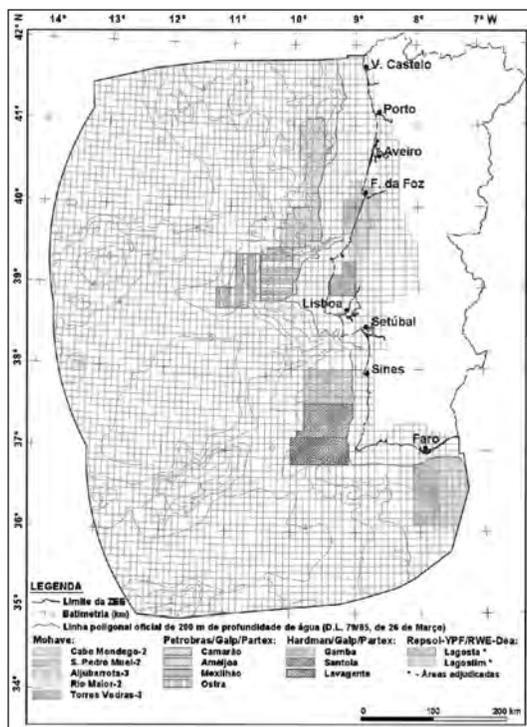
Fonte: DGEG – Direcção Geral para a Pesquisa e Exploração de Petróleo (DGPE), “Informações”, 2008.

Ao longo dos últimos 30 anos, Portugal adquiriu um conhecimento sobre os recursos energéticos nacionais, resultado da campanha sísmica efectuada no *deep-offshore* português pela TGS-NOPEC, que revelou a existência de várias estruturas geológicas potencialmente interessantes para a acumulação de hidrocarbonetos. Daí que, Portugal deverá promover o potencial petrolífero e incentivar a pesquisa atraindo investimentos internacionais nesta área.

Actualmente, o operador histórico norte-americano, a Mohave Oil & Gas Corporation, é detentor de duas concessões no *onshore* da bacia Lusitânica. Na região de Alcobaça, a Mohave encontrou fortes indícios de gás em duas das sondagens realizadas. Na região de Torres Vedras, a Mohave tem realizado um conjunto de sondagens, com recuperação de óleo em fracturas. A empresa adquiriu ainda 760 km de sísmica no *offshore* e 224 km no *onshore*. Esta sísmica e estas sondagens já foram consideradas nos totais atrás referidos.

Figura III.1

Situação Actual das Concessões em Portugal



Fonte: DGPE, “Informações”, Jan. 2008.

Anexo IV: A Nova Política Energética da UE

Três documentos chave marcam uma nova etapa na política de energia da UE, consignando-lhe um papel central na acção europeia, designadamente:

- Livro Verde da Comissão Europeia “Estratégia Europeia para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura”, de 08/03/06⁵²;
- Comunicação da Comissão ao Conselho e ao PE, “Uma Política Energética para a Europa”, de 10/01//07⁵³;
- Conclusões do Conselho Europeu de Bruxelas, sob a presidência alemã, 8-9/03/07⁵⁴.

Esta Nova Política Energética desdobra-se em três grandes objectivos⁵⁵ para a criação de uma política energética comum, nomeadamente:

- A **sustentabilidade** para lutar activamente contra as alterações climáticas promovendo as fontes de energia renováveis e a eficiência energética.
- A **competitividade** para melhorar a eficácia da rede europeia através da realização do mercado interno da energia.
- A **segurança do aprovisionamento** para melhor coordenar a oferta e a procura energéticas dentro da UE num contexto internacional.

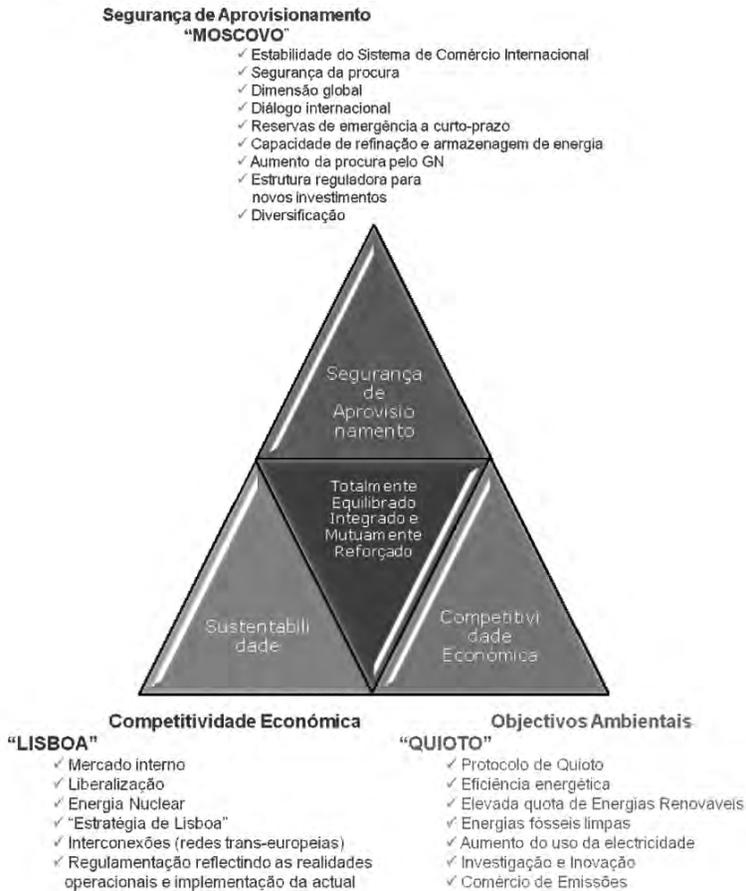
52 Comissão Europeia, “Estratégia Europeia para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura,” Livro Verde da Comissão Europeia [COM(2006) Final – Não Publicado no Jornal Oficial], Bruxelas 08/03/06.

53 Comissão Europeia, “Uma Política Energética para a Europa”, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, [COM(2007) 1 final], Bruxelas, 10.1.2007(c).

54 Conselho Europeu de Bruxelas, “Conclusões do Conselho Europeu de Bruxelas”, Presidência Alemã, Bruxelas: Conselho Europeu de Bruxelas, 8/9 de Março de 2007, [On-line] Disponível em http://europa.eu/european_council/conclusions/index_pt.htm.

55 Cf. Comissão Europeia, “Estratégia Europeia para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura”, Livro Verde da Comissão Europeia [COM(2006) Final – Não Publicado no Jornal Oficial], Bruxelas 08/03/06.

Figura IV.1
 “Triângulo Mágico” da Energia Europeia



Fonte: Elaborado pela Autora com base em Keeper, “European Energy Supply Security: Facts and Policy Options”, 22/05/07 e Devos, “Security for Natural Gas Supply in Europe – The European Gas Industry Facing Security of Supply”, 22/05/07.

Olhando para o “triângulo mágico”, é fácil compreender que os três vértices estão, sem dúvida, interligados, são interdependentes e vão implicar uma grande vontade da Europa, a vários níveis – político, económico, social, cultural – para os colocar em prática.

AS RELAÇÕES ENERGÉTICAS ENTRE PORTUGAL E A NIGÉRIA: RISCOS E OPORTUNIDADES

A segurança energética visa proporcionar de modo continuado a energia necessária às actividades industriais, aos serviços comerciais, sociais, de segurança e consumidores domésticos, a um custo razoável e em termos ambientalmente sustentáveis. Trata-se de um objectivo que tem a ver com a viabilidade das modernas sociedades e que envolve políticos, agentes económicos e cidadãos. A escassez de recursos energéticos no território nacional torna Portugal num país dependente das importações de hidrocarbonetos, com todas as vulnerabilidades inerentes.

Responsável por 19,6% do aprovisionamento de petróleo em 2008 e 39% de gás natural em 2009, a Nigéria é para nós um país fundamental no fornecimento de energia. Este estudo pretende contribuir para o debate e reflexão sobre a crescente importância geopolítica e geoeconómica da Nigéria para Portugal no que concerne ao fornecimento de energia bem como sobre a avaliação dos riscos que esta relação poderá importar no futuro próximo.

